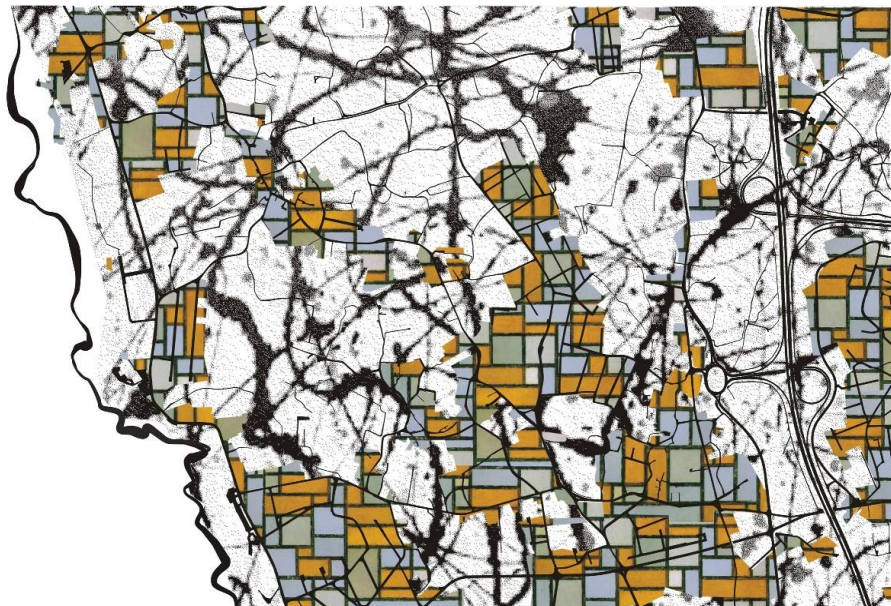


# TERRA ÁGUA E HOMEM: BASES PARA UM PROJECTO TERRITORIAL

## Textos para um ciclo de lições



Provas de agregação no Ramo de Ciências Sociais de José Manuel Pagés Madrigal

Versão draft

No decurso duma prova académica com estas características, as minhas lembranças vão, neste momento, para dois antigos professores: Rafael González Sandino e Juan Luis Dalda Escudero.

Enquanto aluno monitor do Departamento de Teoria da Arquitectura da Escola de Sevilha (1981), O primeiro ensinou-me, entre muitas outras coisas, a importância da escolha de imagens adequadas susceptíveis de reforçar um discurso.

O segundo, durante a minha especialização em Urbanismo na Corunha, abriu-me os olhos para o território galaico minhoto, ao qual regresso, como é hábito no meu périplo, ainda que agora do outro lado da fronteira.

Agradeço a ambos, estejam onde estiverem.



## I. Índice

## TERRA ÁGUA E HOMEM: Bases para um projecto territorial

	Pág.
I Índice	3
II Sumário	7
III Comentários prévios	9
IV Introdução	10
V Questão prévia: a transversalidade	17

## MOMENTO 1

1 AS RAZÕES DIALÓGICAS DOS GESTOS	19
<b>ARQUITECTÓNICOS: ANTROPOS E TOPOS</b>	
1.1 O espaço como local “practicado”	19
1.1.1 Paisagem: conceito polissémico	29
Imagem e paisagem	33
A introdução da paisagem no discurso arquitectónico	36
Lugar e paisagem	39
1.1.2 A relação entre paisagem e agricultura	49
1.1.3 Memória e paisagem	53
1.1.4 A dinâmica transformadora das paisagens	57
1.2 A pequena escala territorial	61
1.2.1 Propriedades, estradas, culturas e casas	65

1.2.2 Apontamentos para a definição dos elementos constitutivos da paisagem em pequena escala	68
1.3 Topos : Alto Minho	73
1.3.1 Descrição física	74
1.3.2 A ocupação do Solo. Implicações no ordenamento territorial	79
1.3.3 Estudo de caso: Estorãos e as suas transformações paisagísticas	83

## 2 TERRA

2.1 Arquitecturas na terra	89
2.2 Elementos de composição arquitectónica na terra	92
2.2.1 As lindes	92
2.2.2 O Muro	95
2.2.3 Os socalcos	96
2.2.2.1 Factores físicos e morfológicos	96
2.2.2.2 Factores agronómicos e económicos	96
2.2.2.3 Factores técnicos e ergonómicos	97
2.2.2.4 Factores demográficos e de assentamentos	97
2.2.2.5 Factores sociais e culturais	98
2.2.2.6 Os valores formais dos socalcos	100
2.3 Os espaços públicos agrários	103
2.3.1. Agrad e paisagens	103
2.3.2 Os espaços da trilha: as eiras	109
2.4 Arquitecturas do vinho	113
2.4.1 Considerações gerais	113
2.4.2 Condicionantes para uma implantação	117

2.4.3	Arquitecturas do vinho. Tipologias	119		
2.4.3.1	Uveiras	120		
2.4.3.2	Cruzetas	122		
2.4.3.3	Bardos	125		
2.4.3.4.	Latada/consola	128		
2.4.3.5	Ramadas	129		
2.4.3.6	Arjões	134		
2.4.3.7	Eido	135		
2.4.4.	A dinâmica transformadora da arquitectura do vinho	137		
2.4.4.1	Escala unifamiliar	138		
2.4.4.2	Escala territorial.	138		
2.4.5	Incidências da arquitectura do vinho na paisagem limiana	139		
2.4.6	Os espaços públicos gerados pela arquitectura do vinho	142		
2.5	Arquitecturas no Caminho	144		
2.5.1	O caminho de Santiago	144		
2.5.2	Os espaços públicos como contentores da memória.	147		
2.5.3	Religiao, festa e morte	148		
2.5.4	Elementos para uma arquitectura do Caminho	150		
2.5.4.1	Nichos	151		
2.5.4.2	Cruzeiros	153		
2.5.4.3	Capelas	156		
3	<b>ÁGUA</b>			157
3.1	A água como sistema: Presenças e ausências			157
3.2	Elementos para uma arquitectura da água			158
3.2.1	Fontes			160
3.2.2.	Chafarizes			161
3.2.3	Lavadouros			163
4	<b>O HOMEM</b>			165
4.1	A humanização do território, como modelo			166
4.1.1	A ocupação em encosta			169
4.1.2	A ocupação no vale			171
4.2	Os espaços públicos em territórios de baixa densidade			172
	<b>MOMENTO 2</b>			
5	<b>A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DO TERRITÓRIO</b>			173
5.1	O ensino do projecto arquitectónico			173
5.2	As experiências pedagógicas aproximadoras à Paisagem			175
5.2.1	"Arquitecturas na Raia" <sup>i</sup>			176
5.2.2	Infrascape			179
5.2.3	Programa de doutoramento QuoD			181
5.2.4	A paisagem como motor de desenvolvimento – O OPPTerr			185
5.2.4.1	Territórios como laboratórios: Bairro,			189

Estorãos e Correlhá			
5.2.5 O trabalho em rede	190		
5.3 O ensino do urbanismo	191		
5.3.1 A situação do ensino do Urbanismo no início do processo de Bolonha	191		
5.3.1.1. O ensino em Portugal	191		
5.3.1.2. O ensino em Espanha	194		
5.3.1.3. O ensino em Itália	197		
5.3.1.4. O ensino comparado: Portugal, Espanha e Itália	200		
5.3.2 A situação específica da UFP	203		
5.3.3 A situação específica na Universidade de Trento	203		
5.4 A proposta formal	205		
5.4.1 A representação do suporte territorial	206		
5.4.2. A proposta integradora. A reivindicação de 1/500 como escala de projecto	209		
5.4.3. Estudos de Caso: Correlhá, Estorãos e ---	210		
<b>MOMENTO 3</b>			
6 <b>PROJECTO E POLÍTICA TERRITORIAL</b>	213		
6.1 O projecto territorial como estratégia	213		
6.1.1. Linhas gerais do problema	213		
6.1.2 A visão global do projecto: o projecto total	219		
6.1.3 Diversas visões na Europa	221		
6.1.3.1 A visão italiana	221		
6.1.3.2 A visão espanhola	224		
6.1.3.3 A visão portuguesa	227		
		7	
		<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	237
		6.2 O projecto territorial como estratégia política	230
		6.3 O conceito do projecto territorial : A-22	232
		6.4 No final o Homem... Algumas questões finais	233



## **II. Sumário**

A pequena escala caracteriza de forma geral grandes áreas de território. O nosso habitat, particularmente na cornija norte-occidental da Península Ibérica, requer um olhar especial, uma perspectiva específica face à sua articulação. A pequena escala exige uma mentalidade diferente qualquer que seja o ponto de vista.

Estas exigências são ainda mais claras nos casos do planeamento, na definição das políticas mais apropriadas para a sua gestão, na escolha de estratégias que possibilitem o desenvolvimento eficaz e adequado. É a escala onde possivelmente se sentem mais próximos os conceitos de "Terra" e "Homem".

O território, como resultado dos diversos processos de antropização, tem vindo a tornar-se objecto de planeamento continuado.

O título deste ciclo de lições pretende realçar a necessidade de uma reflexão acerca do Território que, na sua máxima expressão formal, designaremos por Paisagem. E é nesta reflexão - a relação entre o trinómio Terra, Água e Homem - que incide a nossa especial preocupação, explicando a partir do

mesmo, a necessidade das arquitecturas de pequena escala. Especificamente, esta escala deve estar patente ao longo de todo o discurso, de modo a relacionar o nosso habitat e a aplicabilidade da proposta. Esta aplicabilidade deve ser o ponto inicial para a elaboração conceptual do projecto arquitectónico, sejam quais forem as suas escalas.

Decorrem, em paralelo, algumas reflexões acerca da experiência pedagógica do Território e sobre o ensino do Urbanismo no âmbito das Faculdades de Arquitectura de Itália, Espanha e Portugal.



*"A paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e património colectivo dos povos que historicamente as herdaram como território de actuação de suas comunidades."* Aziz Ab'Saber (1977)

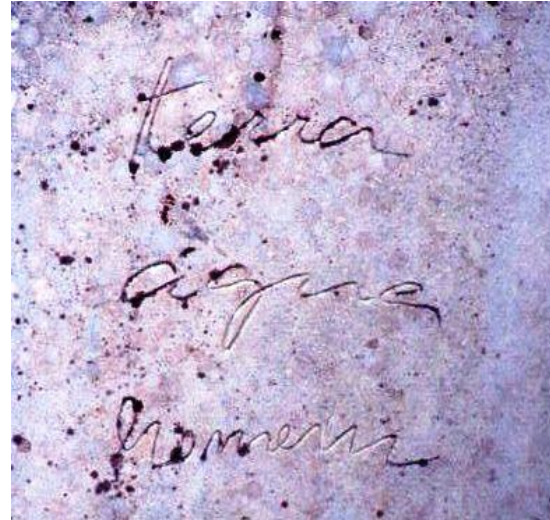
### III.Comentários prévios

Decorria o ano 1974. Portugal protagonizava a sua Revolução do 25 de Abril e eu iniciava o curso de Arquitectura na Universidade de Sevilha.

Tempos de manifestações, greves e ausência de aulas: Universidade fechada por ordem governativa e um ano perdido. Gustavo Gili vendia os livros de Arquitectura e comprei um deles: Amos Rapoport... Qual a razão para esta compra? Ainda não sei. Algo me chamou a atenção, ainda que dum modo inconsciente. Trinta e cinco anos depois, Amos continua presente. A ideia de ligar a Antropologia e a Arquitectura é, neste caso de modo consciente, tão apaixonante quanto necessária.

No ano de 1992 decorreu um concurso de Escultura na Semana da Pedra no concelho de Ourém. Um dos escultores premiados,

Norberto Jorge escrevia deste modo na pedra: Terra, Água, Homem, ..." Mais uma vez, Terra e Homem ligados entre si, e a Água como elemento balsâmico.



**Ilustração 1: Escultura castelo de Ourém (Portugal)**

#### **IV.Introdução**

A Arquitectura sempre se alimentou da simbiose de conhecimentos teóricos e práticos. Simultaneamente, a distância virtual entre Arquitectura e Urbanismo criou falsos afastamentos e dificuldades acrescidas no sentido de compreender o Território como um todo.

No âmbito do ensino, a relação entre várias unidades curriculares dum curso de *Mestrado Integrado em Arquitectura* propiciará valências positivas ao aluno que o ajudarão a perceber as diversas áreas de conhecimento.

A ideia da concentração de esforços num determinado contexto favorece a percepção integral de determinados territórios, orientando-a na perspectiva de entendimento dos territórios como verdadeiros laboratórios. Não se trata dum ideia nova, mas infelizmente o facto de identificar experiências pedagógicas que somam esforços é mais estranho do que possa parecer.

O objectivo final dum curso de Arquitectura e Urbanismo é a preparação do aluno para poder gerir os meios e conhecimentos, de modo a enfrentar a tarefa pessoal e

intransmissível de gerar o seu próprio método de criação do projecto.

Num cenário da aprendizagem dos tais conhecimentos de modo progressivamente mais virtual, torna-se necessário o contacto real com os problemas, com os objectos, com os sentimentos e com os espaços. É importante poder consciencializar os alunos acerca da necessidade de não perderem o contacto com a realidade. Não podemos deixar de colaborar com os alunos, sob pena de perderem a noção da escala. Torna-se, pois, imprescindível valorizar a Arquitectura como elemento transversal face a uma série de conhecimentos. Deste modo, as visões gerais e particulares cruzam-se, e as escalas acabam por ser formas diversas de olhar para o mesmo objecto. Em resumo: o objectivo deverá ser criar prévias e possíveis estratégias para o projecto, capazes de serem aplicadas num mesmo território.

A ideia de separar conhecimentos consoante as matérias é positiva para progredir e aprofundar o seu conhecimento, mas pode ser fatal para a consciencialização global do problema da Arquitectura. Deverá fazer-se um esforço de síntese capaz de fazer ver ao aluno a necessidade de integrar o Projecto,

interligando métodos e resultados, sob pena desta ideia parecer sempre alterada, interrompida, descontinua.

As relações entre Arquitectura e Urbanismo devem realizar-se através dum terceiro elemento crucial: o Homem. A Antropologia deverá ajudar o futuro arquitecto a conhecer as relações destas dimensões ocultas que deram origem a publicações várias.

A separação entre Arquitectura e Urbanismo reflectiu um quarto elemento intermédio: a Paisagem. O aluno tenderá sempre a tratar cada elemento separadamente, se não receber mensagens no sentido oposto. Os perfis profissionais de arquitectos, urbanistas e arquitectos paisagistas confirmam ainda mais esta opção.

É conhecida a dificuldade natural do aluno para perceber o seu objecto projectado num contexto determinado, num profundo relacionamento com aquilo que supostamente devem ser as competências profissionais. Será neste ponto que residirá algum interesse pela proposta pedagógica, e que se articula

com maior força no seio de Instituições nomeadamente o OPPTerr.<sup>1</sup>

A análise foi o método utilizado nas diversas áreas de conhecimento, como metodologia de aproximação às respectivas realidades e estudos de caso. As Ciências da Terra não foram excepção neste sentido.

A perspectiva mais usual e comum foi a parcelização, de acordo com duas escalas: uma distribuição física parcelar e uma parcelização disciplinar. Trata-se, no fundo, da reinterpretação do binómio forma-função. Em qualquer um dos casos, os resultados foram diversos. Voltaremos a esta questão mais à frente.

Num momento em que a globalização invade os espaços culturais e de pensamento, parece lógico observar com algum cuidado as possibilidades abertas pela mesma, no que respeita ao território. É neste território que encontramos um conceito que parece responder às características comuns a diversos olhares e aproximações: a Paisagem.

---

<sup>1</sup> OPPTerr é o acrónimo do Observatório de Políticas Públicas e Território da Universidade Fernando Pessoa de Porto

O termo "Paisagem" foi já reconhecido a nível científico. O seu entendimento como suporte ou contendor das acções antrópicas é objecto de especial atenção da Estética, sem esquecer outras áreas.

A paisagem compagina-se como suporte físico da antropização. Deve ainda ser entendida como a relação do homem com o Território, e como autor dessa antropização. A Política, por seu lado, deverá ser entendida como receptáculo do pensamento humano, logo "coisa social".

No nosso entender a Universidade, como Instituição social, tem o dever supremo de formar, fazendo-o com especial cuidado no que se refere às novas gerações. A Investigação, plasmada neste objectivo, deve ajudar neste processo de formação. Acreditamos que formação e investigação estão intimamente ligadas a esta função social da Universidade. De facto, não se pode entender uma sem a relacionar com a outra. Não se devem separar ambas as funções. A Universidade deve ser o expoente máximo capaz de plasmar, através da investigação aplicada, a vocação de serviço à sociedade onde está inserida.

Consciente desta vocação, o presente ciclo de lições mais não é do que a necessidade pessoal de comprovar a validade destas

funções e a aplicabilidade dos conceitos, fruto de anos de reflexão.

O trabalho baseia-se em parte nas experiências didácticas desenvolvidas em três países: Portugal, Itália e Espanha, em função da reflexão contínua das relações entre Política, Território e Antropização. São três experiências realmente distintas. Ainda que os três países se encontrem na mesma região, a Euro-Med, apresentam visões muito diferentes, assim como realidades culturais radicalmente diversas no que respeita às relações entre Homem e Território. Ao mesmo tempo trata-se de três experiências com um ponto comum: Paisagens e Território são geradas basicamente a partir da interacção de três elementos: Terra, Água e Homem. Nenhum destes elementos deve ser descurado.

Partindo de uma relação directa entre Homem e Território, apercebemo-nos dos diferentes resultados que assentam em factores de estratégia política, independentemente dos diversos significados do termo "território".

Em qualquer um dos três países assistimos a uma divisão administrativa com raiz na cultura napoleónica, ainda que a mesma tenha mais de duzentos anos, continuando a procurar

correlacioná-la directamente com as estruturas globais impostas por uma cultura cibernética.<sup>2</sup>

Neste contexto assistimos, muitas vezes impávidos, ao processo de esvaziamento territorial imposto pela polarização territorial e as baixas taxas de fertilidade. O envelhecimento populacional não permite, a curto prazo, augurar resultados brilhantes em termos demográficos porque frequentemente somos incapazes de entender que se trata de uma questão temporal geracional.

A agravar este quadro estão as limitações dos planos quadrienais que “impõem” leituras políticas subjacentes aos mandatos nas diversas instituições, e acabam por conduzir a uma imprevisibilidade. Esta imprevisibilidade conduz a que as acções de carácter territorial possam ser assumidas de forma realista pelas instituições de menor escala/importância, apesar de serem elas as que mais próximas se encontram dos problemas quotidianos do Homem em relação ao seu território.

---

<sup>2</sup> Itália e Espanha alteraram as respectivas estruturas administrativas com a introdução dos níveis regionais com maior ou menor grau de autonomia

Estamos conscientes da existência de planos estratégicos ainda que, em muitas ocasiões, sem resultados aplicáveis. Estamos igualmente conscientes da existência de um planeamento territorial que, pelo menos teoricamente deve definir as relações a estabelecer com as escalas mais pequenas. Apesar disso, todas elas continuam genericamente a falhar impedindo a sua aplicação directa, no dia-a-dia. Esta realidade tem vindo a demonstrar problemas, quer na aplicabilidade das conclusões emanadas pelas estruturas superiores, quer pela contradição gritante das necessidades reais dos territórios. A melhor prova do que acaba de ser dito é a crua realidade da crise generalizada que assola sobretudo Espanha mas que é comum a outros países. A concentração no litoral, especialmente na zona Mediterrânica, deu lugar à criação de um desmesurado parque habitacional, a consumos de uma água que não existe, bem como a consumos de paisagens e solos que se desequilibraram definitivamente, a favor de um parque habitacional em que o que falta é precisamente o último destinatário: o Homem.

Este trabalho assume uma importância acrescida se tivermos em conta, o que já foi enunciado: milhares de apartamentos que não se vendem mas, pior ainda, territórios que funcionam a 50% ou menos durante sete ou oito meses por ano, mas que

são forçados a funcionar a 150%, nos restantes quatro ou cinco. Uma região mediterrânica pensada no seu conjunto para satisfazer uma potencial população que acaba por nunca chegar; um modelo exportado na actualidade para outras sub-regiões dentro do espaço Euro-med, e que se traduz numa colonização territorial perversa.

Por fim, a falta de identidade por parte do potencial usuário de um território, que assume, maioritariamente, o papel de cliente do mesmo, mas não o sente nem como habitante nem como aldeão deste espaço.

Interessa-nos particularmente uma atitude aberta da Arquitectura em relação às outras áreas de conhecimento que nos possibilitem entender os processos de conformação da pequena escala territorial. É do nosso interesse, neste sentido, a génese dos espaços públicos nas pequenas comunidades, nos pequenos grupos sociais, associados à pequena escala territorial gerada. Neste sentido a relação com a Antropologia é fundamental para perceber estes processos de criação de espaços a partir da relação entre o indivíduo e o seu “hinterland”.

Esta escala, origem da composição formal e funcional das paisagens da cornija atlântica da Península Ibérica, merece uma atenção especial, por forma a actuar com as ferramentas apropriadas em relação ao seu futuro compatível com um mundo global.

Esta concepção da pequena escala não é um tema limitado a este território. Os vales alpinos de Valstagna reflectem, no meio duma ânsia expansionista do norte da Itália, algo tão “simples” como a sua sobrevivência.

Para poder abordar os problemas relacionados com a formulação do projecto territorial iremos considerar como ponto de partida alguns elementos provenientes das áreas da Antropologia. A compreensão da formação destes conceitos iniciais é importante para poder identificar as leis de formação destes territórios. Só **a partir desta** compreensão poderemos encarar com alguma garantia a resolução do projecto territorial



**Ilustração 2: Freguesia e Correlhã. Ponte de Lima - PT**



**Ilustração 3: Benidorm, waterfront - Espanha**



### **Um problema prévio: a transversalidade**

O problema da transversalidade está sempre presente neste ciclo. A visão integradora das várias perspectivas provenientes das diversas áreas de conhecimento vai no sentido oposto ao que tem sido norma: a divisão, a decomposição do problema nos seus múltiplos elementos que permitam uma visão reduzida de uma única realidade complexa e multifacetada.

A própria apresentação do candidato para a obtenção do grau *agregado* remete-nos para esta questão. Esta traduzir-se-á na apresentação do índice da lição segundo três momentos, de acordo com uma linha de pensamento: todos eles são convergentes no que respeita ao Território como suporte físico de uma série de actividades que geram as paisagens. Esta convergência irá ser mais clara nas conclusões destas lições.

Um exemplo claro do que anteriormente foi dito é a necessidade de encontrar terrenos comuns e significados análogos em conceitos como “lugar”, “espaço”, “território” “paisagem”. As considerações de Amos Rapoport, arquitecto e antropólogo, ajudaram na elaboração desta linguagem comum.

O conjunto do ciclo de lições apresenta-se organizado segundo três momentos e uma série de conclusões, de acordo com o seguinte índice:

#### MOMENTO 1

**As razões dialógicas dos gestos arquitectónicos: antropos e topos**

#### MOMENTO 2

**A experiência pedagógica do Território**

#### MOMENTO 3

**Projecto e política territorial**



## MOMENTO 1

### 1. As razões dialógicas dos gestos arquitectónicos: antropos e topos

#### 1.1.0. O espaço como local “praticado”

Hoje em dia verifica-se uma confusão entre os conceitos de *espaço e lugar*. Os conceitos não são realmente sinónimos, como se poderá crer. O espaço é uma dimensão vazia, uma dimensão física concebida de modo geométrico. O lugar (chamado pelos gregos *topos*) carece de dimensões fixas.

Da perspectiva da Antropologia, o espaço é objecto dum interesse progressivamente maior no âmbito das Ciências Sociais, chegando-se a falar numa “viragem espacial”. Na Antropologia, esta “viragem” teve múltiplas expressões.

Apesar dos antropólogos terem partido “tradicionalmente” do estudo das realidades constituídas espacialmente – o sítio, a aldeia, ou a área cultural – só recentemente foram apresentadas estas categorias como problema, reconhecendo-se deste modo estas espacialidades. Ao mesmo tempo, foi reconhecida a produção de conhecimento antropológico, nomeadamente o etnográfico, como prática espacial.

Deste modo, a antropologia e a etnografia foram construindo novos objectos de estudo relacionados com os espaços e as espacialidades, focalizando a sua atenção no estudo das formas onde a paisagem e a “aura” do lugar são produzidos.

Poderemos falar acerca da interacção existente entre o social e o espacial, alimentando-se reciprocamente, e da relação entre as paisagens e lugares que são construções sociais.

O ponto de partida do discurso arquitectónico é o lugar. De facto, parece tratar-se dum termo polissémico. Poderá pensar-se que há vários conceitos de lugar, quando de facto a realidade do lugar é única.

As linguagens especializadas e a necessidade de realizar as análises dos espaços ou estudos de caso para poder observar o problema com maior rigor levaram-nos à actual situação conceptual.

A abordagem do problema do lugar apoia-se também em elementos de carácter social e humano. A sua existência não é possível sem a consideração de factores de sensibilidade e de identidade. É assim o defendeu Raymond ARON:

Esse *ser-se* humano, esse estado de existência e essa "*consciência da nossa identidade*"<sup>3</sup>.

O lugar é, portanto, o *outro corpo* – é a dilatação do corpo de alguém que ao ser envolvido pelo objecto arquitectónico o sensibiliza, quer dizer, o humaniza, o torna sensível; o lugar é, no fundo, um espaço de representação do corpo, é onde o corpo se projecta, é a Arquitectura.

A existência do lugar pressupõe a transformação do espaço. Esta transformação inicia-se com o uso e a sua vivência e experiência vital. Isto é, o modo como nós vivemos a tal transformação.

Julgamos que a dimensão do lugar ultrapassa a sua simples expressão física. Entendemos que os diversos locais existentes

na paisagem acabam por se configurar como "lugares" para os habitantes de determinadas comunidades, para os *lugareños*<sup>4</sup>.

Os lugares acabam por ser locais, sítios, aos quais os *lugareños* atribuem determinadas características, nomeadamente a memória, singular ou colectiva. A experiência continuada desse local, a prática continuada sobre o mesmo local, determina a consideração de lugar. Estes lugares, no seu todo, definem o espaço colectivo dessa pessoa. A comunidade assumirá como lugares os espaços comuns ao conjunto dos seus integrantes conforme a consideração de lugar. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da definição duma identidade própria, a comunidade sublinhará determinados espaços como os seus próprios lugares.

---

<sup>3</sup> "[...] temos consciência da nossa identidade através do tempo. Sentimo-nos sempre este mesmo ser indecifrável e evidente, do qual seremos eternamente o único espectador. Mas as impressões que asseguram a estabilidade deste sentimento, tornase- nos impossível traduzi-las ou sequer sugeri-las." Raymond ARON cit. por LYOTARD, op. cit., p. 93

---

<sup>4</sup> O termo "*lugareño*" admite algumas traduções, mas é em castelhano que assume o seu significado mais profundo. Dai, pensar que dificilmente têm uma tradução certa. Trata-se do "homem do lugar", isto é, onde homem e lugar se fundem.



**Ilustração 4: Cruzeiro do Caminho de Santiago-Ponte de Lima**

*... do "lugar antropológico" (identitário, relacional e histórico) ao "não-lugar" (provisório, efêmero, comprometido com o transitório e a solidão),*

*O conceito de "não-lugar" apenas pode ser aceite como metáfora de uma nova vivência do "lugar" e não a sua negação.<sup>5</sup>*

Estes espaços, previamente sentidos individualmente, desde que apreendidos por uma determinada comunidade, transformam-se em espaços colectivos, em espaços públicos. Deveremos ter sempre presente que a caracterização deste "espaço público" é feita sempre numa pequena escala. Numa escala a mais próxima possível do individual ou familiar.

Neste sentido devemos lembrar o capítulo X "As distâncias no ser humano" do livro de Edward T.Hall "A dimensão oculta"<sup>6</sup> onde independentemente dos valores absolutos serem discutíveis em função dos diversos grupos e culturas, é

---

<sup>5</sup> CAMPELO, Álvaro. 2010 "Espaço, construção do mundo e as suas representações", In Dos montes, das pedras e das águas, ed. Ana Bettencourt; Lara Bacelar Alves, 191 - 206. ISBN: 978-989-8351-02-9. Braga: CITCEM; APEQ., pag 193

<sup>6</sup> HALL,Edward T."A dimensão oculta" . Ed Relógio d'água, 1986

certamente uma referência a não esquecer. Reporta-mo-nos às distâncias “pessoal” e “social-modo próximo”

A memória, individual ou colectiva, alimenta-se das experiências directas, das práticas destes espaços públicos, em função das distâncias. Mas uma acumulação destes espaços, sem o devido relacionamento entre eles, não poderá gerar um sistema de ordem superior.

Esta necessidade de articular os espaços entre si foi estudada por outros especialistas. Álvaro Campelo refere na sua obra “*Espaço, construção do modo e as suas representações*” este aspecto:

*“A questão que se levanta, ao falarmos de espaço, é saber até que ponto a leitura do mesmo, enquanto lugar praticado pode ou deve ser feita dentro de um discurso da lógica, de um princípio organizador, a que acedemos pragmaticamente, e que estrutura a cognição. Pode-se dizer que é a prática do espaço que o estrutura e o organiza num sistema compreensível: estabelecem-se percursos, limites, zonas de habitar, de caçar, de cultivar, de convívio, de partilha e de intimidade; do público e do privado,*

*do profano e do sagrado, de domínio ou poder, do permitido e do proibido, do seguro e do inseguro, da vida e da morte; zonas marcadas pelo género, pela idade e pelo status, etc. Talvez “as coisas no seu lugar” seja a base de uma gramática do espaço!”<sup>7</sup>*

As arquitecturas surgem como resposta à necessidade de expressar e materializar estes espaços e vivências.

A expressão de determinadas relações é estabelecida através de “gestos” que contém as características dos seus autores, os homens que sentiram, experimentaram, praticaram estes espaços. Estes gestos transmitem efectivamente as essências destes lugares. As arquitecturas serão, deste modo, a concretização física espacial da prática dum lugar, individual ou colectivo.

Os espaços da memória acabam por definir estes pequenos gestos que surgem no território. Eles são absolutamente

---

<sup>7</sup> CAMPELO, Álvaro. 2010 “*Espaço, construção do mundo e as suas representações*”, In Dos montes, das pedras e das águas, ed. Ana Bettencourt; Lara Bacelar Alves, 191 - 206. ISBN: 978-989-8351-02-9. Braga: CITCEM; APEQ. , pag 194

necessários para qualificar estes espaços como lugares. A religião como forma de expressão humana e social assume o papel de “ponte”, de referência comum, a estes diferentes colectivos.

Assim, os nichos, como elementos de menor escala, definem uma relação pessoal expressa e comunicada à sociedade. São espaços do reconhecimento e da memória, dedicados quer às pessoas ou seres queridos, quer às divindades.

Neste sentido são comparáveis os nichos da cornija nord-occidental da península Ibérica com os da ilha de Creta.

Quando este espaço da memória passa a ser domínio dum colectivo, a escala do elemento cresce proporcionalmente. As capelas, apropriadas como referências para um determinado colectivo, cumprem análogas funções. Os cruzeiros referem pontos, marcando deste modo determinados territórios.



**Ilustração 5: Cruzeiro Caminho de Santiago junto á Ermida de São Sebastião. Freguesia de Correlhá. Ponte de Lima**



**Ilustração 6: Nicho na EN-204. Searar- Freguesia de Correlhã.  
Ponte de Lima**



**Ilustração 7: Nicho no caminho de Asfrata-Creta**

Definem lugares de escalas muito próximas às do cruzeiro, numa envolvente muito próxima. Avançando nesta escala, as ermidas configuram-se como espaços de profissão duma determinada devoção por parte dum determinado grupo social. Deste modo, a memória consolida-se e reconhece, em muitas ocasiões junto dos itinerários, que por si próprios se definem como lugares, como é o caso do Caminho de Santiago.

Em quaisquer dos casos anteriores, foram estabelecidas relações entre os diversos estádios desta memória colectiva e



**Ilustração 8: Cemitério de São Tomé – Freguesia de Correlhã-Ponte de Lima**

as suas sociedades. Ocupam os mesmos espaços no trabalho e na festa, onde vida e morte convivem para definir uma relação

mais directa e mais aberta, se compararmos as tipologias de cemitérios nas metades norte e sul de Portugal.<sup>8</sup>



**Ilustração 9: Cemitério de Juromenha-Alentejo-PT**

Todos estes espaços da memória, iniciados através dum gesto projectual do nicho ou do cruzeiro, definem em maior ou

---

<sup>8</sup> Uma diferença substancial entre os cemitérios do Norte e Sul de Portugal é a relação estabelecida através duma parede que permite ou não a visão exterior. No Norte esta relação é mais transparente, mais directa. Dalgum modo, a morte está presente na vida, o que não acontece na metade Sul, com muros brancos altos que definem uma separação clara entre vida e morte no quotidiano

menos escala, espaços arquitectónicos. Estes gestos ganham progressivamente presença, quer ao nível de espaços arquitectónicos, quer ao nível da memória colectiva.

Esta presença repetida da memória ajuda à definição das paisagens, convertidas desta forma em arquivos das respectivas memórias. Todavia não deveremos esquecer que a simples acumulação destas arquitecturas não gera, por si mesma, um



Ilustração 10: Chafariz de Lindoso-Ponte da Barca-PT

sistema de relações de ordem superior ao qual iremos designar como paisagem.<sup>9</sup>

### Lavadouros

A paisagem surgirá através da relação entre as diversas arquitecturas praticadas sobre um território, sobre um suporte físico. Estas relações não são unicamente criadas pela perspectiva física, mas também pela cognitiva. Os sentimentos fazem também parte desse tipo de relações. A paisagem gera-se, finalmente, como “lugar de lugares colectivos” A paisagem

---

<sup>9</sup> A noção de paisagem é recente e foi inventada pela Pintura. Não só a paisagem, tal como nós a entendemos hoje e a utilizamos enquanto *conceito*, é recente como foi, insisto, inventada pela Pintura. Os pintores do século XVI começaram por dar alguma importância à paisagem, servindo-se dela como *cenário* ou *pano de fundo*. A paisagem viria a servir, desde o Renascimento até meados do século XIX, de *contexto* sobre o qual as narrativas pictóricas eram veiculadas. Essas narrativas que ocupavam o primeiro plano da representação aconteciam sobre uma paisagem que criava a *atmosfera* e a *profundidade*, mas *lá longe*. *Lá longe* é como a paisagem ainda hoje pode ser entendida – uma imagem longínqua a perder de vista onde se contempla a distância entre *mim* e *ela lá longe*. E, assim, a paisagem define, em confronto comigo, um ponto: o meu ponto-de vista, o ponto que institui uma certa maneira de ver e a partir da qual aquilo que se vê pode ser visto. Este foi o critério que a Pintura usou desde o Renascimento até ao Naturalismo novecentista para dar figura à paisagem.

aparece como contentor das memórias espaciais dum colectivo.



**Ilustração 11: Espigueiros em Lindoso-Ponte da Barca-PT**

A questão levantada por CAMPELO no seu trabalho é absolutamente pertinente:

*“Haverá uma “cultura espacial”, onde conflui o resultado da relação entre as condições orográficas, ecológicas, e físicas do espaço, com a sua prática e apropriação? Nesta “cultura espacial” as representações mentais configurariam sentido,*

*Renovando uma relação com o espaço, pautada por referências passíveis de reconhecimento e de reprodução pelo grupo, como sejam os acontecimentos decorridos nesse espaço, as formas orológicas naturais que se destacam ou os elementos humanizados”*

Entendemos que a resposta á questão levantada é positiva: Esta “cultura espacial” é a paisagem.



### 1.1.1. Paisagem: conceito polissémico.

O termo “paisagem” é um conceito polissémico, sujeito a diversas interpretações ao longo dos tempos e consoante as culturas.

Etimologicamente Paisagem é uma palavra composta formada por “pagus”, que significa campo, aldeia; e por “aticum” “agem” – que designa colecção (BUENO: <sup>10</sup>1971; AZEVEDO: <sup>11</sup>1971), tendo a sua origem no latim. A sua origem é remota. Segundo MESQUITA <sup>12</sup>(2001), o termo “pagus” foi introduzido no século I a.C. pelos romanos na Gália (França), correspondendo a “marco para delimitar espaços agrícolas”. A sua versão espanhola “pagos” ainda é utilizada.

Segundo AZEVEDO (1971), “pagus+aticum” evoluiu para o francês “pays+age” (no século XVI aparece o termo “paugêge”, depois no séc. XVII em 1656 “paysage”), que significa – país, aldeia, e o sufixo “age” que significa “porção de um” (BUENO:

1971). Também em Itália, no séc. XVII aparece “payzano”, étimo relacionado com as pessoas do campo.

O termo “paisagem” evoluiu desde o século XV até hoje, vindo do conhecimento pictórico da Renascença, simultaneamente da aprendizagem do desenho em perspectiva e da pintura da paisagem (TANDY: <sup>13</sup>1982; LEITE: 1982; ZUKIN: <sup>14</sup>2000; MESQUITA: 2001) relacionando-se também com pessoas do lugar (cidadão) (BLEY: 1999). A paisagem, como pintura ou imagem dum lugar, aparece no séc. XVIII na França. Em 1844, o termo paisagista designa as pessoas que pintam paisagens. BUENO <sup>15</sup>(1974) define o termo paisagem como sendo:

*“O aspecto complexo de um lugar, a vista do país. Provem da linguagem dos pintores, que reproduziam cenas campestres”.*

---

<sup>10</sup> BUENO, Francisco da Silveira. Dicionário Etimológico - mimeo, 1971.

<sup>11</sup> AZEVEDO, Domingos. Dicionário Etimológico, mimeo 1971

<sup>12</sup> MESQUITA, Liana de Barros. Compreensão Ecológica da Paisagem: Texto do curso de extensão - Pensar a paisagem, projetar o lugar; Laboratório da Paisagem/CECI, UFPE, Recife, 10 a 20/09/ 2001

---

<sup>13</sup> TANDY, Cliff. (Dir.). Manual de Paisagem Urbano. Madrid: H.Blume Ediciones, 1982. 351 p.

<sup>14</sup> ZUKIN, Sharon. In O espaço da diferença / ARANTES, Antonio A..(Org.) Campinas: Papirus, 2000. p.104-105

<sup>15</sup> BUENO, Francisco da Silveira. Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa: Vocabulos, expressões da língua geral e científica -sinônimos contribuições do tupi-guarani. Santos: Editora Brasília Limitada, São Paulo, 1974. 282p. 6º v. N-P.

Considerando-se o termo paisagem, entende-se assim que a identidade destas também revelava as formas de transformação empregadas pelos seus povos e não somente as suas formas naturais, evidenciando sua cultura, as suas relações de produção e as relações sociais.

Circunscrevendo-nos á literatura castelhana, o termo país poderá encontrar-se em 1597; a palavra paisagem, em 1708. Esta carga etimológica acaba por perder-se no significado moderno; na primeira acepção do Dicionário da Língua Espanhola (pintura ou desenho que representa uma certa extensão de terreno), o sentido espacial torna-se sobreponível ao artístico, e esta questão repete-se na segunda acepção (porção de terreno considerada no seu espaço artístico). Apesar disto, existe sempre um substrato comum formado por um espaço, porção de terreno, *situs* e uma determinada percepção desse território. Por outras palavras, há uma realidade espacial que se percebe dum certo prisma: uma fonte de informação mais ou menos directamente assimilável que se recolhe também em maior ou menor medida. (P. CIFUENTES, S. GONZÁLEZ Alonso, A. RAMOS, 1993).

A concepção da paisagem foi mudando ao longo dos tempos. Eugenio TURRI refere a paisagem, de acordo com uma perspectiva pictórica, deste modo:

*Como sujeito pictórico, ligado à cultura muito antes do que na Europa, poderemos encontrar na China, onde é percebido como manifestação natural do mundo, enquanto síntese vital de princípios opostos, no sentido taoísta – através de elementos perceptíveis como “montanhas” e “águas” ou “vento” e “luz” (de facto é assim como são pronunciadas expressões referidas à “paisagem” no dialecto han).<sup>16</sup>*

Assumindo que a generalização implica normalmente riscos, podemos afirmar que em França *paysage* é uma acepção que se refere ao olhar dirigido do exterior, aparentemente mais ligado á percepção do observador, algo externo a si próprio.

A visão focalizada na vida e a cultura concretiza-se na palavra que nasce nas línguas românicas: *paysage, paisagem, paisatge*,

---

<sup>16</sup> Tradução parcial do autor da edição do livro “Antropologia do paesaggio.” Editorial Marsilio, 2008

*paessagio*. A sua origem está no latim *pagensis*, campesino, **aquele** que vive no campo; através do francês *pays*, inicialmente território rural.

A relação entre pais e paisagem é óbvia. Ultrapassa claramente a simples relação artística que é posteriormente atribuída.<sup>17</sup>

No que se refere a Portugal, o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa<sup>18</sup>, indica a proveniência francesa do vocábulo. Segundo Morais, já no século XVI, embora faça...

*“... notar, porém, que nos primeiros tempos da presença deste voc. em Port. Nem sempre os nossos autores o utilizaram sob esta forma; assim Gois empregou-o de maneira que, a crer na fidelidade do texto que utilizo, bastante o disfarçou: “Has figuras destas imagens todas trouxe Fernam Perez d Andrade, pintadas em panos de paugage, & arvoredos quasi do mesmo modo que sam hos*

<sup>17</sup> COROMINAS Joan. Dicionario Critico etimológico castellano e hispánico, Ed Gredos, 1997

<sup>18</sup> MACHADO, José Pedro: “Dicionário etimológico da Língua Portuguesa” Ed. Horizonte

*panos pintados que faze em Flandres...”*  
*IV, cap. 25, p. 59...”*

Num sentido oposto, em Itália *paesaggio* está mais vinculada à visão artificial da natureza que recria o jardim mediterrânico. Trata-se duma visão mais centralizada na ideia de “aggiornamento” uma visão cénica, de carácter estético, ainda que pareça mais interiorizada. É um apelo à cultura latina. É como o refere Emilio SERENI (1961)<sup>19</sup>.

As diversas visões do projecto, que mudam no decorrer da História neste país, encontram-se referidas no texto de Sónia MARINO<sup>20</sup>. Esta consciência é de tal modo que, no âmbito do Direito, é proposta em 1887 a necessidade de retirar do Direito privado tudo o que refere à agricultura, como elemento que ultrapassa a esfera do privado face a um conceito mais aberto, mais colectivo.

<sup>19</sup> SERENI, Emilio, 1961, “Storia do Paesaggio agrario italiano”, Bari, Ed. Laterza.

<sup>20</sup> MARINO, Sonia “Evoluzione do concetto do paesaggio nella cultura e sue influenze nella normativa e sulla definizione dei distretti rurale”. In Actas de Flai CGIL

No que respeita à Holanda, *landschape* está directamente relacionado com a visão pictórica da paisagem. Esta visão nasce da própria pintura holandesa, ainda que assumida por outros autores ao longo dos séculos. A produção histórica que chegou até hoje é a melhor prova disto.

Na Inglaterra, *landscape* refere mais a consciência histórica do que o território e o seu ordenamento, em tempos da aristocracia vitoriana.

Foram muitos autores a abordar o problema da paisagem.

Álvaro Cunqueiro, célebre homem das letras galegas do século XX, definiu a paisagem como:

*"... algo que está poblado de cosas que águardan uma mirada interesada e significativa"*

Constatámos anteriormente que a paisagem é um conceito intimamente ligado ao Homem e à sua cultura. Algo ligado á cultura dos usos do lugar, do espaço. Ao mesmo tempo, algo que é confrontado e contrastado emocionalmente com os desejos, os anelos, as necessidades, os interesses, a altura..., sempre por referência ao sujeito que contempla.

Na percepção da paisagem integram-se todos os sentidos: a paisagem vê-se, mas também podemos ouvi-la, cheirar, apalpar, sentir... É um elemento complexo uma vez que se interligam uma série de vivências.

Dai a dificuldade de poder avaliar de modo subjectivo a paisagem. É, segundo as diversas definições, uma tarefa contrária ao próprio espírito do conceito.

Como indica César Portela Fernández Jardón<sup>21</sup>:

*"Cualquier paisaje es la imagen de una realidad y la realidad no es otra cosa que la permanente dialéctica entre objetividad e subjetividad. Por ello puede afirmarse que el paisaje es algo objetivo que cada uno de nosotros ve y siente subjetivamente."*

---

<sup>21</sup> PORTELA, FJ C. In ZOIDO N.,F. (coord.), VENEGAS Moreno, C. (coord.) "Paisagem y ordenación del territorio" 2002. Ed Junta de Andalucía, Consejería de Obras Públicas y Transportes, pag 296-302



**Ilustração 12:**Cemitério de Fisterre-Arqº. César Portela

### Imagem e paisagem

A relação entre imagem e paisagem será sempre uma constante. Esta relação directamente relacionada com o âmbito fenomenológico. A obra de Christopher TILLEY intitulada “La Fenomenología del Paisaje: Lugares, Rutas y Monumentos (Exploraciones en Antropología)”,<sup>22</sup> parece-nos, neste sentido, icónica: oferece uma nova abordagem à percepção da paisagem, resultando num extenso ensaio fotográfico acerca das características topográficas da paisagem. Aqui se integram abordagens filosóficas da percepção da paisagem com estudos antropológicos da importância da mesma nas sociedades de pequena escala. Esta perspectiva é utilizada para examinar a relação entre os sítios pré-históricos e a sua configuração topográfica. O autor defende que a arquitectura funerária de pedra do Neolítico actua como uma espécie de lente da câmara, centrando a sua atenção nas características da paisagem tais como afloramentos rochosos, vales dos rios, montanhas e o seu envolvimento imediato. Estes monumentos

---

<sup>22</sup> TILLEY , Ch. “La fenomenología del paisaje: Lugares rutas e monumentos (Exploraciones en Antropología) ”. Ed Berg. 1997 e os textos referidos ao Seminário “Teoria e paisagem. Reflexiones desde miradas interdisciplinarias” da Universidade Pompeu i Fabra, 25-26 Fevereiro de 2011. <http://www.upf.edu/paisatge/#03>

desempenharam um papel activo na socialização da paisagem e na criação de significados.

A Fenomenologia da Paisagem é inusual, dado que liga no campo editorial dois tipos de publicações que estiveram separadas na arqueologia: livros com fotografias e texto académico. O primeiro mostra os monumentos, com textos e interpretação mínimos. O segundo, em que as palavras tentam substituir as imagens visuais.<sup>23</sup>

Será nesta subjectividade da definição de paisagem que incidirá a publicação de Anne Cauquelin "A invenção da paisagem"<sup>24</sup>:

*"Aquilo que é dado a ver, a paisagem pintada, é a concretização do elo entre os diferentes elementos e valores de uma cultura, ligação essa que oferece uma disposição, uma ordenação e, por fim, uma "ordem" para a percepção do mundo."*

<sup>23</sup> Para um maior aprofundamento neste âmbito sugere-se a leitura de "La morfología del paisaje" da autoria de Carl O. Sauer Universidade de California Publications: Vol. 2, No. 2, pp. 19-53. October 12, 1925. Tradução de Guillermo Castro H.

<sup>24</sup> CAUQUELIN, A .A Invenção da Paisagem Lisboa, Maio de 2008 Edições 70.Colecção: Arte & Comunicação, n.93, Pagina 12

A figura de Antonio Bonet Correa serve para concluir que está provada a subjectividade da paisagem, através do seu ensaio sobre a paisagem, titulado "Variaciones sobre el Paisaje":

*"La característica esencial del paisaje es que, si bien que los elementos que lo componen pertenecen a la Naturaleza, ésta de por sí no lo constituye. Para que un paisaje exista, la primera condición es nuestra mirada. La segunda condición es nuestro espíritu. La última es la Naturaleza."*

*"... de una parte hay o modelo, de otra su transformación, su traducción plástica o inventiva. Los elementos de u paisaje están dados de antemano. Su existencia é independiente de la obra artística. Sin embargo, su realidad está sujeta al hombre que los recrea, que los aprehende en su temática. De ahí que se componga no sólo de elementos naturales, sino también de elementos humanos incorporados a su conjunto".<sup>25</sup>*

<sup>25</sup> BONET CORREA. Antonio. "Variaciones sobre e tema del Paisaje" in *Paisaxe e Cultura* (Galaxia, 1955)

Considerando a paisagem como uma área de conhecimento, a mesma foi abordada de diversas perspectivas. De acordo com Rogerie e Beroutchatchvili<sup>26</sup> (1991), a ciência da Paisagem como disciplina científica, percorreu diversas fases históricas:

- **Génese** (1859 – 1920): Surgem as primeiras ideias físico-geográficas sobre a interacção dos fenómenos naturais e as primeiras formulações da paisagem como noção científica.
- **Desenvolvimento biogeomorfológico** (1920 – 1930): São desenvolvidas as noções de interacção entre os diversos componentes da paisagem, por influência de outras ciências
- **Estabelecimento da concepção físico-geográfica** (1930-1955): São desenvolvidos os conceitos sobre a diferenciação em pequena escala das paisagens (zonalidade, regionalização).
- **Análise estrutural-morfológica** (1955-1970): A atenção principal volta-se para a análise dos

problemas de nível regional e local (taxonomia, classificação e cartografia).

- **Análise funcional** (1970 – até hoje): São introduzidos os métodos sistémicos e quantitativos e desenvolvida a Ecologia da Paisagem.
- **Integração geocológica** (1985 – até hoje): A atenção principal volta-se para a interrelação dos aspectos estrutural-espacial e dinâmico funcional das paisagens e a integração numa mesma direcção científica (Geoecologia ou Ecogeografia) das concepções biológicas e geográficas sobre as paisagens.

---

<sup>26</sup> ROUGERIE, G; BEROUTCHATCHVILI, N. Geosystemes et paysages. Colin Editores, 1991. 302p



## A introdução do conceito da paisagem no discurso arquitectónico

A Arquitectura, entendida como área de conhecimento sempre assumiu conceitos provenientes doutras áreas de forma tardia. Tal aconteceu, por exemplo, com o conceito de “não lugar”. No que respeita ao termo “paisagem” a sua inserção no discurso arquitectónico é relativamente recente. Só Christian Norberg Schulz<sup>27</sup> utilizava a palavra “paisagem”, sendo claramente preferido o termo “território”. O discurso da “Tendenza” está cheio de referências ao Território, o que é visível no documento que define melhor este movimento, o número 87-88 de “Edilizia Moderna” intitulado “La forma del territorio” em 1965. Nas palavras de Pedro Borges, na sua tese de doutoramento:

“... A *paisagem* foi usada programaticamente para nomear um conceito que alargava indefinidamente os seus limites de modo a abarcar tudo o que

<sup>27</sup> NORBERG-SCHULZ, C., *Genius Loci: Paesaggio, Ambiente, Architettura*, Milano, Electa, 1979

tivesse a ver com o *espaço*, da escala doméstica à escala geográfica.”<sup>28</sup>

Mas a ligação ao dia-a-dia da paisagem, a abordagem científica segundo perspectivas diferentes, mais ligadas ao âmbito do antropológico, vêm da parte de John Brinckerhoff JACKSON. Desde 1951 este arquitecto americano, considerado o promotor dos estudos de paisagens vernaculares, editou a revista “Landscape”, tendo finalizado uma colecção de nove ensaios com o trabalho “How to study landscapes”<sup>29</sup>

Os seus estudos baseiam-se numa aproximação à realidade através da visita ao local, da observação da realidade. A partir deste conhecimento profundo dos locais avança com uma definição dos códigos compositivos das paisagens.

Neste sentido poder-se-á fazer uma leitura comparada entre os elementos estruturantes da arquitectura da cidade definidos

<sup>28</sup> BORGES, Pedro Maurício de Loureiro Costa. “O desenho do território e a construção da paisagem na ilha de S. Miguel, Açores, na segunda metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas.” Tese de doutoramento apresentada na Univ. de Coimbra em 2007 p.23

<sup>29</sup> JACKSON, John Brinckerhoff. “The Necessity for Ruins and other topics”, Amherst, University of Massachusetts Press, 1980.

por Aldo Rossi nos seus estudos, e estes elementos, que poderemos chamar primários, na leitura realizada por Jackson.

Sendo a estrutura da propriedade o elemento basilar na leitura do território, da cidade e das paisagens, é fácil reparar na coincidência de pontos de vista entre ambos os autores. As infra-estruturas que ROSSI considera elementos primários, no caso de JACKSON são armações que estruturam o território. Propriedades, estradas e casas, são elementos que explicam o desenvolvimento de determinadas arquitecturas sob o território ou sob a cidade, segundo a escala de percepção e observação. A casa, como expressão máxima do fenómeno da habitação nos territórios e paisagens, como elementos edificados neles, será o elemento diferenciador entre os discursos de Jackson e Rossi. Quando Rossi admite a forte relação entre casa e história da forma urbana, nesta obra<sup>30</sup> Jackson vê uma forte relação que refere as acções construídas no território, prévias à instalação da casa: a antropização territorial previamente praticada.

---

<sup>30</sup> ROSSI, Aldo. "Arquitectura da cidade" Edições Cosmos, Lisboa 2001. Primeira edição em italiano: *L'architettura della città*, Ed.Marsilio, Padova, 1966

Do ponto de vista da Paisagem em relação à Arquitectura e ao Território, tentando fornecer uma noção mais complexa e abrangente acerca da Paisagem, devemos lembrar as ideias acerca da Paisagem vertidas por Mosè Ricci na publicação "High\_Scapes Alps."

*A paisagem é a nossa riqueza. É o valor mais alto que nós podemos mostrar no mercado internacional. É a nossa identidade cultural. ....*

*Se o Território pedia á Arquitectura estabilidade e persistência no tempo (no fundo é a Arquitectura quem luta contra o tempo), e demandava o projecto como decisão de autor a paisagem pede á arquitectura tempos não definidos, pede-lhe o facto de poder envelhecer conjuntamente, de poder alterar de modo conjunto e pede ao projecto para ser estratificado, pensado e compartilhado por muitos, de modo a contribuir para a construção de um retrato que é o retrato duma sociedade e não dum autor.*

*A paisagem é um retrato.... ou mesmo a ideia duma paisagem que envelhece ao mesmo tempo que a*

*sua população, ou que, no sentido oposto, não deve envelhecer mas sim permitir as variações e mutações que a economia da sociedade contemporânea trás consigo para encontrar novas forças e uma nova evolução desta paisagem.... A paisagem, no sentido oposto, é... aquilo que eu levo dentro de mim, o meu olho, a minha cultura, o meu ponto de vista, o modo como eu olho, representa a nossa identidade.<sup>31</sup>*

---

<sup>31</sup> RICCI, Mosè: in SCAGLIONE Pino: High\_Scapes, alti paesaggi le Alpi" Ed List, Barcelona, 2009. Páginas 44-45, tradução do autor deste texto

## Lugar e paisagem

Voltando ao discurso de Álvaro Campelo, no que se refere às relações entre lugar, paisagem e território, este autor estabelece uma relação interessante para explicar as diversas relações sobre o território:

*"O que define o território são as suas características estruturais e morfológicas, passíveis de uma dinâmica relacional. É na qualidade de "elementos em relação" que estas características conferem ao território a sua identidade.*

*Enquanto próximas, porque demarcadas pelos limites da unidade territorial a que se referem, também se afirmam por uma densidade de relações e de memórias vividas, que constituem a história desse território. "*<sup>32</sup>

Percebemos que o que é definido no texto anterior como "*história desse território*" é para nós a Paisagem. Esta relação permite-nos intuir o valor histórico da paisagem, como

---

<sup>32</sup> CAMPELO, A. Op. Cit. pag 196

contentor das vivências que se transmitem ao longo do tempo, como contentor de memórias colectivas.

Este valor histórico vê-se reforçado pela sua previdência, através da construção repetida da paisagem, destas arquitecturas que definem os seus valores identitários.

*“A continuidade de práticas sociais num território confere-lhe uma “densidade” que permite o desenvolvimento de determinadas competências, de uma aprendizagem e a reprodução de conhecimento.*

*E é isso que permite aos usuários de um território um domínio mínimo na apropriação do mesmo, partilhável na multiplicação das experiências – que lhes confere segurança –, e na construção de um “olhar” sobre o mundo, base cognitiva de relações credíveis e significativas.”<sup>33</sup>*

Surge, assim, o valor patrimonial da paisagem fortemente ligado à construção das identidades.

---

<sup>33</sup> HARRIS, M. 1964. *Le Nature of Cultural lings*. New York: Random House, pag 196

De facto a interacção entre os conceitos de “História” e “Paisagem” refere inevitavelmente outra visão desta última: a paisagem como arquivo da memória; como arquivo do Território.

Interessa-nos particularmente o conceito do Património, como recurso para a construção cultural da Paisagem, partindo de uma reflexão sobre os conceitos de Paisagem e Património.

A abordagem do tema do Património, inserido na paisagem e em diálogo com ela, permite apontar para uma ordem no território que se encontra aparentemente fragmentado.

Constatamos que o património cultural duma determinada paisagem está sedimentado no *palimpsesto*<sup>34</sup> do território podendo ser um elemento endógeno para a *criação da paisagem positiva*.

É passando pelo entendimento das temáticas da Paisagem e do Património e analisando os fragmentos de informação genética

---

<sup>34</sup> Em termos arquitectónicos o palimpsesto remete para uma situação na qual um determinado espaço ou edifício serve de suporte para sucessivas actuações sedimentadas no decorrer da História.

de diversas origens que é possível perceber o sentido de uma estratégia de valorização do território.

Partindo da leitura da informação do território, procura-se apontar caminhos para a valorização da paisagem rural.

E mais uma vez constatamos a singularidade das paisagens, na medida em que cada paisagem é única e espelha tanto os aspectos culturais como a história natural de um território, daqueles que o transformaram ao longo da sua existência.

É neste contexto que inrompe a ideia do lugar em relação às arquitecturas:

É quando o objecto arquitectónico envolve o corpo, ou, do ponto de vista inverso, é quando o corpo se sente envolvido por ele, que ele-objecto- (ali) deixa de ser objecto e passa a ser lugar (*aqui*)<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Passa a ser lugar-(num "ponto-aqui"): "Com este critério [o do que o espaço existe através da percepção de quem nele se encontra], o espaço está muito mais próximo de ser equivalente a si mesmo do que em todas as partes como nos ensinam geógrafos e géometras; Por outro lado, este espaço conta como um ponto de referencia que o polariza em redor do ser e constitui uma espécie de 'Point ici' que

No caso das relações antropológicas da Paisagem, os gestos ligavam-se às memórias, costumes e ritos. No caso das arquitecturas do território, em relação á forma como o Homem tem vindo a modelar estes territórios, nasce a relação dialógica mais directa entre o "topos", com as características físicas do lugar. Eugenio TURRI <sup>36</sup> aborda estas questões apresentando uma perspectiva multidisciplinar. Nos parágrafos *infra*, traduzidos da versão italiana, pode-se constatar este cruzamento:

*"Qualquer acção humana, até a mais funcional, é motivada internamente pela sociedade, considerando-a como filtros psicológicos, as memórias históricas, as ideologias, as representações, as comunicações internas, todas elas ligadas intimamente aos modos de operar no ambiente, e de utilizá-lo economica, estetica, ludicamente, etc. ..."*

---

estabelece formas privilegiadas a partir da maior o menor influencia que exerce sobre este espaço." Abraham MOLES in EKAMBI-SCHMIDT, Jézabelle . La percepción del habitat, Barcelona Ed Gustavo Gili 1974, p. 7

<sup>36</sup> TURRI Eugenio."Antropologia do paesaggio." Edit. Marsilio, 2008

*A sociedade humana, considerada como organismo biológico, tende ao equilíbrio de recursos que impliquem situações o mais estáveis possível para sobreviver, mas ao mesmo tempo, enquanto organismo social é obrigada a uma série de “urti” da História que alteram os equilíbrios anteriores projectando-os para novas combinações de relação com o Ambiente. É uma espécie de oscilação entre a Ecologia e a História, entre regiões naturais e regiões históricas onde a Cultura intervirá como mediador entre os diferentes requisitos da própria sociedade.*

*É esta subjectividade que dificulta a investigação acerca da paisagem, que leva geógrafos a abandonar este tipo de investigações, ... A paisagem não pode dar totalmente uma informação acerca da funcionalidade destes espaços, salvo uma certa ideia acerca da organização do espaço. Não é por acaso que o homem de hoje é mais facilmente levado a projectar espaços do que a projectar paisagens. Trata-se de operações mais directas, mais simples e “ÚTEIS”. A paisagem deixa-se viver, o espaço deixa-se projectar.*

*A aproximação à paisagem pode ser esquematizada em duas fases: Uma primeira refere-se à percepção*

*da paisagem, isto é, tal e qual nós a reconhecemos, observamo-la, gozamo-la e sentimo-a tendo como apoios os nossos parâmetros culturais e até as nossas próprias inclinações internas. É o processo de identificação territorial através da paisagem. É um processo análogo do reconhecimento duma pessoa através do seu aspecto exterior, a sua fisionomia, a sua forma de vestir, o seu modo de revelar-se à percepção.*

*A segunda fase tem a ver com o conhecimento da paisagem percebida. É a paisagem da percepção dos sinais até às suas descodificações, da fisionomia à fisiologia. É como se quiséssemos reconhecer a pessoa identificada, os seus dados “anagrifici”, os laços familiares, a sua profissão, o seu papel social, etc. ...*

*Isto equivaleria ao conhecimento da paisagem como projecção do espaço orgânico, construído segundo as condicionantes ecológicas, económicas, históricas, estéticas, lúdicas, jurídicas, etc. ...*

*Os usos culturais que poderemos fazer da paisagem dependem do anteriormente referido: O seu posicionamento epistemológico e a sua funcionalidade científica.*

*O problema é que cada uma das condicionantes exige uma aproximação específica ao tema da paisagem, aproximações provenientes de diversas disciplinas, por vezes incomunicáveis entre si. Daí a dificuldade da investigação da paisagem, daí a necessidade de interagir a partir de diversas perspectivas*

*A paisagem é feita dia a dia, momento a momento. É uma paisagem que vive, e propõe factores concretos na relação Homem-Natureza, de modo a reinventar-se continuamente a relação humana e o ambiente. Seja do “lugareño” que vive e trabalha, seja do «cidadão que anima e faz a cidade, ou do poeta que observa e goza... Esta paisagem tem uma dimensão temporal que não poderá ser um único momento, mas sim um somatório de momentos. É uma paisagem cheia de eventos, que poderão ser mínimos, até gestuais, quer desde o devir de eventos singulares, quer de eventos rotineiros e quotidianos.*

*E estes eventos podem ser estritamente humanos, supostamente sem qualquer vinculação com o ambiente, mas geram um momento e provocam na memória colectiva determinadas paisagens: Por exemplo, os presepios.*

*Trata-se certamente dum evento considerado excepcional, mas que acaba por marcar e gerar paisagens, isto é concretizações da memória, como parte da nossa existência, parte de nós próprios.*

### *Paisagem e paisagens*

*Cada homem, enquanto participante duma determinada cultura, gera as suas próprias experiências de paisagem e descobre e estabelece relações com a sua própria paisagem*

*Um indivíduo que nunca tenha saído para o exterior do seu território, as paisagens que possa referir serão poucas. Muitos idosos em determinadas paisagens nunca terão saído dos respectivos vales, aldeias, paisagens, até há relativamente pouco tempo. O mundo seria para eles esses respectivos lugares, que actuavam como um espelho da globalidade do mundo. Obviamente estas situações, com a chegada dos meios de comunicação, deixaram praticamente de existir.*

*Identificar uma paisagem implica identificar as relações existentes num determinado espaço. Identidade de paisagem quer dizer, em resumo, identidades e unicidade de relações., isto é relações comuns aos utentes destas paisagens.*

*A transformação das paisagens enquadra-se mais na evolução das culturas do que na sucessão das gerações que ocuparam de modo continuado um determinado território.*

*A paisagem contém a história que está dentro de si e nas suas formas uma determinada dimensão temporal. Trata-se duma quarta dimensão indispensável para poder ler, interpretar e viver as paisagens actuais. Deste modo, a arqueologia da paisagem gera uma investigação dos elementos do passado e das suas motivações para as respectivas existências em relação aos respectivos estados actuais. Facto destes elementos não poderem revelar os seus significados originais ao homem de hoje, que nunca será o mesmo homem que os construiu, a ausência da sua funcionalidade original no mundo actual, impede uma leitura clara hoje, digamos que falam uma língua já desaparecida, uma língua defunta. É assim como Umberto ECCO<sup>37</sup> refere a necessidade de registar as funções originais, a impossibilidade de perceber semiollogicamente os significados de trabalhos e monumentos arqueológicos.*

*Pode dizer-se que cada processo de humanização, no mínimo nas antigas civilizações, iniciava-se com sinais religiosos. Acto religioso era a "recinzione" dos espaços destinados a acolher a aldeia ou a cidade, como a "recinzione" dos espaços cultivados ou dos espaços tabu nas civilizações agrárias baseadas sobre uma relação mágica com o solo. Cruzes e cruzeiros no meio dos campos, ainda hoje testemunham, nas nossas paisagens, um recurso do "lugareño" de carácter mágico e, ao mesmo tempo religioso, para invocar para os seus campos e culturas a protecção e defesa das calamidades ou dos espíritos adversos.*

*Na perspectiva das antigas civilizações a posse e a conquista de um espaço era marcada pelo erigir dum templo. Assim, o templo constitui o primeiro sinal de humanização dum território, ligando intenções íntimas do individuo, mas ao mesmo tempo, as intenções mais públicas, como as relacionadas com o conjunto da sociedade."*

---

<sup>37</sup> ECCO, Umberto "La struttura assente" (la comunicazione architettonica e la storia) Milano Ed Bomiani, 1968, pp 207-218

.....

O livro de Amos RAPOPORT “House form and culture” foi escrito em 1969 e originalmente publicado numa colecção de sete livros da série “Fundamentos de las séries culturais da geografia” editadas por Philip Wagner. Esta série considerava as construções teóricas subjacentes que formaram, e continuam formando, o ambiente construído, incluindo a religião, a crença, costumes e forças socioculturais. Rapoport apresentou de modo exaustivo as relações entre as formas da cultura e da casa. Igualmente revisou uma série de estudos chave que entrecruzam os âmbitos da habitação, do edificado, do planeamento e da geografia cultural.

Para Rapoport a forma da casa não é simplesmente o resultado de forças físicas ou qualquer outro factor de tipo causal mas a consequência de todo um leque de factores socioculturais vistos de uma perspectiva mais ampla:

*“house form is not simply the result of physical forces or any single causal factors, but is the consequence of a whole range of socio-cultural factors seen in their broadest terms.”*

Rapoport aporta uma visão distinta da arquitectura e do ambiente construído até hoje por outros historiadores ou estudiosos do fenómeno da arquitectura. Em vez de olhar desde a perspectiva dos seus edifícios mais emblemáticos ou até desde os seus monumentos, o olhar de Rapoport parte da arquitectura vernacular e dos elementos mais simples produzidos pelas diversas culturas.

O título do ciclo de lições, **Terra, Água e Homem** compõem um tripé e um conjunto de relações sobre as quais assentamos a caracterização dos diversos lugares, das práticas relacionadas com os mesmos, das identidades territoriais, das paisagens.

O ciclo tenta aproximar o discente aos modos de relação identificados, e a sua valorização para a sua interpretação e eventual consideração na proposta projectual.

.....

A configuração subjectiva e específica de lugares e paisagens:

*«L'uomo abita quando riesce ad orientarsi in un ambiente e ad identificarsi con esso, o più semplicemente, quando esperisce il significato di un ambiente. Abitazione quindi vuol dire qualcosa di più di un rifugio: essa implica che gli spazi dove la vita si svolge siano luoghi nO vero senso della parola. Um luogo è uno spazio dotato di un carattere distintivo. Fin dall'antichità il genius loci, lo spirito do luogo, é stato considerato come quella realtà concreta che l'uomo affronta nella vita quotidiana. Far dell'architettura significa visualizzare il genius loci: il compito dell'architetto è quello di creare luoghi significativi per aiutare l'uomo ad abitare.»<sup>38</sup>*

No âmbito da Antropologia, A. BERQUE é uma referência face à interpretação cultural do conceito “paisagem”. O seu artigo “Des Toits, des Étoiles”,<sup>39</sup> com fortes raízes nas culturas orientais, apresenta ao leitor a dimensão simbólica da paisagem relacionando espaço natural e construído.

<sup>38</sup> NORBERG-SCHULZ, Ch.in Genius loci, paesaggio, ambiente, 1979

<sup>39</sup> In “Annales da receherche Urbaine” n° 74, Dez. 1995

Mas Augustin Berque também trabalha os problemas de concepção social da cidade e da Natureza, como elementos complementares. No livro “ Cinq propositions pour une théorie du paysage”<sup>40</sup>, refere as relações destes temas com o conceito de paisagem, surgindo ela como uma apropriação cognitiva, como uma leitura pessoal Surgirão neste caso apreciações de carácter subjectivo, ainda que partindo da ideia mais objectiva do enquadramento, do cenário físico. Esta subjectividade, ligada à própria apreensão que venha a exercer o observador acerca do elemento puramente objectivo, define um raro equilíbrio entre a objectividade e subjectividade.

Deste modo BERQUE acabará por definir a paisagem como

*“...a consciência entre a imagem sensível e os seus dados reais, físicos e objectivos; a paisagem como um acto de transformação simbólica do espaço.”*

Mas o conceito social de Paisagem, isto é, avançando neste raciocínio, a Paisagem, desde uma perspectiva grupal, será uma representação social, derivada da relação da sociedade com o

<sup>40</sup> BERQUE, Augustin, CONAN, Michel, DONNADIEU, Pierre; LASSUS, Bernard, ROGER, Alain, “Cinq propositions pour une théorie du paysage ». Ed Champ Vallon, 1994

seu ambiente e constituiria uma entidade nem objectiva nem unicamente subjectiva (uma metáfora), estando contida entre estes dois pólos teóricos, não sendo só uma simples representação subjectiva, mas uma *trajection*, emergindo geohistoricamente de uma mediação entre sujeito e objecto.

João Paulo do Rosário Martins, na sua tese de doutoramento sob o título “Os espaços e as práticas. Arquitectura e Ciências sociais: habitus, estruturação e ritual”, dedicou um espaço importante para o estudo destas relações. Assim, refere:

*“O valor na paisagem está em liderar indivíduos ou grupos, em definir as suas relações com o ambiente. De acordo com A. Berque, o ambiente pode ser visto como um campo de relações criadas por um grupo com o seu ambiente, entrelaçando factos materiais e representativos.*

*As representações são construídas com o uso do ambiente, e inversamente, a transformação do território é determinada pelo grupo que a constrói. Estas duas dimensões, uma simbólica e fenomenológica, e a outra ecológica e material, combinam-se com o factor tempo, para formar uma *trajection*. Berque não refere o valor na teoria, mas a noção reforça as suas ideias, e está implícita no*

*que ele chama *mediance*, o sentido de ambiente, envolvendo objectivo, cognitivo, e significado. *Mediance* é a produção via a *trajection*. A paisagem aparece-nos assim como um símbolo de uma dialéctica entre a natureza e cultura, onde a natureza é o modelo do dado em si, do contexto, o conjunto de representações do génio do homem continuamente construídas ao longo do espaço temporal.*

*É mais que um conceito, é um campo pluridisciplinar de conhecimento, estando inteiramente relacionado com um sujeito. Diferentes campos disciplinares observam diversos sujeitos – indivíduos, grupos sociais, culturas – e a partir destes elaboram quadros conceptuais e metodologias de conhecimento da paisagem. Por exemplo para o artista interessa a sua visão pessoal, para o geógrafo interessa a perspectiva dos grupos sociais e a sua interacção com o território, para o historiador poderão interessar os três níveis de percepção. Os diferentes sujeitos são portadores de diferentes mentalidades, culturas, formações e intencionalidades, factores que condicionam a sua interpretação do mundo que os rodeia.”*



### 1.1.2. A relação entre paisagem e agricultura

A maior transformação realizada pelo Homem sobre o planeta foi e será a paisagem agrária, que realmente é a maior fatia de superfície terrestre. A importância do *arquitecto-lugareño* está sempre presente, tendo construído de forma continuada novas paisagens com o objectivo exclusivo da sobrevivência. Estas transformações concretizam-se em acções, tornando-se constantes quando se optimizam esforços e resultados. Poderemos observar como processos lógicos em pontos distantes do planeta, produzem resultados análogos. Ler e compreender estas paisagens significa analisar as conexões presentes, entre forma e raciocínio, identificando deste modo a lógica como positiva, o *léxico* arquitectónico e como positivo o que subjaz neles.

Nada é casual ou arbitrário. A forma nasce neste caso da estricte necessidade. As funções geram as formas... Haverá, por acaso, algo mais integrado na filosofia do Movimento Moderno da Arquitectura? Estas arquitecturas manifestam-se de múltiplas formas, no decorrer da prática quotidiana dos colectivos sobre o Território. A região do Alto Minho não é uma excepção. De facto, a noção dum território onde a pequena escala é patente em toda a sua extensão, esta prática é mais tangível, presente e próxima.

Tudo o que foi exposto ligou-se á visão da pequena escala, desde a proximidade ao Homem, como autor destas arquitecturas. E dentro do âmbito espacial onde as distâncias são curtas, em função da vizinhança já referida, o sistema mais próximo do homem é o sistema agrário. Esta visão centrada na experiência vital e as culturas vêm apoiada até desde uma perspectiva linguística:

O interesse da investigação pessoal desenvolvida no decorrer destes anos pode-se resumir deste modo:

O objecto da nossa atenção primordial é a localização, identificação e valorização dos elementos que configuram a identidade dum território. Estas acções desenvolvem-se no âmbito das paisagens entendidas como elementos receptores da antropização através da memória colectiva do lugar. E tudo isto é feito para a sua aplicação no processo projectual de qualquer escala, iniciando na escala da habitação.

Aquilo que no caso do espaço da fronteira extremeño-alentejana era o vazio na grande escala, <sup>41</sup>no caso do Alto

---

<sup>41</sup> Existem continuas referências a este fenómeno na tese de doutoramento do autor deste texto intitulada « *o Espaço Fronterizo Extremeño- Alentejano: Asentamientos, Urbanismo e Arquitecturas* »

Minho resulta ser a construção pormenorizada na pequena escala. O projecto não poderá responder, obviamente, do mesmo modo num caso e noutro.

As políticas agrárias comunitárias provocaram **por sua vez uma alteração do** conceito da estrutura territorial em Portugal. Consequentemente provocou uma mudança nas paisagens. Teresa Maria Vieira de Sá Marques, na sua tese de doutoramento intitulada “Dinâmicas territoriais: Portugal na transição do século (XX/XXI)” apresenta o quadro de mudanças decorrentes da aplicação do PAC. No que concerne à região Entre Douro e Minho a situação é a seguinte:

*“... no Entre Douro e Minho, entre 1989 e 1999, a orientação produtiva para o leite determinou que as culturas forrageiras e os prados e pastagens permanentes tivessem aumentado. As superfícies de feijão, batata, vinha, algum centeio e as matas, e as florestas, diminuíram. Em 1999 o sistema agro-florestal é marcado pela forte presença das culturas forrageiras, do milho híbrido e regional, das vinhas e das matas e florestas sem culturas sob coberto. A policultura perdeu terreno para dar espaços às produções ligadas ao sistema de produção leiteira e à especialização de algumas culturas (por exemplo a vinha recua em superfície mas ganha em*

*qualidade e especialização).O avanço da urbanização está expresso nas diminuições do SAU<sup>42</sup> (menos 74 mil hectares) e do número de explorações.”*

Apesar das mudanças detectadas, as alterações formuladas, comparativamente com os realizados noutras regiões de Portugal continental, não foram significativas.

Os dados do seguinte quadro comparam os recenseamentos de Agricultura de 1989 e 1999, prendendo-se as seguintes conclusões:

Verificamos um forte contraste entre a propriedade muito dividida e a pequena exploração parcelada do Noroeste às grandes propriedades e explorações do Alentejo. Apesar de estarmos numa fase de grandes mudanças estruturais esta diferença mantém-se continuando ainda a ser substancial. É mais uma vez a constatação da estrutura da propriedade ser uma das primeiras marcas sobre o território no processo de humanização, marcas que persistem com insistência.

---

<sup>42</sup> SAU: Superfície agrícola utilizada.

## Terras agrícolas reconvertidas entre 1989 e 1999

Região (RA)	Valor absoluto (Ha)	% relativo ao total de área reconvertida em Portugal continental	% relativo ao total de área de explorações por região
Entre Douro e Minho	361	0.2	0.1
Trás-os-Montes	10097	5.0	1.6
Beira Litoral	522	0.3	0.2
Beira interior	7872	3.9	1.3
Ribatejo e Oeste	13315	6.6	1.9
Alentejo	160923	79.6	7.5
Algarve	9150	4.5	4.0
Totais Continente	202240	100.0	4.0

Estas acções, decorrentes da aplicação do PAC provocam por sua vez, uma menor incidência nas terras de Entre Douro e

Minho, mas ao mesmo tempo o maior abandono destas terras por causa da inviabilidade num sistema concorrencial, depois de ter-se iniciado a extinção do sistema de exploração familiar.

Mas o processo de reconversão deve ser observado num contexto maior. Asins – Velis já referia na sua comunicação as transformações da paisagem mediterrânea:<sup>43</sup>

*El paisaje rural mediterráneo está en continua transformación (Butzer, 2005); los factores inductores del cambio conciernen tanto a aspectos naturales (sequías, inundaciones, erosión, etc.) como socioeconómicos (desarrollo turístico, ubicación de empresas, migración de la mano de obra,...), políticos (legislación, políticas de subsidios,...), tecnológicos (nueva maquinaria,...) o culturales (preferencias,...), afectados a su vez por fuerzas intrínsecas (a nivel local) y extrínsecas (como las resoluciones de la UE) (Brandt et al., 1999, Bürgi et al., 2004: 859).*

<sup>43</sup> ASINS-VELIS, S.: "Abandono de terrazas agrícolas: procesos de erosión e desorganización del paisaje" in Actas Jornades sobre Terrasses i Prevenció de Riscs Naturals Palma de Mallorca 2007

*Dada la configuración de sus laderas, caracterizadas por suelos poco profundos e fácilmente erosionables (EC, 2005c), la construcción de terrazas a lo largo de los siglos favoreció, en líneas generales, el incremento de la profundidad del suelo, la regulación hídrica (PATTER, 2002: 12; ROOSE, 2002), y, como consecuencia, el enriquecimiento de su composición biótica y su estructura*

Parece que a estrutura da propriedade e as características fundiárias acabam por ter uma forte relação com estes processos de conservação/transformação. Daugstad & Ronningen já referiam em 2006, que o conceito de organização da paisagem agrícola através duma *agricultura activa* era uma estratégia adequada em países como Noruega, por exemplo, sendo também factível em áreas de socalcos mais produtivas ou onde a atenção familiar das terras era considerada *part time*, dominando um conceito de tradição sobre a rentabilidade económica das terras. O problema advém quando se identificam ao mesmo tempo um processo de abandono populacional e um envelhecimento da população residente que fica.

### 1.1.3. Memória e paisagem

Outro dos aspectos ligados à percepção individual ou social da paisagem é a memória. Para Le Goff, a memória “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”<sup>44</sup>.

Entendemos, então, que a memória e a tradição são parte integrante da nossa existência e contribuem de maneira determinante para preservar a identidade cultural reconstituindo-se como “instrumento e objecto de poder”<sup>45</sup>. Os aspectos da memória que podem interessar mais nesta lição ficam de algum modo referidos nestes textos de Paolo Colarossi:<sup>46</sup>

*“Credo possano essere individuate due categorie di immagini. Quelle che possiamo chiamare memorie di spazio e quelle che possiamo chiamare memorie*

<sup>44</sup>LE GOFF, Jacques. 1984,. Memória-História. In Enciclopédia Einaudi.V.1. Verbetes “História”, “Memória”, “Documento / Monumento”. Lisboa: I.N.C.M, 1984. p.46

<sup>45</sup> LE GOFF, Jacques 1984, op.cit.p. 46)

<sup>46</sup>COLAROSSl, Paolo LATINI Antonio ietro “La progettazione urbana Metodi e materiali” tomo II, pag. 92 e ss. Ed sole 24 ore

*di luoghi. Le prime sono le immagini che servono sostanzialmente all'orientamento nel mondo físico, a collocarci nello spazio che abitiamo per un periodo della nostra vita. Le memorie di luoghi sono quelle che ci provengono dalle esperienze percettive legate a momenti "speciali" e coinvolgenti della nostra vita. Qui chiamiamo speciali non solo le esperienze eccezionali, ma anche le esperienze quotidiane, alcune delle quali, anche se ripetute, puré costituiscono esperienze coinvolgenti. Come il piacere di percorrere nello stesso giorno, in andata e ritorno, una strada che amiamo. O provare il piacere di fermarci, magari ao tramonto, in um parco. O incontrare qualcuno in uma piazza”*

Posteriormente, os comentários referidos à relação entre o habitar na casa e na cidade e o relacionamento com os espaços públicos podem ser extrapolados para a relação no Alto Minho, onde constatamos que os espaços públicos ficam reduzidos às envolventes das respectivas habitações, aos gestos de arquitecturas nestes topos, nestes lugares assim referenciados nos mapas mentais dos seus habitantes. Estas relações com a cidade podem verificar-se, também neste caso, com a paisagem e os espaços destas memórias individuais e colectivas.

Assim, os conceitos espaciais e temporais do que é longínquo e próximo são expressos tomando como referentes os nossos centros existenciais, os nossos lugares, fundamentalmente a nossa casa, ainda que inserida num contexto determinado.

As memórias destes lugares vão-se sobrepondo em “layers” de informações, apoiadas nas memórias precedentes. Com as memórias do lugar construímos um “arquivo de mapas mentais diversos, sempre ligados às respectivas experiências com o lugar. É Este conjunto de experiências acerca dos lugares do nosso território que configura a nossa existência, define as nossas paisagens.

A relação da memória com a imagem foi uma constante nas observações dos intelectuais, independentemente da época. Assim, Frances Amelia YATES<sup>47</sup> escreve a partir do *Ad Herennium* (um tratado compilado por um desconhecido professor de retórica em Roma *circa* 86-82 AC):

---

<sup>47</sup>Historiadora inglesa especializada em temas referidos ao Renascimento, ex-professora do Warburg Institute na London University. “The Art of Memory” (1966), pag 22-23

*«A memória artificial estabelece-se a partir de lugares e imagens [Constat igitur artificiosa memória ex locis et imaginibus], a definição de base a ser repetida ao longo do tempo. Um locus é um lugar facilmente apreensível pela memória, tal como uma casa, um espaço entre colunas, um canto, um arco, ou algo de similar. As imagens são formas, marcas ou simulacros [formae, notae, simulacra] daquilo que queremos lembrar. Por exemplo, se queremos lembrar o género de um cavalo, de um leão, de uma águia, temos de colocar as suas imagens nos loci adequados. A arte da memória é como uma escrita interior. Aqueles que conhecem as letras do alfabeto podem escrever aquilo que lhes é ditado e ler aquilo que escreveram. Da mesma forma aqueles que aprenderam mnemónicas podem colocar em lugares aquilo que ouviram e reproduzi-lo de memória. [...] Se nos quisermos lembrar de muita informação devemos equipar-nos com um vasto número de lugares. É essencial que os lugares formem uma série e sejam lembrados na sua ordem, para que comecemos por um locus qualquer na série e possamos mover-nos para à frente ou para trás a partir daí. [...] A formação dos loci é da maior importância, já que o mesmo conjunto de loci pode ser usado uma e outra vez para lembrar informação diversa. As imagens*

*que aí colocámos para lembrar um conjunto de coisas esmorecem e são apagadas quando não lhes damos mais uso. Mas os loci permanecem na memória e podem ser usados outra vez ao colocar-se um outro conjunto de imagens para um outro conjunto de informação. Os loci são como as barras de cera que permanecem quando aquilo que nelas foi escrito é apagado e de novo estão prontas para ser escritas».*

Lugares onde se colocam imagens cuja presença e disposição nos fazem lembrar. Lembrar – rememorar, ...



#### **1.1.4.A dinâmica transformadora das paisagens**

É hábito perceber o interesse pela paisagem como uma atitude conservadora. Tratar-se-ia neste caso duma percepção fundamentalista acerca das atitudes escolhidas, acerca das formas de intervenção nos territórios.

De facto a transformação da paisagem é um processo lento, silencioso, na maioria das ocasiões sem qualquer interrupção.

Diversas opções socioculturais foram transformando estas paisagens. Se repararmos, o modo como o processo evolutivo da Arquitectura convencional, aquilo que hoje é considerado paradigmático e identificador de determinadas opções territoriais, concluímos que o mesmo é consequência das abruptas mudanças importantes ou continuadas no decorrer do tempo. Dum modo geral, pode-se afirmar que as paisagens que conhecemos actualmente não são tão antigas e procedem dos últimos dois séculos. Nalguns casos, podem-se constatar transformações radicais, provenientes das mudanças no sistema da propriedade das terras, como é o caso dos reparcelamentos. Este é um caso em que podemos avaliar a complexidade das paisagens. Mas esta complexidade não advém só das relações estabelecidas, sendo fruto do

cruzamento de relações definidas em muitos e variados âmbitos.



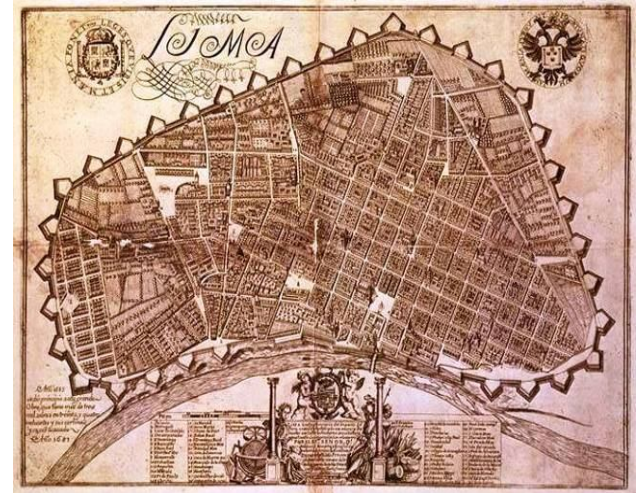
**Ilustração 13: Shangai urbanscape: 1990-2010**

Os geógrafos A. VILLA e J. OJEDA referiram estes aspectos:

*“El paisaje no es sólo una categoría compleja porque en él se relacionan formas objetivas y percepciones subjetivas, sino porque, además, es el resultado material de un proceso secular de vinculación de una comunidad con su medio-acumulador o totalizador histórico- y, también la consecuencia de un proceso de transformación cultural de espacios creativamente contemplados o percibidos –artialización–”<sup>48</sup>. Por tanto, la transformación del paisaje supone una alteración cultural de primer orden. O’FLANAGAN (1996) incide en que son las tradiciones culturales, normas complejas y detalladas sobre la posesión de las tierras y simples razones de supervivencia –en las que se integran las lógicas de manejo de los recursos naturales–, las que “se combinan y alian para dirigir, de una manera explícita, la formación de paisajes culturales”.*

A colonização, o reflorestamento e a concentração parcelar eram paisagens criadas por políticas estatais **produto** dum

plano premeditado que alterava substancialmente as paisagens culturais a partir da mutação imposta **pele** metabolismo social<sup>49</sup>



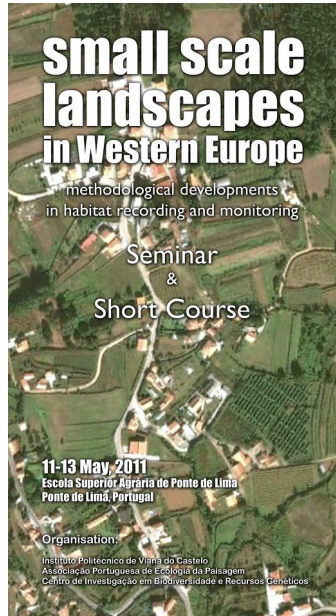
**Ilustração 14: Planta de Lima, século XVII**

<sup>48</sup> VILLA Díaz, A.; OJEDA Rivera, J., (2005), "Paisajes coloniales en el Bajo Guadalquivir. Origen, evolución e carácter patrimonial", PH Boletín do Instituto Andaluz do Patrimonio Histórico, Año XIII, 52, pp. 43-51

<sup>49</sup> CABANAS, Ana. "Lo que queda de as agras. La evolución del paisaje agrario en Galicia.: A terra Chá: 1954-1968" , in Ager, revista de estudos sobre despoblación e desarrollo rural., nº 7, 2008, pag. 15.

Esta dinâmica transformadora apresentada mantém no seu seio uma dualidade, especialmente quando foi desenvolvida uma acção colonizadora, que implicou uma transformação das coordenadas iniciais, e que desta forma foram substancialmente alteradas.





## 1.2 A pequena escala territorial

As descrições anteriores, que ajudam à compreensão global das paisagens patentes no decorrer do Vale do Rio Lima, apoiadas por técnicas analíticas e interpretativas de Corine Land Cover, permitem adivinhar uma certa dificuldade para chegar às “origens” genéticas destas paisagens, baseadas fundamentalmente no domínio duma escala territorial onde uma grelha de 1 km<sup>2</sup> de superfície resulta certamente ineficaz. Acontecem demasiadas coisas dentro deste quadro utilizado como padrão de organização espacial, dentro da dinâmica

CLC<sup>50</sup>. De facto existe hoje em dia um movimento que tenta responder a este facto em determinadas regiões europeias.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo, a Associação Portuguesa de Ecologia da Paisagem e o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos colaboraram na organização de uma conferência<sup>51</sup> centrada nos desenvolvimentos metodológicos ao nível da vigilância e monitorização de paisagens heterogêneas na Europa Ocidental.

### Ilustração 15: Cartaz anunciador do seminário Small landscapes in Weestern Europe. Refóios-Ponte de Lima-2011

O ponto de partida desta acção era a dificuldade levantada pela monitorização e vigilância de paisagens heterogêneas da Europa Atlântica, em função desta pequena escala. Estas paisagens, pela sua imcontornável diversidade biológica apresentam uma aparência distinta bem como os produtos

<sup>50</sup>CLC é o acrónimo de Corine Land Cover

<sup>51</sup> “Small scale landscapes in Western Europe” decorreu na Escola Superior Agrária de Ponte de Lima IPCV, Maio de 2011,

agrícolas. A esta escala, a heterogeneidade e (bio) diversidade das zonas rurais apresenta problemas de vigilância e subsequente monitorização, em particular:

- \*Um número elevado de pequenas parcelas;
- \*a extensão e número de elementos lineares;
- \*as sobreposições entre os elementos lineares e as parcelas;
- \*o número de habitats associados a uma dada unidade

Nos últimos 25 anos, têm-se desenvolvido acções de vigilância e monitorização em diversos países Europeus que conduziram, no último ano, à implementação em Portugal da iniciativa EBONE<sup>52</sup>. O seu objectivo é a monitorização de habitats e biodiversidade à escala Europeia.

Daí que a resposta de alguns investigadores seja enquadrada por propostas mais reduzidas (a grelha de 250 m de lado, por exemplo) para desenvolver trabalhos nesta linha<sup>53</sup>. Todos os

elementos avaliados referem de imediato a pequena dimensão territorial e a pequena escala.

Duma parte a dimensão reduzida e, dentro desta dimensão, a existência de diversidades que convivem num espaço de pequenas dimensões. E ao mesmo tempo, possivelmente, a modo de identidade destes espaços e territórios, uma capacidade de coexistirem situações que acabam por sobrepor-se no território mantendo cada uma delas a sua identidade.

Estas características advêm do facto de existir um cadastro com inúmeras propriedades de pequena dimensão. Esta distribuição constante no decorrer de todo o território propicia estas proximidades, estas promiscuidades no terreno, esta noção específica do lugar e, ao mesmo tempo, a caracterização das dimensões de todas as relações. Mas, curiosamente as relações pessoais, segundo Edward T. Hall<sup>54</sup> formalizadas através das definições de distância íntima, pessoal, social, ... que mudam conforme os grupos sociais.

---

<sup>52</sup> EBONE: Acrónimo da European Biodiversity Observation Network

<sup>53</sup> Véase o conjunto de trabalhos apresentados em o âmbito do seminário con participación de alumnos da UFP, cadeira de seminário I, Mestrado de Arquitectura e Urbanismo.

---

<sup>54</sup> MARTINS João Paulo do Rosário. Tese de doutoramento "Os espaços e as práticas. Arquitectura e Ciências sociais: habitus, estruturação e ritual" Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Julho 2006



**Ilustração 16:**Lugar de Pedrosa. Ponte de Lima. Verão.Original  
escala 1/500

Poderemos afirmar neste caso que existirá uma acomodação destas distâncias à construção do território onde os lindes, através destas construções do pormenor, a leira, a agra, ... são elementos essenciais para esta definição.

Apresentam-se toda uma diversidade de elementos em que a combinação dos elementos é um factor de diversidade espacial. Latadas, ramadas, socialcos, levadas, interagem face à definição destes limites e as arquitecturas sobre estes territórios marcam-nos.

Esta pequena escala que permite verificar a existência de especificidades e elementos diferenciais em espaços muito reduzidos, onde alguns elementos provenientes da cidade difusa se misturam com elementos tradicionais que pertencem a níveis de relações que subsistem apesar da irrupção do fenómeno do *urban sprawl*.



### 1.2.1. Propriedades e culturas: estradas e casas.

A permanência das propriedades fundiárias caracteriza uma das matrizes estruturantes da paisagem e da cidade. Salvo casos de ruptura como são os projectos de emparcelamento ou acções traumáticas nos tecidos urbanos, esta matriz é a peça mais fiável para servir de suporte para outros elementos de estudo. Constitui o segundo acto humano transformador do território, depois das estruturas viárias: Marcos, muros, vedações, lindeiros, ... são uma consequência directa entre a propriedade fundiária e as estruturas viárias.

O facto de dividir, de definir as propriedades, terá uma formalização arquitectónica na paisagem segundo as diversas culturas: muros de pedra no Alto Minho ou Sintra, canas na região Oeste, tapumes<sup>55</sup> nos Açores, ... Medir, dividir e marcar são acções que **irão** definir este segundo "layer" paisagístico.



Ilustração 17: Vedação-socalco. Estorãos-Ponte de Lima

---

<sup>55</sup> Em palavras de BORGES na sua tese (p.233): Assim se percebe que o articulista da *Revista Universal Lisbonense* considere os *tapumes* como o grau zero da agricultura moderna de Oitocentos, pois que, em Inglaterra, à *frente das medidas* a tomar para aumentar o desenvolvimento agrícola esteve a *tapagem das possessões*. "Com estes tapumes dobraram em toda a parte as produções agrícolas, e no



**Ilustração 18: Vedação minhota.**

A visão de BORGES acerca das estradas parte dum princípio jurídico, do poder que representam:

*“As estradas são um instrumento de afirmação do poder público. Seja o Estado, através da Direcção de Obras Públicas, no caso das Estradas Reais, sejam as Municipalidades, para os Caminhos Vicinais, as estradas e caminhos vão usar da lei para, impondo*

---

condado de York triplicaram”. (in “Tapumes das Propriedades Rurais”, *Revista Universal Lisbonense*, tomo V, 1846, p. 205.

*o seu traçado aos terra tenentes micaelenses pouco acostumados com uma tal intervenção no ‘seu’ território, serem a própria figuração do poder público na paisagem”<sup>56</sup>*

Mas a importância destes elementos já foi detectada anteriormente:

*“L’entretien des chemins est un é objets les plus importants et ordinairement les plus négligés dans toutes les exploitations rurais.”<sup>57</sup>*

O processo de humanização do território acabou por concretizar-se através das culturas existentes. É o layer que caracteriza de forma mais evidente o conjunto, dando coesão entre os layers anteriores e permitindo a leitura transversal: início e final do discurso antrópico, definidor de paisagens e elemento ligante entre as partes, fornecedor duma terceira dimensão.

---

<sup>56</sup> In BORGES op.cit.

<sup>57</sup> In .C. J. MATHIEU de Dombasle, *Calendrier du Bon Cultivateur Ou Manuel de l’Agriculteur Praticien*, Paris, Bouchard-Huzard, (8.me éd.), 1846, p. 18

No que se refere à cultura galaico-minhota, as culturas em diversos regimes, os socalcos, a ambivalência dos terrenos explorados em dois níveis, através da coexistência do milho e das ramadas no mesmo terreno, até um terceiro nível, quando as uveiras se disseminavam pelo território. Numa situação similar à estudada nos Açores-São Miguel<sup>58</sup>



**Ilustração19: Policultura e vedações-Ponte de Lima**

---

<sup>58</sup> Através da agricultura, os colonos humanizaram o espaço natural da ilha. No início, reconheceu-se o território, nomeou-se a topografia. Depois, queimou-se a floresta e roçou-se o mato para cultivá-lo. Uma geologia vulcânica de idades variadas cria o solo de pedra que é preciso arrumar. Empurrando a *silva* para o *hinterland*, a agricultura ordenou e construiu o espaço habitado pelos colonos.

### **1.2.2. Apontamentos para a definição dos elementos compositivos da paisagem na pequena escala**

Neste subcapítulo partiremos do conceito defendido acerca das arquitecturas que definem os territórios. Na hipótese de perceber estes territórios conforme as regras de composição, deveremos admitir que estas regras poderão ser similares às geradas pelos elementos de composição arquitectónica, entendido este termo do modo mais convencional.

A intenção é descrever brevemente quais são os elementos básicos que compõem estes territórios e explicar como foram geradas as arquitecturas existentes, ajudando á configuração das respectivas paisagens.

Deste modo poderemos actuar com idênticas ferramentas projectuais, ou as suas reinterpretações, com um maior conhecimento e com a incorporação do objecto projectado no processo de transformação consciente da pequena escala.

Pontos, linhas e superfícies são os elementos geométricos intervenientes nas composições tridimensionais. Reclamamos para o caso da paisagem análogo tratamento, onde os critérios

de carácter estético se assumem a partir de perspectivas mais próximas ao funcionalismo.

Ritmos, repetições, simetrias, são conceitos que poderemos identificar nas diversas formas com positivas analisadas. Ergonomia, Ideologia, Meteorologia, ... são áreas de conhecimento afim a estes estudos.

As árvores, entendidas como pontos no território, definem determinados espaços, ajudam na configuração dos lugares.

Na mesma linha de reflexão, os pontos acabam por definir nascentes de água, poços, noras, chafarizes, nichos, espigueiros e cruzeiros.

As linhas surgem a partir da repetição de pontos realizada com determinados ritmos. Este recurso ajuda no sublinhado de determinados espaços, para torná-los visíveis desde longe, em paralelo á definição de determinados biotopos.

Linhas que surgem a partir dessa repetição de elementos ou acções. Alinhamentos de árvores, por exemplo, reforçando a presença numa linha de água.

Mas também para proteger as terras das cheias, como é o caso



**Ilustração 20: Alinhamento concelho de Évora**

da obrigação dos proprietários de terras circundantes com o rio Lima, de forma a proteger dos aluviões.<sup>59</sup> Ou a definição dum

<sup>59</sup> Do livro de Actas das Vereações da Câmara Municipal de Ponte de Lima 1834-1836: em sessão de 27.8.1839: “Dita nº 354, 1ª Repartição com data de 24 do presente articipando que tendo a Junta Geral do Distrito na sua reunião próxima pretêrita tomado em consideração os estragos que faz o Lima todos os anos nas suas margens em prejuízo

*trilho* como acto reiterado do caminhar por um mesmo ponto, de modo anónimo, marcando o território.

Alinhamentos de pedras qualificam determinados espaços aos que a memória colectiva designará ocasionalmente como lugares.<sup>60</sup> Mas os alinhamentos de pedras também configuram muros que ocasionalmente servem para definir determinadas arquitecturas inculcadas no território. Estas estruturas geram determinados sistemas de utilização territorial, estendidos por todo o planeta.



**Ilustração 21: Xerez- Concelho Reguengos de Monsaraz**

*manifesto da agricultura e da navegação, decidiu que esta Câmara e a da Vila de Viana obrigassem por meio de posturas aos possuidores de prédios limítrofes ao rio a plantarem árvores aquáticas com abundância nas margens de um e outro lado do mesmo,”* (elemento tomado da pesquisa realizada pelo mestrando João Abreu na sua dissertação em curso.

<sup>60</sup> Casos como Stonehedge ou Xerez, referências internacional e nacional respectivamente



**Ilustração 22: Plano da alameda de Ponte de Lima**

Os planos surgem como leitura tridimensional das linhas anteriores. Estas resultam das intersecções de planos no espaço tridimensional. Combinações de planos acabam por gerar soluções arquitectónicas que definem identidades territoriais e ajudam na definição de identidades paisagísticas. Estes pormenores são claros nas arquitecturas do vinho que posteriormente serão expostas.

Ao mesmo tempo, as intenções dos gestos são claras e surgem elementos nestas paisagens que focalizam a atenção dos seus usuários/actores. Centralidade, focalidade, perspectiva, profundidade, ... são características que se podem identificar até nos chamados gestos arquitectónicos.

Por exemplo, no caso dos nichos nas paredes, dão-se situações análogas às defendidas nos níveis de análise perceptiva identificados na arquitectura das igrejas românicas<sup>61</sup> do Principado de Andorra, como estudo de caso, extrapolável ao conjunto do Românico.

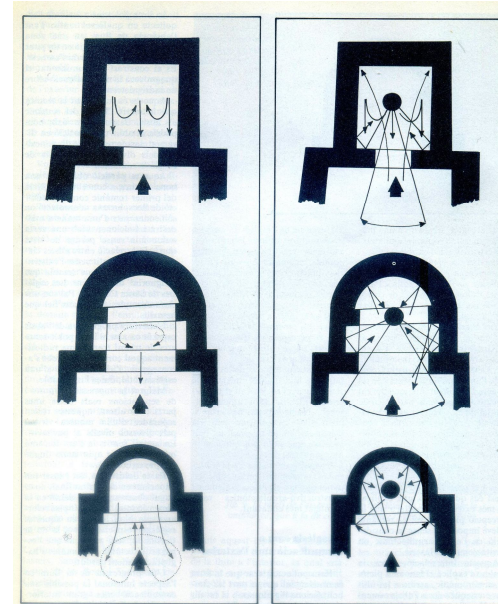
---

<sup>61</sup> MADRIGAL, José M. P. e, 1981. "Consideracions sobre l'espai arquitectònic arran les esglésies romàniques d'Andorra", *Quaderns d'estudis medievals* 1, 1: 173 - 186



**Ilustração 23: Nicho no caminho de Qozhaya (Libano)**

Os cruzeiros, regra geral, definem na sua envolvente uma centralidade dada a sua localização em pontos isolados, gerando na mesma espaços ligados entre si próprios. O sentido perspéctico, como recurso positivo, surge de forma natural na focalidade que provoca o aparecimento de determinados edifícios, ao longo do Caminho de Santiago, por exemplo.



**Ilustração 24: Ábsides românicas de igrejas do Principado de Andorra.**

Combinações entre pontos e linhas, junto ao tratamento das superfícies assim geradas, conseguem sistematizar quaisquer paisagens. Os materiais e as diversas texturas aplicadas “per se” ou definidas pelo homem, designam uma maior variedade de combinações, simples, mas eficazes.



**Ilustrações 25-26: cruzeiro de Pedrosa.Freg. de Correlhã-P. de Lima**



### 1.3 Topos : Alto Minho como estudo de caso

O objectivo pedagógico primordial baseia-se na consideração do Território como um laboratório. A necessidade de afixar um espaço numa escala adequada é inerente para prosseguir a investigação aplicada neste caso acerca do lugar. A consideração adimensional numa parte das suas características é aquilo que nos aproxima ao conceito grego de "topos". Daí que seja utilizado este termo para nos podermos referir à globalidade do conjunto de elementos tangíveis e intangíveis que conformam as características dum espaço objecto da nossa especial atenção.

Apresentamos de seguida a caracterização do Vale do Lima a partir das perspectivas Física e Paisagística. Trata-se dum passo prévio à aplicação dos elementos teóricos anteriormente expostos no estudo de caso, avaliando como, Terra Água e Homem se misturam e interagem face à caracterização da arquitectura territorial destas unidades de paisagem.

Nesta relação dialógica objecto de estudo, o *topos* resulta ser o vale do rio Lima, entendido como espaço laboratorial, como espaço de trabalho e enquadramento territorial que serve de suporte principal às acções praticadas. Parece lógico proceder

previamente à descrição deste espaço. Numa segunda etapa procederemos à caracterização de usos do solo, segundo análises praticadas com base no CLC<sup>62</sup>, ainda que oferecendo a visão crítica que permita elaborar uma aproximação mais real do que ocorre nesta escala territorial.



**Ilustração 27: Bacia hidrográfica do rio Lima**

---

<sup>62</sup> Corine Land Cover (CLC) é o método de análise adoptado pro la iniciativa ESPON da Unión Europea que suministra dados sobre la dinámica dos usos de suelo en este continente no decorrer dos últimos 20 anos

### 1.2.1. Descrição física<sup>63</sup>

Entendemos que a descrição realizada pelo autor do Plano da Bacia do Lima, no seu terceiro volume reflecte o que pretendíamos expressar. Debruce-mo-nos sobre a mesma:<sup>64</sup>

*A bacia do rio Lima, de forma alongada e direcção ENE-WSW atravessa afloramentos graníticos, que intruíram e metamorfizaram xistos e meta-grauvaques do Câmbrico e do Silúrico, na maior parte da sua extensão. Os diversos vales têm um traçado predominantemente rectilíneo existentes na bacia, como é o caso do rio Lima, de alguns afluentes da margem direita - rios Castro Laboreiro, Labruja e Estorãos - e também, da margem esquerda - rio Queijais -, cujos traçados apresentam orientação dominante N-S a NE-SW. São excepção*

---

<sup>63</sup> Este subcapítulo foi inspirado em parte no trabalho intitulado *Do Plano da Bacia Hidrográfica do Lima Vol. III Análise da autoria conjunta das seguintes firmas: Hidrorumo.Projecto e Gestao SA; Hidro4 consultores de hidráulica Recursos hídricos e ambiente Lda; ProceSL Engenharia hidráulica e ambiental Lda.; Proistemas, consultores de Engenharia. SA*

<sup>64</sup> AAVV (Hidrorumo, hidro4, procesl, prosistemas) *Do Plano da Bacia do Lima Vol. III Análise autor, pag.3,2001*

*os rios Âncora e Neiva, ambos escoando em direcção ao Oceano Atlântico com direcção E-W.*

*De referir, ainda, alguns retalhos de terraços fluviais associados ao rio Lima constituídos por depósitos de areias caulínicas com intercalações lenticulares de argilas.*

*A altitude média da bacia do rio Lima é de 447 metros. Os sectores mais elevados da bacia correspondem à Serra da Peneda a norte, com 1 416 m, e à Serra Amarela a sul, com 1 361 m.*

*Desde a fronteira com Portugal até à foz em Viana do Castelo, pode identificar-se três sectores distintos no rio Lima: o sector de montante, de declive suave, que ronda 800 m de altitude; o sector intermédio, declivoso, que corresponde ao percurso montanha, onde o vale é muito encaixado com vertentes íngremes e o sector de jusante, onde o vale se apresenta largo, de vertentes suaves, particularmente a jusante de Ponte de Lima.*

*Quanto à aptidão do uso do solo o florestal ocupa, entre elevada e moderada, proximadamente 48% da área total da bacia, o que é significativo quando comparada com a aptidão para uso agrícola, que para a mesmas classes ocupa apenas cerca de 22%*

do total. De referir que a aptidão para cada um dos usos principais (agrícola e florestal) diz respeito separadamente à área total da bacia. Os solos com aptidão agrícola elevada, na bacia do Lima, têm actualmente uma utilização bastante intensa.



**Ilustração 28: Hipsometria do Vale do rio Lima**

*Uma das características deste território é a utilização de águas subterrâneas através de captações verticais que não ultrapassam os 80 metros, devido à pouca profundidade relativa da presença de rocha sã. Dá-se a circunstância de por vezes não serem ultrapassados os 30-40 metros de profundidade com este sistema.<sup>65</sup>*

Segundo o Plano da Bacia do Lima (vol. III) estima-se que mais do 53% dos usos consumidos na área deste Plano correspondem a águas subterrâneas

### **Paisagem**

De seguida apresentamos os valores paisagísticos vistos de diversas perspectivas, ainda que convergentes ao longo do trabalho.

Em termos convencionais, podemos avaliar a bacia hidrográfica do rio Lima positivamente com grande interesse paisagístico. Neste caso convergem nesta unidade territorial diversas

---

<sup>65</sup> Do: AA.VV. "Plano da Bacia do Lima Vol. III" pag 7

unidades de paisagem. A expressão visual destas unidades, cada uma delas em diversas proporções, vem do facto de aí se combinarem elementos tais como a geologia do granito, o relevo, a ocupação do solo, os elementos hidricos e finalmente os valores.

A qualidade paisagística da bacia hidrográfica do rio Lima mantém níveis acima da média nacional.

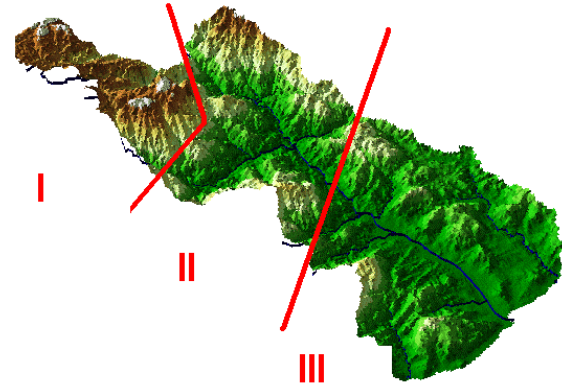
Definimos os seguintes cenários no vale do rio Lima luso:

#### 1 – Um primeiro troço entre a raia e Ponte da Barca.

Trata-se de uma série de espaços dominados pelo cenário serrano, com cotas altas e maciços graníticos das serras do Soajo, Peneda e Castro Laboreiro, na margem direita do rio Lima e serra Amarela na margem esquerda.

Os afluentes mais extensos - os rios Vez e Laboreiro -, ambos à direita, em conjunto com outros afluentes importantes, desenvolvem subunidades de paisagem singulares de interesse.

O Vale do rio Lima assume neste troço um perfil em **V** muito pronunciado, com vertentes abruptas e declives acentuados



**Ilustração 29: Sub-unidades de paisagem no rio Lima**

nas encostas.

Em tempos anteriores às construções de barragens, especialmente na faixa internacional, o rio corriam segundo regime torrencial no fundo do talvegue em cotas pouco visíveis aos olhos do utilizador das estradas vizinhas. As novas barragens (Alto Lindoso e Touvedo) a jusante provocaram uma cota de água superior à anterior, tendo-se transformado o perfil e as diversas paisagens decorrentes deste facto.

2.– Um segundo troço de carácter intermédio, entre Ponte da Barca e Gandra serve de ligação entre o troço final e o serrano anteriormente referido, apresentando um vale mais alargado.

Este vale formaliza-se em forma de **U** ladeado por cotas montanhosas mais baixas. Estas cotas aparecem num segundo plano, configurando em várias ocasiões os seus limites, vegetação e estruturas agrárias, com declives muito leves, quase planos. A velocidade de passagem das águas neste troço viabiliza maiores fertilidades nestas ribeiras.

3– O troço final, até a foz, em Viana do Castelo, é conhecido como “Ribeira de Lima”.\_O perfil transversal é absolutamente aberto, sendo as referências de fecho visual muito afastadas do curso de água, sendo mais pronunciada na margem direita.

Alternam-se elevações isoladas de cimos arredondados com mais pontiagudos

Neste troço, o rio Lima assume de facto o papel principal no valor cénico da paisagem, caracterizando-se por um traçado de curvas muito extensas e largas, correndo por entre margens vastas e completamente planas, apresentando nos meandros, belos areais; pequenas ilhas com vegetação arbustiva são também muito frequentes, contribuindo para a diversidade e

beleza da paisagem fluvial. As margens intensamente agricultadas, plenas da folhagem das ramadas, das árvores de fruto, dos carvalhos e castanheiros, transformam-se por vezes junto à beira-rio, em vastas veigas, que lembram grandes toalhas de um verde luminoso. A cada passo surgem solares, elementos patrimoniais de qualidade.



### 1.3.2.A Ocupação do Solo. Implicação no ordenamento territorial

A análise da ocupação do solo incluiu os usos actuais do solo, contemplando os usos dominantes em grandes polígonos (manchas). Caracterizaram-se as tipologias de ocupação, de forma a se obterem dados de base pertinentes ao comportamento hidrológico da bacia hidrográfica e à avaliação das necessidades actuais de água (concretamente em áreas de regadio), bem como a distribuição de áreas impermeabilizadas (espaços urbanos e industriais) e permeáveis em função do tipo de revestimento do solo (agricultura de regadio, de sequeiro, espaços florestais, matos e incultos).

Para a obtenção dos dados relativos à ocupação cultural, utilizou-se a cartografia resultante do projecto CORINE-Land Cover (Coordenação da Informação do Meio Ambiente), programa implementado, desde 1985, pela Comissão das Comunidades Europeias.<sup>66</sup>

De um modo geral a bacia encontra-se revestida com vegetação. As superfícies essencialmente agrícolas

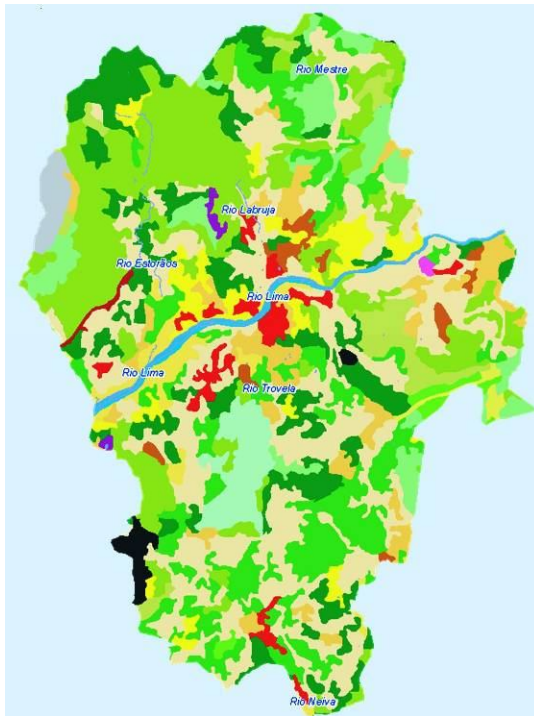
Grupos de ocupação do solo e respectivas áreas, gerados a partir da legenda Corine Land-Cover

Grupos	Área (ha)	%
Áreas artificializadas	3 870	2.5
Áreas húmidas	167	0.1
Áreas incendiadas recentemente	369	0.2
Floresta de folhosas	3 156	2.0
Floresta de resinosas	19 745	12.7
Outra ocupação agro-florestal/floresta	55 821	35.9
Culturas anuais	31 204	20.1
Culturas permanentes	6 067	3.9
Pastagens permanentes	16 605	10.7
Outras áreas agrícolas	2 930	1.9
Pomares	1 942	1.2
Superfícies com água	483	0.3
Outras áreas	13 008	8.4
<b>Total</b>	<b>155 367</b>	<b>100.0</b>

representam 38% da superfície da bacia. As zonas florestais, onde se incluem a floresta de folhosas, a floresta de resinosas e “outra ocupação agro-florestal/floresta” abrangem também uma área muito significativa (51% do total), ocupando o agrupamento “outra ocupação agro-florestal/floresta” 56 000 ha, que correspondem a 36% do total. Os **territórios artificializados** (áreas impermeáveis que favorecem o escoamento superficial) ocupam uma área de cerca de 4 000 ha (2,6% do total), concentrando-se mais a litoral, junto à foz do Lima em Viana do Castelo e nas suas proximidades, mais a montante, em Ponte de Lima e Ponte da Barca. Manchas

<sup>66</sup> De Plano da Bacia Hidrográfica do Lima Vol. III Análise. Pagina 11

significativas existem ainda junto à foz dos rios Âncora e Neiva



**Ilustração 30: Corine Land Cover concelho de Ponte de Lima.2010**

e ao longo das margens do último.

A bacia do rio Lima apresenta uma elevada expressão das áreas urbanas e urbanizáveis, as quais correspondem a um aumento de cerca de 42% das áreas urbanas. Globalmente, os espaços artificializados (por analogia com o CLC), ocupam uma área total de 169,2 km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 11% do total da superfície da bacia. As zonas mais urbanizadas concentram-se junto à foz do Lima, em Viana do Castelo e ainda, mais para montante, em Ponte de Lima e Ponte da Barca. Na sua envolvente encontramos vastas áreas sob a sua influência, onde o povoamento difuso predomina. Globalmente, é patente uma distribuição destas áreas ao longo do curso do Lima, do Vez e do Neiva, e também ao longo da faixa costeira para Norte até à foz do Âncora.

As áreas onde têm vindo a ocorrer as maiores transformações localizam-se em torno dos aglomerados de Ponte de Lima e Ponte da Barca, com um aumento significativo das áreas artificializadas essencialmente urbanas. No resto do território evidencia-se o surgimento de inúmeros pequenos espaços urbanos, com excepção dos localizados junto ao litoral, numa faixa longitudinal, paralela à costa, que abrange os concelhos de Viana do Castelo e Caminha e os que envolvem o rio Neiva.

Estas transformações são efectuadas, essencialmente, à custa da ocupação de solo agrícola, verificando-se que 60,5% da artificialização ocorrem em áreas de uso agrícola, dos quais 98,6% correspondem a áreas urbanas e urbanizáveis. A artificialização das áreas florestais é bastante menor: 21,7%, dos quais 92,6% são de áreas urbanas e urbanizáveis.

Os espaços industriais são muito pouco significativos e com presença pontual associada às cidades de Viana do Castelo e Ponte da Barca, ainda que Arcos de Valdevez também apresente dois espaços industriais. Globalmente, Viana do Castelo tem uma representatividade equivalente à soma destes dois concelhos, sendo de facto o único centro com importância industrial. A maioria destes espaços é contígua ou localiza-se no seio de espaços urbanos. Alguns apresentam contacto directo com o rio, como é o caso dos estaleiros de Viana do Castelo.

Os espaços de protecção apenas têm representatividade no terço mais a montante correspondente aos concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, sendo, no entanto, de salientar que envolvem grande parte das margens do rio. Os espaços de protecção mais significativos coincidem com as margens da albufeira de Touvedo e com áreas do Parque Nacional Peneda Gerês. (PNPG).

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) representa aproximadamente o 28% da área total. Apresenta-se em grandes manchas na metade jusante, sobretudo na margem esquerda, mas perde importância e fragmenta-se na metade montante. Em relação à Reserva Ecológica Nacional (REN), esta apresenta também uma incidência global de 28%. No entanto, ao contrário da RAN, tem incidência insignificante na metade jusante, ganhando progressiva importância na metade montante aumentando a dimensão das manchas e acompanhando praticamente todo o curso do rio.



### 1.3.3. Estudo de caso Estorãos e as suas transformações paisagísticas.

A Freguesia de Estorãos é uma das cinquenta e uma que compõem o concelho de Ponte de Lima. Para a sua descrição assumimos o referido pelo professor A. CAMPELO no seu trabalho intitulado: *Paisagens Humanas. A apropriação da natureza e a sustentabilidade dos ecossistemas*:

*O Rio Estorãos é um afluente do Rio Lima e tem a sua origem na Serra de Arga/Cabração. Com declive acentuado na sua fase inicial, nas veigas transborda frequentemente na época das chuvas, alagando os campos marginais, devido ao grande assoreamento nas proximidades da foz, e uma reduzida secção de vazão. Outros factores que explicam o alagamento poderão ser o regime torrencial dos seus ribeiros afluentes e o próprio assoreamento do rio Lima*

*O clima nesta zona é temperado, moderado, húmido e chuvoso (com temperaturas máximas na média dos 18,7 graus em Julho e mínimas de 8,9 graus em Janeiro; a precipitação tem uma média de 249,2 mm em Dezembro e de 29,9 mm em Julho). No que diz respeito à constituição dos solos, eles são*



**Ilustração 31: Posição relativa de Estorãos no concelho de Ponte de Lima**

*de uma maneira geral de origem granítica, com rocha nua nas partes altas da serra, a poente, e terrenos delgados na meia encosta. Nas veigas, ..., os terrenos são de origem aluvionar, de textura franco-arenosa, fundos e com bom teor de fertilidade*

*O vale do rio Estorãos é envolvido a norte e poente pela Serra de Arga, com uma altitude máxima de 823 m. Na vertente poente e mais alta existe um povoado (Cerquido) com características ecológicas, económicas e urbanas de montanha, com pouca florestação, apresentando-se esta a meia encosta até ao sopé. Já na vertente norte o aproveitamento florestal é significativo e vem do ponto mais alto até ao sopé. Segue-se na meia encosta até à planície a orla povoada com aproveitamentos característicos dos espaços habitados nesta zona (terras de cultivo, hortas, árvores de fruto e vinha em ramada). Nas terras mais baixas, ou veigas, temos o cultivo do milho e do centeio para grão e para forragem. A sul encontramos terras deficientemente drenadas, algumas delas alagadas por largos períodos de tempo, rodeadas de algum aproveitamento*

*florestal, olival e de pastagem pobre. Em algumas destas parcelas encontramos cultivo de milho e de vinha ao longo de valas e ribeiros. Com esta zona a sul, onde o perímetro de emparcelamento tem a sua largura máxima ou seja 900 metros (cumprindo a totalidade da extensão do perímetro em 2 000 m, nas duas margens do rio Estorãos, com uma área total de 105,6885 hectares) confronta-se a hoje denominada de Área de Paisagem Protegida.*

*No princípio dos anos 60 esta bacia tinha uma densidade de habitantes<sup>67</sup> de cerca de metade da*

---

<sup>67</sup> Os aspectos demográficos da população que apresentamos referem-se ao ano de 1960, início dos estudos do projecto de emparcelamento. Assim temos: S. Pedro de Arcos (19,3 km<sup>2</sup>) tinha 749 habitantes (densidade km<sup>2</sup>: 38,8); Estorãos (16,1 km<sup>2</sup>) com 796 habitantes (densidade de 49,4 por km<sup>2</sup>); Moreira (9,6 km<sup>2</sup>) com 1172 habitantes (densidade de 122,0 por km<sup>2</sup>); e Sá (2,2 km<sup>2</sup>) com 367 habitantes (166,7 por km<sup>2</sup>). Das freguesias em análise duas delas perderam população entre 1950 e 1960 (S. Pedro de Arcos passou de 837 para 749 e Estorãos de 834 para 796) e as outras duas viram aumentar ligeiramente a sua população. Estas duas – Moreira e Sá – têm pouco território nas veigas, situando-se ambas na meia encosta mais habitada.

No que diz respeito ao número de famílias e número de pessoas por família, temos, respectivamente: S. Pedro de Arcos com 169 famílias e

*do concelho (a média das quatro freguesias é de 65,3 hab/km<sup>2</sup> e a do concelho de Ponte de Lima é de 120,2 hab/km<sup>2</sup>). A quase totalidade destes habitantes vivia da agricultura. Tratava-se de uma agricultura de subsistência, caracterizada por parcelas de terreno extremamente pequenas e por pouca diversidade de produtos (Manique 1935). Um sistema de produção próximo daquele que Wolf (1976: 53) classificou como “mediterrânico” e de alguma forma ainda paleotécnico. Práticas, produtos e modos de produção repetiam-se ao longo de gerações com poucas mudanças, como aliás em toda a região onde o vale se insere.*

Foi neste início dos anos 60 que Estorãos conheceu de modo veemente o início do processo de transformação da sua

---

4,4 pessoas por família; Estorãos com 179 (4,4); Moreira com 272 (4,3); e Sá com 86 (4,3). Quanto à distribuição por sexos temos a relação: S. Pedro 325 (M) – 424 (F); Estorãos 331 (M) – 465 (F); Moreira 556 (M) – 616 (F); Sá 160 (M) – 207 (F). A este facto não é alheio o êxodo rural (emigração) iniciado a partir desta época, levando a que um número cada vez maior de mulheres trabalhem a terra.

paisagem através dum projecto de emparcelamento fundiário pioneiro na sua espécie em Portugal.<sup>68</sup>

A estrutura de ocupação de solos vinha condicionada pela fertilidade dos terrenos mais próximos aos rios e ribeiros, susceptíveis de serem atacados pelas cheias, e ao mesmo tempo, com localização de assentamentos em cotas superiores respeito aos tais ribeiros e rios, evitando o problema de cheias e deixando estes terrenos para funções agrícolas, dada a fertilidade dos mesmos.

A estrutura da propriedade prévia ao projecto de emparcelamento era um claro exemplo de minifundismo:

“A título de exemplo, no lugar das Mãos 57% dos prédios rústicos (184) não atingiam os 500 m<sup>2</sup>. Já nesta data, início dos anos sessenta) depáramos

---

<sup>68</sup> O carácter de “pioneiro” é atribuído por M Helena MESQUITA PINA no seu artigo referido a seguir, embora A. CAMPELO indica duas actuações similares prévias em Portugal, desenvolvidas em Vale da Madre (Mogadouro-1943) e zona de Palheiros de Mira nos finais dos anos 50.

com prédios de 9 m<sup>2</sup>. E com área inferior a 250 m<sup>2</sup>, só neste lugar encontrávamos 116!<sup>69</sup>



**Ilustração 32: Estrutura fundiária de Estorãos-1961**

<sup>69</sup> MESQUITA PINA, Maria Helena, in " Dois exemplos de espaços agrários na ribeira Lima.Bertiandos-Estorãos.", pag 221.

No caso da freguesia de Estorãos, temos presenciado um processo similar ao Alto Minho entre os anos, 1964 e 1983.



**Ilustração 33: Estrutura fundiária de Estorãos-1991**

Um grupo de alunos na unidade curricular de Seminários I e II tem vindo a desenvolver uma série de trabalhos preliminares que tinham como objectivo avaliar até que ponto as

transformações radicais das coordenadas territoriais que actuam na formação da paisagem implicariam, no decorrer do tempo, uma transformação paisagística do mesmo grau.

O trabalho realizado consistiu no levantamento duma situação cadastral prévia ao projecto de emparcelamento conforme aos dados propiciados por Maria Helena Mesquita Pina na sua dissertação de mestrado<sup>70</sup>, corrigindo conforme as plantas cadastrais actuais e ortofotomapas. Foi levantado ao mesmo tempo o mesmo terreno após a conclusão do referido projecto, comparando-se com a situação actual.

Também foi analisada a ocupação do solo nestas zonas, a sua composição territorial e comparação com outras zonas similares que não foram submetidas a actuações tão drásticas como as que decorreram em Estorãos.

O resultado final parece reforçar a tese de existirem factores culturais, inseridos na memória colectiva histórica que permitem a reprodução de paisagens anteriores, a partir dos mesmos elementos com positivos territoriais. Constatase que o peso cultural de determinadas formas existentes neste

imaginário comum, acabam por reproduzir de forma aproximadas as paisagens anteriores á operação colonizadora.

Deduzimos deste ponto, a permanência de paisagens através deste imaginário colectivo, o papel de arquivo da memória e a



**Ilustração 34: Ramadas em Tenães –Freguesia de Estorão-Ponte de Lima**

---

<sup>70</sup> MESQUITA PINA, Maria Helena «Ponte de Lima- um espaço agrário contrastante», FLUC, 1989

existência de pautas de comportamento, padrões compositivos que repetem formas determinadas de paisagem.

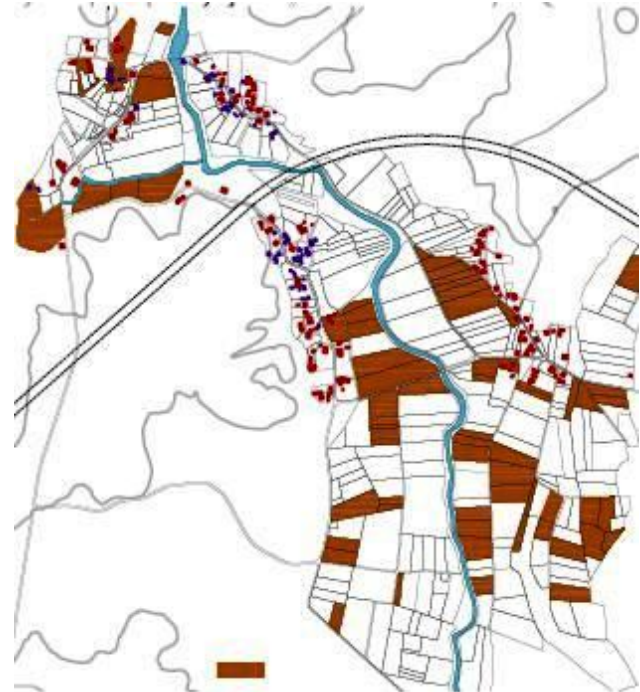
Apesar da análise poder oferecer uma primeira série de conclusões no sentido anunciado, não é menos certo que o lento processo de transformação paisagística se confirma na



**Ilustração 35: Lugar de Penas- Estorãos.**  
Escala original 1/500

escala menor, uma vez mais. Por exemplo, os “lindeiros” que surgem com motivo do “emparcelamento” geram-se a partir de novas linguagens formais, pelo que se introduz uma nova transformação da paisagem que induzirá progressivamente a este processo. Na actualidade os resultados da investigação estão em andamento.

escala menor, uma vez mais. Por exemplo, os “lindeiros” que surgem com motivo do “emparcelamento” geram-se a partir de novas linguagens formais, pelo que se introduz uma nova transformação



**Ilustração 36: Estorãos- Parcelas estáticas na transformação da paisagem no período 1961-1991**

## **2.TERRA**

### **2.1.Arquitecturas na terra**

As arquitecturas sobre a terra, conforme anteriormente já referido, originam uma variedade de pequenas situações, de pequenas escalas que partilham um mesmo suporte territorial. Proceder-se-á a revisão dos diversos elementos compositivos destas arquitecturas, fundamentais para a sua compreensão. Estes elementos servirão como introdução ao léxico territorial do Vale do Lima, onde linha, ponto e plano desenvolvem as diversas variedades de paisagens a analisar.

Consideramos este aspecto fundamental tendo em conta a existência de um projecto territorial baseado nos elementos que constituem uma consciência territorial do lugar. E esta consciência assenta nos diversos “layers” que conformam as sucessivas morfologias históricas sobre este lugar. No meio duma lógica equilibrada do território podemos apreciar no mesmo uma sucessão lógica de actuações que se sucedem em função dos avatares de carácter social e económico, entre



**Ilustração 37: Terras alentejanas. Portugal**

outras causas. E estas actuações, que se reflectem nos elementos construídos sobre o território, definem por sua vez, a escala adequada a esta lógica de implantação. Estes elementos compositivos comunicam, pela sua presença e escala, os pormenores dos grupos sociais ligados aos mesmos. Em palavras de Esther PRADA:<sup>71</sup>

*"... a pesar de poder existir outros criterios seguidos para uma nueva ordenação (productividad, adjudicación títulos de propiedad o parcelaciones de maior superficie) deberían ser tenidos en cuenta otros factores relativos a la formación histórica do território dado que éste, se configura como um archivo Noque cada uno de sus elementos constituyentes reflejan um paisagem generado no decorrer de siglos."*

A função primária dos solos, a sua vocação agrária, e as suas possibilidades e adaptações subsequentes às diversas necessidades climáticas, edáficas, morfológicas e histórico-sociais, definem uma primeira construção do território.

---

<sup>71</sup>PRADA LLORENTE, Esther Isabel. "O Paisagem como archivo del Territorio" in Cuadernos de Investigación Urbanística número 40. Enero 2004. DUOT ETSAM Univ. Politécnica de Madrid

Assim, sobre terrenos de inclinações menores, nas proximidades dos assentamentos, configuram-se paisagens onde as pastas<sup>72</sup>, ou lindes definem a paisagem das diversas propriedades particulares ou partilhadas, como é o caso das agras.



**Ilustração 38: Unidade típica de produção agrária. Correlhá**

---

<sup>72</sup> Nesta região o termo "pasta" é utilizado para designar as peças de pedra, em forma de lajes de piçarra de dimensões aproximadas de 50\*70 cm que formalizam as lindes, especialmente na **ribeira** do Lima. Margem esquerda, concelho de Viana.

No caso de terrenos de maiores inclinações, acima do 40%, identificamos um segundo nível de construção do território, consistente na execução de socalcos nas encostas.

Todas estas construções geram-se a partir do solo, sem das rematadas em quaisquer dos casos pela criação duma arquitectura do vinho em altura, onde as latadas ou ramadas geram um território que se estende por todo o vale do rio Lima como elemento principal configurador por baixo da cota dos 240 metros.



**Ilustração 39: Socalcos de Lastra-Ponte de Lima**

## 2.2. Elementos de composição arquitectónica na terra

### 2.2.1. Os lindes

Foi referida a importância dos lindes na estruturação das diversas arquitecturas a partir da estrutura fundiária existente. De facto os lindes provocam diversas percepções espaciais em função das suas texturas e morfologias. No nosso espaço laboratorial podemos distinguir diversas modalidades de vedações, partindo do simples facto duma plantação de espécies vegetais que servem de demarcação de lindes entre diversos prados<sup>73</sup>. Entre os elementos vegetais que servem para definir lindes de terrenos fica a vidigueira. Posteriormente dedicaremos uma atenção especial a este tipo de divisões.

A caracterização dos lindes está patente na maior parte dos campos de cultivo do Alto Minho. O perímetro é rematado pela ramada libertando o seu centro para a lavoura mais ampliada, sendo o terreno que está por baixo das videiras aproveitado para pequena agricultura (ortas).

Na sua forma são estruturas abertas, limitadas por o elemento videira que se ergue, criando o grande espaço oco no centro do terreno.



**Ilustração 40: Pastas em eiras da Estrada Manuel Espregueira – Vila Franca. Viana do Castelo**

---

<sup>73</sup> A espécie *Vicia sepium* L. é referida por J. GONZÁLEZ em 2003 como modo de definição destes lindes.

A articulação com pedras do lugar a duas alturas foi o modo convencional de definir estes lindes em muitas das terras do Vale do Lima. Tal pode ser observado na margem esquerda da Ribeira do Lima no percurso da estrada de Manuel Espregueira na freguesia de Vila Franca no concelho de Viana do Castelo. Definem-se assim, duas percepções que dependem da maior ou menor perspectiva que se criam com a continuidade destas pastas.



### 2.2.2.O muro

A estruturação da propriedade rural no Alto Minho e a relação criada entre os assentamentos e as hortas anexas permitiram a aparição do muro como elemento configurador destas paisagens. Trata-se da presença da pedra que formaliza os limites das propriedades, a fábrica de pedra seca, assente ocasionalmente com argamassa, servindo de suporte parcial nalguns casos às ramadas. Uns e outras configuram esta paisagem do *rueiro*, conceito próximo á ideia de rua,<sup>74</sup> mas que acrescenta a ideia do lugar. O muro, num esquema de propriedade dividida em porções muito pequenas define uma base de elementos horizontais em cotas inferiores e, ao mesmo tempo são rematadas em leituras transversais pelas latadas ou ramadas em cotas que ficam acima de 1,60 de altura.



Ilustração 41: Vedação na freguesia de Correlhã-P. de Lima

<sup>74</sup> Segundo o Dicionario da Real Academia Galega: *rueiro* s.m. **1.** Grupo de casas que forman un conxunto separado das outras do lugar ou da vila. Gaña a carreira o primeiro que dea a volta ó rueiro. **2.** Praza ou terreo común no centro da aldea. No rueiro faise a festa da patroa. **3.** Terreo ó redor da casa labrega no que están o hórreo, os alpendres, a horta, etc. Cada casa ten o seu rueiro, máis grande ou máis pequeno. u SIN. quinteiro

### 2.2.2. Os Socalcos

Os socalcos definem um sistema de aproveitamento do terreno transformando-o de modo radical. Nascido duma necessidade funcional, como é a adaptação do meio físico para a sua exploração agrária mais conveniente conforme as características edáficas dos terrenos, não é menos apelativa a sua componente formal, esculpindo-se deste modo as elevações do território, assumindo uma caracterização identitária de esta região.

Este elemento estruturante territorial não é exclusivo destas latitudes, fornecendo uma resposta análoga em latitudes que apresentam o mesmo tipo de problemas.

Devemos ter em conta que na definição dos socalcos, intervêm uma série de factores provenientes de diversas perspectivas

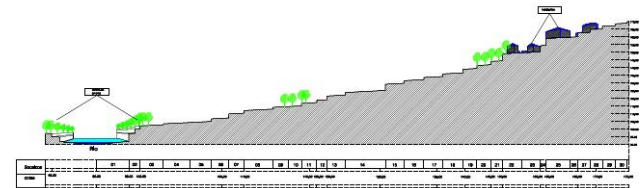
Definimos a seguir os factores considerados mais importantes:

#### 2.2.2.1. Factores físicos e morfológicos

Os socalcos surgiram como resposta às necessidades de suavizar as inclinações naturais dos terrenos, tentando de seguir sensivelmente as curvas de nível do território e

favorecendo uma série de condições que implicará uma maior funcionalidade destes terrenos desde uma perspectiva agrária.

Os socalcos aparecem em determinadas condições de altura (relacionada com a existência da necessidade de determinadas funções agrícolas) e de inclinação natural do terreno.



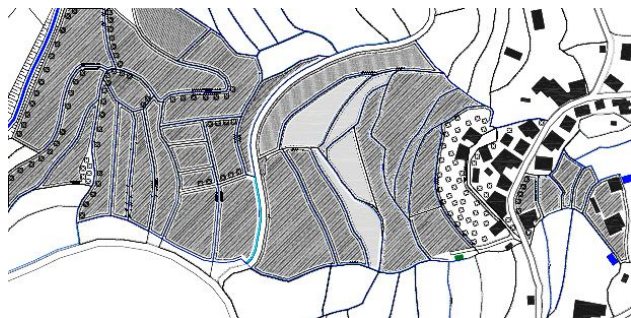
**Ilustração 42: Corte geral Freguesia de Bário. Ponte de Lima**

#### 2.2.2.2. Factores agronómicos e económicos

A aparição de menores inclinações dos terrenos de culturas, gerou um menor nível de erosão destes terrenos por causa do arraste de águas pluviais, e ao mesmo tempo, uma maior capacidade de retenção de águas. Estes factores, ligados aos casos dum soleamento favorável, optimizariam as condições

dos terrenos para deste modo obter uma maior produtividade agrícola.

Esta configuração peculiar foi assumida em regiões com escassos recursos de solo agrícola, comparados com as necessidades de produção ligados á presença duma densidade populacional relativamente importante. Este processo espalhou-se historicamente em diversos períodos.



**Ilustração 43: Levantamento de área de socalcos e esquema de rede hídrica**

### 2.2.2.3. Factores técnicos e ergonómicos

A organização em socalcos favorece as condições ergonómicas das tarefas agrícolas e a aplicação de determinadas técnicas, nomeadamente nos casos de pendentes naturais elevadas dos terrenos.<sup>75</sup> Este factor poderá ser de maior interesse na actualidade.

### 2.2.2.4. Factores demográficos e de assentamentos

A sistematização de socalcos propiciaria ao mesmo tempo um aumento da área de cultura, chegando a ocupar terrenos anteriormente exclusivos da floresta, o que ajudava á resolução de produção agrícola necessária para responder positivamente aos problemas derivados da explosão demográfica.

O aparecimento dos socalcos provocou um forte impacto ambiental, transformando de forma radical não só as paisagens assim configuradas, mas a estruturação económica das sociedades respectivas.

---

<sup>75</sup> The National Institute for Occupational Safety and Health publicou edições em espanhol que permitem garantir os melhores resultados desde esta perspectiva nos casos de socalcos, sempre desde a abordagem da Ergonomia Agrária.

O sucesso desta operação motivou a sua implantação noutras zonas agrárias mais favoráveis, tais como zonas litorais. Também não podemos esquecer outras funções de tipo ornamental, como aconteceu nos jardins das grandes residências da época. Estamos a falar neste caso dos séculos XVI e XVII.

A segunda explosão demográfica e a aparição de pragas No cultivo da vide, determinam, de modo separado a existência de uma segunda transformação territorial e paisagística.

#### 2.2.2.5. Factores sociais e culturais

Em termos gerais, é assumido que os sistemas feudais de regime da propriedade, dada a dependência social criada, propiciaram no decorrer da Idade Média, a existência deste tipo de obras, que exigiram inevitavelmente uma grande quantidade de mão-de-obra

Parece provada a existência destas operações de transformação territorial no decorrer dos séculos XIII e XIV, principalmente nas proximidades dos centros rurais, ou em áreas próximas aos mosteiros da época, e sempre relacionados

com a existência de culturas mediterrânicas, tais como cítricos, vide e oliveiras. Esta operação implicaria pela sua vez uma transformação de terrenos existentes entre os 200 e 600 metros de altura.

Em quaisquer dos casos, as razões da aparição destas técnicas ficaram relacionadas com a existência de pendentes no terreno que convertiam os mesmos em áreas improdutivas e a necessidade de melhorar níveis de produção agrária nos respectivos grupos sociais da época.

#### a.-Necessidades funcionais

Estas necessidades funcionais, ligadas ao problema da micro-partição do território e a estrutura da propriedade de características muito reduzidas, provocam a aparição dos socalcos que na região do Alto Minho parecem similares idênticas pautas ao que foi estudado noutras zonas de idênticas características (Eslovénia, Alpes, etc.) o elemento diferenciador é a implantação do sistema de policulturas, onde na mesma terra, na mesma unidade agrária procede-se á realização de diversas funções compatíveis de forma conjunta. Tal é o caso da cultura da vide, que se pode desenvolver em altura

partilhando outras funções tais como o milho, obtendo-se uma configuração paisagística muito específica.

**b.-O sistema de policulturas**

Este sistema, implantado no decorrer de muitos anos, continua a ser a base da produção agrária tradicional do território. Este

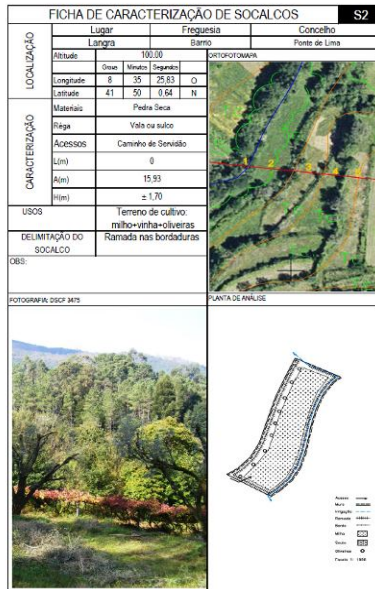
regime de policulturas gera paisagens análogas no caso de parcelamento, se bem com diversas dimensões e algumas diferenças nas definições das lindes.

**c.-Redes de água. A sua distribuição**

A geração de sistemas de socalcos ligados ao regime de policultivo, especialmente do milho, provocou a necessidade de criar um sistema de irrigação capaz de garantir a existência de água no conjunto destes terrenos, apesar da existência de desníveis.

Esta infraestrutura, sobreposta á estrutura formal da construção do território, ainda irá ver-se confirmada por uma terceira estrutura, a estrutura cadastral ou fundiária, o que acabará por perpetuar uma determinada situação ao longo dos séculos.

Esta sobreposição de estruturas, confirma a existência de sinais neste território capazes de perpetuar determinadas situações, capazes de configurar por si próprias sinais de identidade territorial.



**Ilustração 44. Ficha tipo de socalcos. Freg. de Bário – Ponte de Lima**

### 2.2.2.6. Os valores formais dos socalcos

É importante sublinhar no caso dos socalcos, o seu valor positivo como conjunto. Será aí onde reside a sua importância formal: Os socalcos provocam esta transformação do território, como grandes obras, isto é, obras de grande escala para determinados territórios, realizadas de modo individualizado ou conjunto, com uma expressão formal de grande impacto visual, e paisagístico.

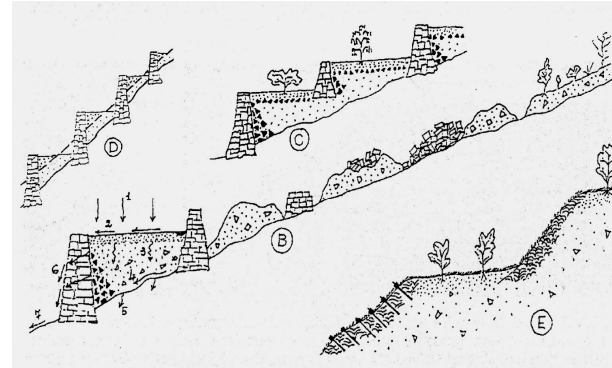
No sistema minifundiário existente, o elemento diferenciador destes sistemas, e específico da região do Alto Minho é a relação existente entre os socalcos e a estrutura catastral agrária, podendo-se estabelecer uma relação quase perfeita em termos bi-unívocos: um socalco --- um proprietário.



Em termos espaciais, o uso social destas obras poderá ver-se reduzido á formalização duma paisagem comum: o espaço público será neste caso, a resultante desta imagem conjunta. A caracterização das agras em socalcos é um ponto que deverá ser esudado, apesar de não se ter detectado nos estudos de caso. Funcionalmente o uso comunitário dos sistemas de irrigação será um tema a considerar.



**Ilustrações 45 e 46: Socalcos no lugar de Lastral. Concelho de Ponte de Lima**



Ilustrações 47 e 48: Esquemas gerais de causas de ruína nos socalcos



### 2.3 Os espaços públicos agrários

Os espaços agrários, característicos das paisagens minhotas definem pela sua vez dois tipos de espaços de uso público embora ocasionalmente admitam usos de carácter privado. Estes dois espaços são as agras e as eiras. As primeiras foram desaparecendo progressivamente dos territórios, sendo hoje elementos residuais, enquanto o que resta das agras foi incorporado nas redes viárias das cidades. No segundo caso, as eiras, como espaço de trabalho vinculado às culturas do milho e o trigo, mas também espaços de festa e de reunião grupal admitem usos de carácter privado e público.

#### 2.3.1. Agrads e paisagens

O termo *Agra*, no dicionário de português,<sup>76</sup> não especifica muito: *Agra* (latim *ager, agri*)s. f.

1. Campo cultivado ou cultivável. = AGRO
2. Brejo; pântano.

---

<sup>76</sup> Tomado do Dicionário Priberam

O Dicionário da Real Academia da Lengua Galega é mais explícito:

*Agra f. Grande extensión de terra de cultivo dividida en leiras ou agros que pertencem a distintos donos. Todalas aldeas de Galicia teñen a sua agra.*

Do ponto de vista morfológico, as agras não têm um único padrão, podendo diferenciar-se entre elas, até três tipos de agras: as definidas em campos fechados, em campos abertos e em socalcos.<sup>77</sup> Estas últimas poderiam ou não ter cultivo de vinhedo.

O regime das agras é um sistema de organização do agro-ecossistema caracterizado por permitir a realização dum aproveitamento integrado agro-silvo-pastoril e pelo facto de ter como elemento definidor a existência de agras, terras cultivadas providas duma vedação colectiva e divididas internamente em campos abertos.

---

<sup>77</sup> Esta classificação foi proposta por Abo BOUHIER (2001): *Galicia: ensaio xeográfico de análise e interpretación dun vello complexo agrario*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia [original: *La Galice: Essai géographique d'analyse et d'interpretation d'un vieux complexe agraire*, Poitiers, Université de Poitiers, 1979].

Ana CABANAS define no seu trabalho <sup>78</sup> a caracterização morfológica destas agras:

*Éstos, generalmente de forma rectangular, estaban compuestos a su vez por multitud de parcelas alineadas Nomismo sentido e delimitadas por marcos (pequenos mojones de piedra). Según BOUHIER<sup>79</sup> (2001), en A Terra Chá as agras tienen una superficie comprendida entre as 6-8 ha, situándose así Nolimite inferior de as llamadas "grandes agras", si bien alguna alcanza as 10-12 ha. Lo habitual era que una aldea poseyera varias agras, nunca menos de dos. o tamaño da aldea, medible en número de casas e en población, era decisivo a la hora de entender la evolución da superficie de as agras pues a um aumento Nonúmero de casas o pobladores respondía um incremento da superficie de as agras regidas por la aldea e no, o muito rara vez, uma ampliação do*

<sup>78</sup> CABANAS, Ana. "Lo que queda de as agras. La evolución del paisaje agrario en Galicia.: A terra Chá: 1954-1968" , in Ager, revista de estudios sobre despoblación y desarrollo rural., nº 7, 2008. Universidad de Zaragoza.

<sup>79</sup> BOUHIER, A op cit, pag 39

*número de agras. Dicho paralelismo parece romperse desde 1850, momento a partir do cual as transformações demográficas no se reflejan na estructura de as agras, sino na intensificación dos cultivos.*

Mas esta estrutura agrária não se define só como um elemento de tipo ecológico. José María CARDESÍN afirma:

*"... de distintas formas de producir e de distintas formas jurídicas de apropiación do espaço."*<sup>80</sup>

A rotação comunitária era a única solução viável para trabalhar em áreas com a morfologia descrita, ao mesmo tempo que era o próprio sistema de organização comunitária quem impunha esse design da paisagem agrícola<sup>81</sup>. As agras ficaram sujeitas a uma rigorosa disciplina de cultura estabelecida pela comunidade, de modo a que os diversos proprietários ou

<sup>80</sup> CARDESÍN DIAS, JM: "Tierra, trabajo y reproducción social en una aldea gallega (s.XVII-S.XX): muerte de unos, vida de otros." Madrid MAPA., 1992

<sup>81</sup> Ainda que com um significado relativamente próximo, esta rotação recebia nalgumas comarcas da Galiza o nome de ceifa, o que em português se relaciona com estes outros significados: **ceifa** 1. Acto.. de ceifar.2. Época em que se ceifa.3. Colheita (de cereais).

usufrutuários de lotes devíam respeitar o ciclo das rotações estipuladas, tanto no que respeita ao tipo de cultivo como ao nível de duração e ritmo de trabalho (semear, colheita, etc.).

Esta coordenação entre as diversas rotações era crucial para possibilitar, por exemplo, a entrada do gado às terras, aproveitando deste modo, os restos existentes. Tarefas complementares, como a fertilização dos campos, o *espigueo* e o *rebusco* completavam um ciclo, ligados aos chamados direitos consuetudinários que permitiam a sobrevivência dos mais pobres da comunidade. Os princípios da chamada “economia moral” respeitavam-se escrupulosamente.<sup>82</sup>

A morfologia do território resultante dos campos de cultivo, em relação às explorações agrárias de origem familiar explica-se por fenómenos de multipropriedade e de multipartição. O primeiro dos fenómenos vem do facto de cada família possuir ao mesmo tempo propriedades localizadas em duas agras distintas e, dentro de cada agra, também em campos distintos. Deste modo, poder-se-ia trabalhar culturas durante o mesmo ano e assim equilibrar as distintas qualidades das terras. O

---

<sup>82</sup> THOMPSON, E.P.: “Costumbres en común”, Ed Crítica, Barcelona, 1995.

segundo fenómeno deriva das sucessivas repartições de heranças, como referiu GONZÁLEZ VÁZQUEZ no seu estudo sobre Val do Barcala (A Coruña):

*“cada reparto de herencia provocaba que las primitivas parcelas fuesen divididas de la manera más cómoda para calcular la superficie a repartir e para el trabajo posterior como el arado: longitudinalmente; pero esto acentuaba, generación tras generación, la estrechez de las mismas”<sup>83</sup>*

Nas estruturas fundiárias onde as agras dominam formalmente o monte a as diversas formas de trabalho jogam um papel importante, quer como áreas de pastagem, isto é de fornecimento de adubos naturais (tojo- *Ulex minor* brezo - *Cistus hirsulus*); quer como espaço de culturas praticadas através das rozas ou estivadas<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> GONZÁLEZ VÁZQUEZ, IE: “Os começos da política de concentração parcelaria em Galiza. Vale de Barcala, década de 1950” Tesis de Licenciatura inédita da Facultade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, 1997

<sup>84</sup> Segundo o Dicionário da Real Academia Galega: **estivadas.f. 1.** Operación que consiste en rozar e cavar un anaco de monte, queima-la broza e os terróns e espalla-la borralla, para arar despois a terra e

Este facto justifica as estruturas cadastrais. Ana CABANAS refere-o no seu estudo:

*“Esto explica que ocupara casi un 70% de la superficie comarcal según el Catastro de Rústica de 1960, y que de esa superficie sólo un 22% estuviera arbolado. Se trataba, por tanto, de un monte bajo poblado de matorral usado como espacio agrícola abastecedor de pasto y, sobre todo, de abono para las tierras de labor. Los diferentes elementos de dicho agro-ecosistema, montes, prados e labradío, no aparecen formando masas homogéneas sobre el paisaje, sino entremezclados en claro maridaje. O elevado índice de dispersión del hábitat ya indicado es una de las claves que explica la inexistencia de límites claros entre los tres tipos de aprovechamientos propios del sistema agrario de las agras. Esta disposición del lugar a un mosaico en el que se entremezclan los campos cultivados, los prados e el monte bajo separados apenas por caminos, algún pequeño elemento geográfico*

---

sementar trigo ou centeo. *Están a facer unha estivada no monte comunal. 2.* Monte ou porción de monte queimado e cavado para ser cultivado con trigo ou centeo. *Están sementando a estivada. SIN. roza, seara, senra*

*(riachuelo, talud, etc.) o bien por variadas fórmulas de cercados.”<sup>85</sup>*



**Ilustração 49: Agra em Carnoedo. Sada-A Corunha**

O estudo de caso de Carnoedo recolhe algumas das questões anunciadas anteriormente, tendo sido o primeiro espaço laboratorial para o estudo das relações entre Terra, Água e Homem, como base para a compreensão, caracterização e realização dum projecto de território.

Este estudo, realizado no ano 1982 continha os elementos primários básicos de composição territorial. Tratava-se da

---

<sup>85</sup> CABANAS, Ana, op cit.

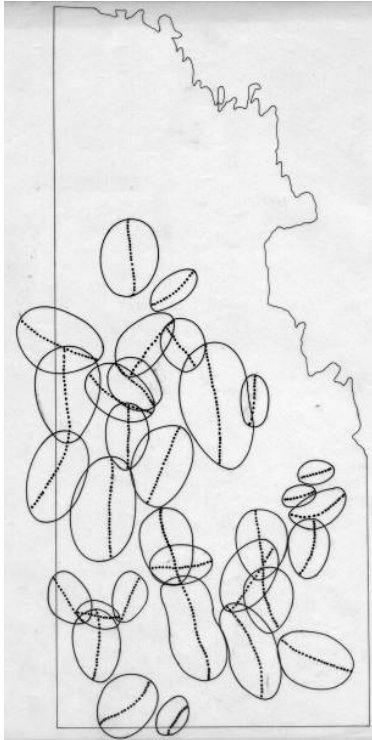
primeira aproximação a um território onde a pequena escala dominava qualquer tipo de relações.

Agra (o centro) e monte (a norte), aparecem na planta analisada como elementos complementares e ligados através dos *rueiros*. Os diversos lugares, implantados de modo disperso segundo critérios de carácter ligados aos topos e à estrutura agrária existente permitem avaliar as estreitas relações entre os elementos primários, sem qualquer interferência de elementos externos, dada a distância existente até aos centros territoriais ou elementos urbanos.

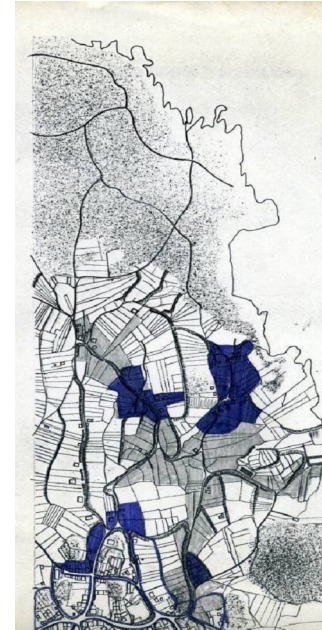
A análise dos elementos estruturantes deste território foi considerada segundo níveis diferentes, de modo a aparecerem os pontos, linhas e planos que explicam o processo de criação. A sequência de desenhos ilustra estas questões.



**Ilustração 50: Esquema de infraestruturas**



**Ilustrações 51, 52 e 53: Esquema de formas ovais, fotografia aérea desde Google Earth e definição de lugares.**



### 2.3.2. Os espaços da trilha: as eiras

Contrabalançando os sistemas de socalcos, geram-se espaços de tarefas agrícolas, nas proximidades de centros rurais ou no seu interior. Trata-se de espaços de enorme qualidade paisagística onde as condições topográficas extremas não existem, terrenos de aluvião,

Os níveis de privacidade destes espaços são variados. Apresentamos neste caso, diversos exemplos, desde a consideração do espaço das eiras, como equipamento claramente público, (caso de Lindoso) até aos espaços meramente privados outros lugares da geografia minhota (caso de Tenães) ou incluindo fora dela (casos de Covide, e Casais de Cima (Nazaré))

O caso de Lindoso, no curso fronteiriço do rio Lima, é paradigmático:

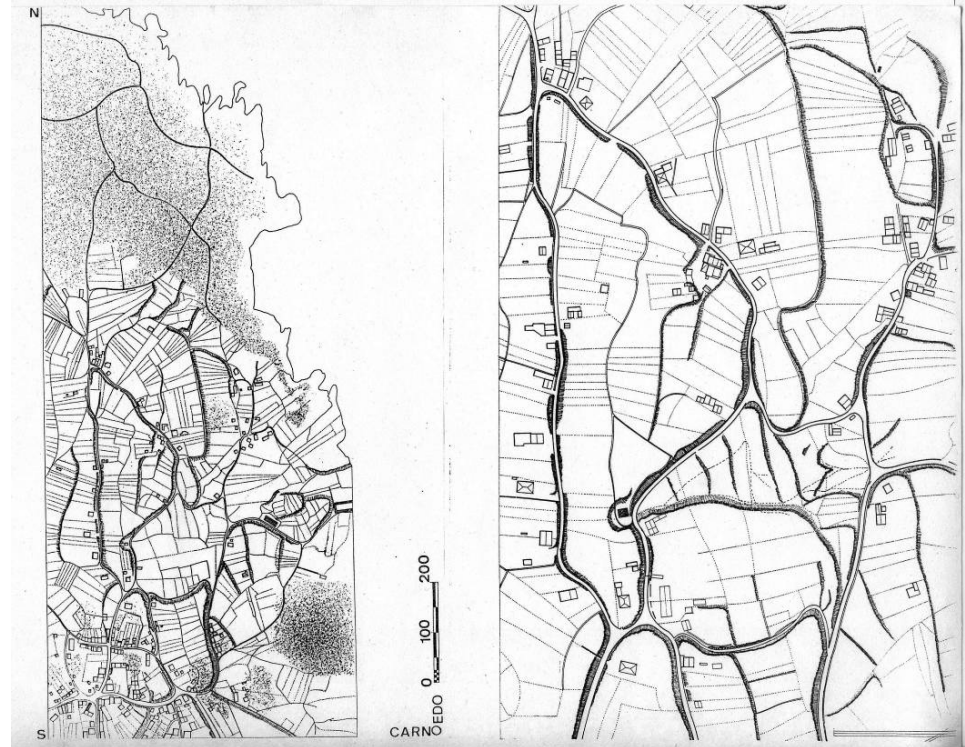


Ilustração 54: Representação da paróquia de Carnoedo, originais nas escalas 1/2000 e 1/500

A concentração de espigueiros em determinados locais, e, sobretudo, o aparecimento do espaço da trilha num espaço central, configura de forma espontânea um espaço que denominamos *espaços públicos agrários*.

Trata-se de espaços partilhados necessariamente planos ou horizontais e disponíveis para outras funções agrícolas. A concentração de espigueiros, em zona intermédia - neste caso entre o castelo e o aglomerado habitacional - confere a este espaço uma relação especial, uma vez que liga, neste reduzido espaço, as três funções deste território de fronteira: defesa, residência e agricultura... O cenário termina com a paisagem de socalcos.

Noutros casos, os espaços de eiras geram-se no interior das propriedades, como consequência da aplicação doutra lógica funcional, nas proximidades do espigueiro. Tal pode-se observar no caso de Tenães-Estorãos e no lugar de Casais de Cima em Nazaré.



**Ilustração 55: Eira em Lindoso-Ponte da Barca-**



**Ilustração 56: Planta geral de conjunto de espigueiros e eira em Lindoso-Ponte da Barca**



**Ilustração 57: Eira privada em Tenães-Estorãos-Ponte de Lima**



**Ilustração 58: Eira no Casais de Cima -Nazaré**

## **2.4.Arquitecturas do vinho**

### **2.4.1.Considerações gerais**

Depois da caracterização do suporte territorial cabe perguntar pelas expressões das arquitecturas do vinho, em dois planos: o gerado pela plantação dos vinhedos em relação a si mesmos e em relação ao resto do sistema, e o gerado pelo processo de produção do vinho propriamente dito.

Neste ciclo de lições não vamos entrar no segundo plano, que se apresenta perante nós de modo mais óbvio e que admite uma leitura analítica formal mais pormenorizada. Vamos focalizar o trabalho no âmbito das arquitecturas geradas pelas plantações de vinhedos, dada a variedade de possibilidades existentes na região do Alto Minho.

Este grupo de investigação tem como objectivo a identificação, caracterização e classificação dos diversos elementos que compõem as arquitecturas do território vitivinícola no Vale do rio Lima. Os primeiros resultados permitem observar a necessidade de acções imediatas face à conservação de determinadas tipologias autóctones (ex. ramadas ou latadas) que correm perigo de desaparecer, implicando uma profunda transformação paisagística num curto espaço de tempo.

O grupo de trabalho realiza actualmente uma série de levantamentos em relação às metodologias previamente testadas para os sistemas de terraços e socalcos nos Alpes e desenvolvidas pela rede ALPTer<sup>86</sup>

Os primeiros resultados permitem dispor da informação básica da tipologia das arquitecturas provocadas pela cultura dos vinhedos. Numa segunda fase, proceder-se-ia à definição dos diversos elementos componentes destas soluções formais e a sua evolução no decorrer do tempo.

### **Sistemas de Armação do Terreno**

O primeiro elemento que condiciona morfologicamente os territórios de vinhedos é o que em termos construtivos denominaríamos a implantação do terreno, conforme as condições naturais do mesmo: a armação do terreno.

---

<sup>86</sup> Trata-se duma iniciativa comunitária integrada por países do arco alpino com morfologias territoriais em terraços com actividades decorridas entre 2006 e 2008

A topografia é o elemento fundamental para as decisões acerca dos modelos de implantação. Assim podem-se dar diversas situações:

1. Se o declive for inferior a 8% a vinha é instalada sem recurso a alteração do perfil original.
2. Quando existe um declive entre 8% e 20% a vinha é instalada:
  - a. Com armação do terreno em patamares largos, envolvendo alguma alteração do perfil original.
  - b. "Ao alto", segundo a linha de maior declive.
3. Se o declive for superior a 20% a vinha deve ser plantada em terreno armado em socalcos (2,5 - 5 m de largura).

A armação do terreno deverá seguir em quaisquer dos casos uma série de indicações que se relacionam com as características do terreno em função da sua relação com a água.



**Ilustração 59: Vinhedos de Refóios de Lima**



**Ilustração 60: Vinhedos de São Gregório-Rio de Moinhos-Borba**



**Ilustração 61: Vinhedos de São Gregório-Rio de Moinhos-Borba**



**Ilustração 62: Vinhedos em Ponte de Lima**

Porosidade, impermeabilidade, existência de níveis freáticos determinados, escoamento das águas pluviais, ... são elementos que condicionam a escolha das linhas mestras sobre as quais assenta esta nova arquitectura.

Quando as inclinações naturais da terra sejam excessivas, impõe-se a construção dos socalcos ou planos em terraços. Na região galaico-minhota estes elementos constituem uma marca da paisagem, tradicionalmente caracterizada por muros de pedra em seco. A pedra utilizada na construção dos muros era a que se encontrava no próprio local aquando da construção do terraço (em geral, granito).

O arranjo e armação para a produção agrícola destes territórios vê-se condicionada, a partir dos anos 60 do século anterior pela indisponibilidade da mão-de-obra, quer para os ditos trabalhos, quer para a manutenção destes muros e terraços. Este facto provocou a recuperação de muros de suporte mais escassa e mais cara.

Os dados recolhidos no caso de estudo, na freguesia de Bárrio do concelho de Ponte de Lima permitem referir que a vinha era plantada no borde do socalco, ao pé do muro de pedra. A vinha era plantada em terraços sustentados por muros de pedra, mais ou menos distanciados em função do declive da encosta, colaborando na definição de limoeiros da propriedade.

Os terraços eram rasgados nas encostas, de baixo para cima e estreitos com uma ou duas fiadas de vinha. Os muros eram construídos com as pedras tiradas do terreno, xisto ou granito, pelo geral.

Estes espaços trabalhados estão preferencialmente virados a Sul, benéfico para a necessária exposição solar. Neles é usual colocar ramadas que libertam o espaço de terreno para a agricultura.

A solução adoptada é a do esteio e trave que sustenta uma malha em arame para suporte das videiras.

A imagem do conjunto é de linhas horizontais fortemente identificadas como mantas verdes, que alinhadas em diferentes cotas geram ocos no seu interior, sendo esta horizontalidade apenas quebrada pela verticalidade dos esteios.

No decorrer dos últimos dois anos foi organizada uma linha de investigação acerca deste tema, sempre nos âmbitos das unidades curriculares de Seminário I e Seminário II. O objectivo inicial era a identificação, caracterização e classificação dos diversos elementos que compõem as arquitecturas do território vitivinícola no Vale do rio Lima. Os primeiros resultados permitem observar a necessidade de acções imediatas face à conservação de determinadas tipologias autóctones (ex. ramadas ou latadas) que correm perigo de desaparecer, implicando uma profunda transformação paisagística num curto espaço de tempo. O quadro que é apresentado refere a análise de custos de manutenção e produção efectuados na região entre Douro e Minho sobre três tipologias de produção. Uma simples leitura poderá concluir que em termos de produção, o câmbio para tipologias não tradicionais será uma realidade num curto prazo e, ao mesmo tempo, levará implícita uma mudança paisagística de grande escala.<sup>87</sup>

Segundo os autores do artigo, os custos globais no caso da ramada superam num 70% os custos da tipologia de cordão

---

<sup>87</sup> ALVES, Aurora (DSPPAA – DPRTD) e SANTOS Henrique (DSPPAA – DPRTD). Custos de Investimento e de Manutenção da Cultura da Vinha na Região do EDM. In revista "O Minho. A terra e o Homem", 2002 p.22

simples. Mas onde realmente poderá ver-se a magnitude deste estudo comparativo é na avaliação de custos de mão-de-obra, onde os valores quase chegam ao 250%.

	Mão-de-Obra		Máquinas e Equipamentos		Consumos Intermediários	TOTAL
	Horas	Valor (€)	Horas	Valor (€)	Valor (€)	Valor (€)
<b>Cordão simples</b>	389,7	1.738,6	46,3	680,6	1.563,9	3.983,1
<b>Cordão sobreposto</b>	485,7	2.382,6	50,8	748,7	1.725,7	4.857,0
<b>Ramada</b>	688,7	4.194,6	72,8	1.040,6	1.507,6	6.742,8

#### 2.4.2. Condições para uma implantação

A manutenção das estruturas de socalcos a partir dos anos 60 tornou-se muito difícil dada a falta de mão-de-obra especializada e a falta de pedra nos locais, o que implicava um transporte caro deste material. Outros factores determinaram o progressivo desaparecimento da cultura tradicional da vinha em socalco, onde a mecanização das tarefas era mais difícil e os preços de produção comparativamente às técnicas tradicionais disparavam quer ao nível dos socalcos, quer da ramada.

Estes factores determinam, em grande parte, as importantes alterações no arranjo e armação dos terrenos agrícolas.

A história permite perceber a evolução dos diferentes sistemas de armação do terreno que actualmente se observam na paisagem.

Embora com algumas especificidades, os estudos realizados anteriormente nas morfologias de sistemas de plantação de vinhedos no Vale do Douro, permitem alguma extrapolação para o nosso estudo de caso.<sup>88</sup>

Podem-se identificar quatro fases nesta evolução. O primeiro momento ocorreu por volta de 1862 devido à praga da filoxera.

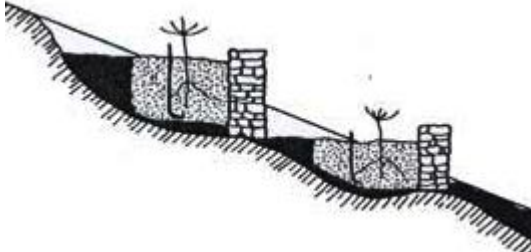
Nesta altura, a vinha era plantada em terraços sustidos por muros de pedra, mais ou menos distanciados em função do declive da encosta.

Os terraços eram rasgados nas encostas, de baixo para cima e estreitos com uma ou duas fiadas de vinha. Os muros eram construídos com as pedras tiradas do terreno. Após a filoxera, construíram-se novos terraços, mais largos e inclinados,

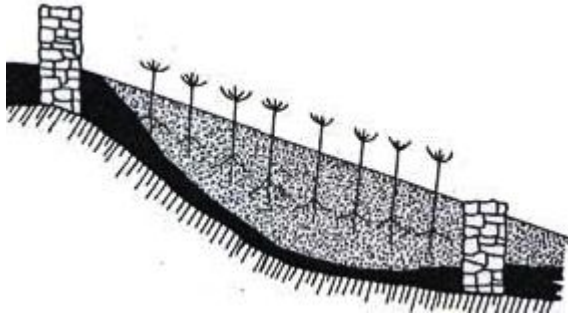
<sup>88</sup> ALMEIDA, J. Rosas Nicolau de. Vitivinicultura Duriense: contributo para uma actualização. Separata de "Observatório", Revista do Sector de Acção Cultural da C. M. Vila Nova de Gaia, nº 1, Dez., 1990 p. 17-30

suportados por muros sólidos mais altos e mais rectilíneos do que os muros pré-filoxéricos (Ilustração 63).

A imagem mostra estas características



**Ilustração 63: Vinhedos pré-filoxéricos**



**Ilustração 64: Vinhedos pós-filoxéricos**

Num segundo momento, a partir dos anos 60 do século XX, o aumento do custo da mão-de-obra, já constatados nos estudos apresentados anteriormente, a par da consequente necessidade de mecanizar as propriedades, foram responsáveis por um novo marco nos sistemas de armação do terreno.

O primeiro novo sistema de armação a surgir foi o dos terraços com taludes em terra ou patamares. Trata-se de patamares horizontais com taludes em terra, sem muros de pedra em seco, com alturas variáveis de acordo com a inclinação do terreno, com 1 ou 2 linhas de videiras. Os terraços acompanham as curvas de nível e a fisiografia do terreno. A ligação entre eles é feita por estradas rasgadas na diagonal, por onde circulam máquinas agrícolas (Ilustração 66).

A partir dos anos 80 começa-se a fazer a plantação segundo as linhas de maior declive pelo sistema da vinha ao alto (Ilustração 65). São construídas plataformas inclinadas para o seu bordo interior para recolher as águas pluviais e encaminhá-las para fora da parcela ou para os canais de drenagem

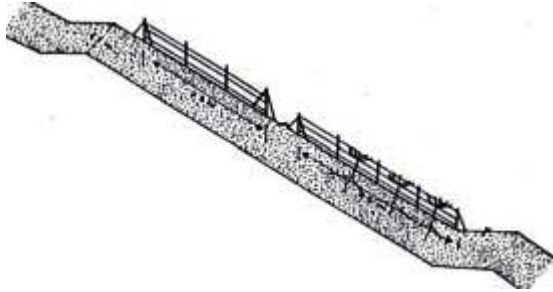


Ilustração 65: Vinha ao alto

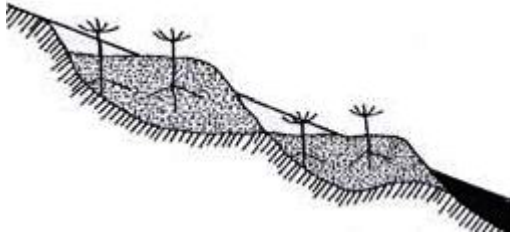


Ilustração 66: Sistema de taludes

As plantações dispõem-se segundo linhas perpendiculares às curvas de nível, separadas por estradas de trabalho.

### 2.4.3. Tipologias

Resumimos de seguida um estudo realizado nas unidades curriculares de Seminários I e II do curso de Mestrado Integrado de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa, durante os anos 2009-2010 e 2010-2011.<sup>89</sup>

A revisão tipológica dos vinhedos permite uma primeira divisão substancial: culturas em altura ou em terra. No primeiro grupo referiremos situações em vias de desaparecimento, como são as *uveiras* e no sentido oposto, assistimos à obsolescência progressiva das variedades de ramadas ou latadas que vêm reduzidas as suas capacidades de produção, ficando fora deste sistema económico e, conseqüentemente, chamadas a desaparecer num prazo mais curto do que podemos pensar.

A revisão tipológica dos vinhedos permite uma primeira divisão substancial atendendo à altura do desenvolvimento da cultura relativa ao solo: cultura em altura o rente no solo. Referimo-nos às culturas que crescem na primeira situação por cima dos 150 cm de altura, suportadas por esteiros e entre os 50 e 150 cm de altura, na segunda hipótese.

<sup>89</sup> Neste estudo, tutorizado pelo autor da lição colaboraram os alunos Joaquim Correia, Leonel Azevedo e Hugo Almeida

### 2.4.3.1.Uveiras

As “Uveiras” são agrupamentos de diferentes árvores do país onde se prende a vinha de enforcado, criando composições vegetais que delimitavam os terrenos. As vinhas plantavam-se junto ao tronco para que estas crescessem aproveitando os ramos para se expandirem como uma trepadeira. No seu conjunto formam a paisagem no Vale do Lima, salientando a verticalidade e a imponência de grandes muros arborizados.

Actualmente, as uveiras não são um fenómeno raro na cultura vitivinícola. De facto, trata-se de tipos de cultura que apareceram de forma espontânea na cultura mediterrânica, como é o caso da variedade *Vite maritata* em toda a Itália, nomeadamente na região de Caserta.

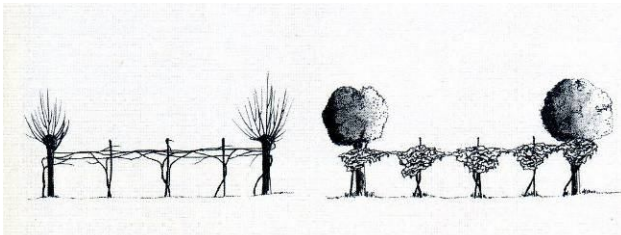
Esta coincidência permite estabelecer leituras comparadas dos processos realizados nas duas regiões. Enquanto na região de Caserta esta fórmula permanece e implica uma cultura específica, com produção de uma variedade de vinhos de grande qualidade, e com denominação de origem, no caso da região minhota esta tipologia desaparece lentamente, sendo reduzida a casos de produção familiar pontual.

A Uveira poderá ser a tipologia de vinha mais famosa e ancestral na região. Junto a uma árvore, castanheiro, choupo ou plátano plantam-se de uma a quatro videiras que se deixam crescer livremente, entrelaçando-se com os ramos da árvore de suporte (violentamente podadas para dar maior relevo à videira). As videiras podem atingir enormes proporções. Não exigem espaço nem adubação própria, satisfazendo-se muitas vezes com podas ano sim, ano não, e cada pé pode produzir vários cestos de uvas, embora com vinhos de inferior qualidade.

O interesse actual das uveiras poderá prender-se com aspectos de carácter estético e formal não com elementos de carácter funcional, dadas as possibilidades de doenças que este tipo de cultura pode estar sujeito e a sua maturação mais tardia e muitas vezes incompleta. Desse modo, os teores de açúcar - e, portanto, de álcool - são sempre baixos. A observação formal destas uveiras permite estabelecer algumas diferenças entre os diversos exemplos estudados.

Dardo PANDAKOVIC e Angelo dal SASSO definiram seis tipos de uveiras (*vite maritata*, em italiano) para as culturas chamadas “promiscuas” (*Ad albero singolo, A festoni, A sistegni secchi e vivi, Ad alberi potati a “Y”, A ralci sovrapposti* e finalmente

*Alberata aversana*<sup>90</sup>) As variedades identificadas na região minhota correspondem à variedade “a sostegni secchi e vivi”, que aproveita árvores por vezes secas que servem de suporte, organizando uma rede entre estes suportes que se situam a distância de 4-5 metros em cada caso. Igualmente podem localizar-se exemplos da variedade “alberata aversana” que conseguem panos verticais vegetais de alturas consideráveis embora não cheguem a ultrapassar os seis metros de altura.



**Ilustração 67: Exemplo de alberata aversana “sostegni secchi e vivi”**

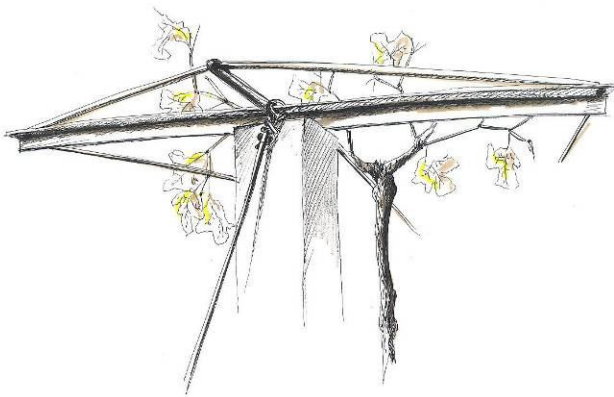
<sup>90</sup>PANDAKOVIC, Dardo e SASSO, Angelol. “Saper vedere il paesaggio” Edizioni CittàStudi-Agostini. Novara, 2009, paginas 141 e ss.



**Ilustração 68: Uveiras**

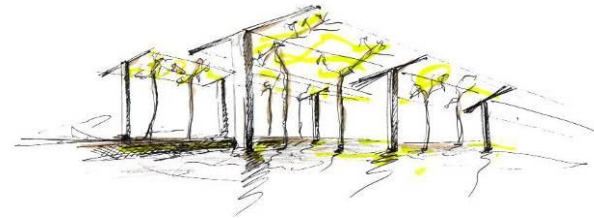
### 2.4.3.2. Cruzetas

Constituída por esteios de betão a “Cruzeta” tem uma técnica de amarração por pórtico, fixa num pilar de betão “esteios”, enterradas no terreno com um perfil (trave) a cruzar pousado no topo do esteio. A trave é amarrada com arames que esticam e suportam toda a estrutura dos pórticos descarregando numa “prisão”, (Ilustração 69).



**Ilustração 69: Cruzetas. Pormenor no extremo**

O sistema de amarração segue uma sequência de pórtico para esteio, repetindo-se a técnica até aos esteios situados na parte extrema de cada conjunto de pórticos. O sistema usa técnicas que laça o arame onde a vinha pousa e se desenvolve. Existem algumas variações em relação à trave, podendo ser em madeira e o esteio em granito. Extensão e na forma.



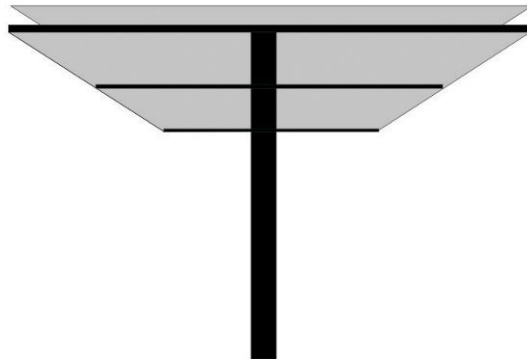
**Ilustração 70: Conjunto de cruzetas**

Numa aplicação mais contemporânea, o ferro na trave é o mais usado assim como o esteio passa a ser em betão armado.

A cruzeta apresenta uma estrutura arquitectónica linear ocupando um espaço horizontal e vertical transmitindo uma

estrutura em que as linhas paralelas se repetem numa determinada área de terreno. Este método de suporte às vinhas no espaço visual cria perspectivas que podem ser caracterizadas da seguinte forma:

1º Num alinhamento paralelo, (Ilustração 71), gera transparências e salientam o horizonte em perspectiva projectando visualizações variadas. Evidenciam-se a força das linhas verticais assim como horizontais, estas apresentando-se mais densas devido à ramificação das vides e folhagem das vinhas.



**Ilustração 71**

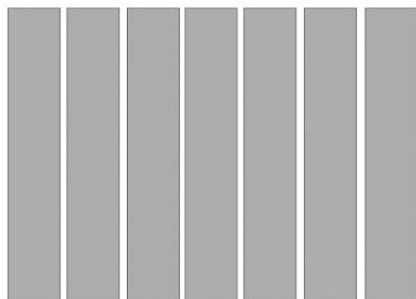
2º A estrutura paralela forma alinhamentos do vinhedo, ((Ilustração 72), cria uma visão contínua, embora com a presença de um obstáculo relativamente à vista aérea. Esta massa horizontal define sensorialmente a cota do terreno. A sensação criada denota oposição à percepção relacionada com a base do terreno onde as vinhas são plantadas.



**Ilustração 72**

3º Perante uma observação aérea cuidada, (Ilustração 73) apresenta-nos uma configuração linear com ocupação em manchas paralelas mostrando densidades diferenciadas. Deparamo-nos com uma paisagem dominada pelo paralelismo

das manchas tendo a largura dos braços das cruzetas. Estas manchas evidenciam regras que alteram substancialmente a paisagem do Vale do Lima.



**Ilustração 73**

A cruzeta, como sistema de condução, foi desenvolvida na região de Ponte de Lima a partir da década de 70. A sua forma original consiste num poste vertical com 2 metros de altura ou mais e uma travessa horizontal, esta por sua vez remata a parte superior formando uma cruz. A travessa horizontal mede entre 1,5 a 2 metros e deve situar-se entre 1,5 e 2,5 metros do solo.

As extremidades dos braços das sucessivas cruzes, distam entre si, 5 a 8 metros. Os braços suportam os fios de arame formando a mancha horizontal de distribuição através das videiras. Junto de cada cruzeta plantam-se quatro pés de videiras que acompanham, aos pares, os braços da cruz, ramificando depois individualmente o seu arame.

A cruzeta apresenta-se como referência de transição no Vale do Lima, tendendo a variar para a técnica de suporte à vinha mais actual. Esta estrutura altera significativamente a estrutura presente da paisagem rural

Esta tecnologia de suporte à vinha tem como objectivo de rentabilizar mais o espaço de terreno.<sup>91</sup>

---

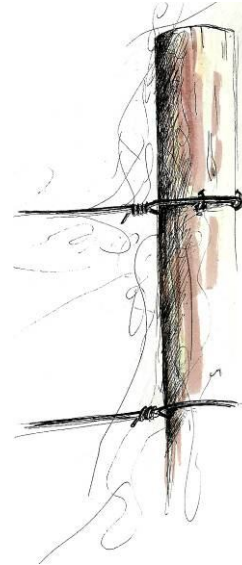
<sup>91</sup> Segundo a Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, “...tem-se verificado que a morte de um pé de videira conduz frequentemente à morte de todas as que foram plantadas na mesma cova e cujas raízes se desenvolveram em íntima ligação. Por outro lado, as pulverizações de cruzetas exigem particulares cuidados, uma vez que o lado «de dentro» fica mal exposto aos tratamentos mecanizados. Acresce ainda que a existência de um só arame e de videiras expostas lado a lado, dando azo a que a sua vegetação se entrelace, propiciando ensombramentos prejudiciais à maturação e favoráveis ao desenvolvimento de doenças criptogâmicas.”

### 2.4.3.3. Bardos

O bardo é o sistema de condução de vinha contínua baixa mais antigo na região, havendo exemplos de plantações deste tipo nos últimos cem anos. Consiste numa linha de esteios com 1,5 a 2 metros de altura, espaçados de 6 a 8 metros, sustentando 4 a 6 arames. As videiras são plantadas geralmente num compasso apertado (cerca de 1 metro de intervalo) e espalmadas, permitindo que comecem a frutificar à altura do primeiro arame, ou seja, muito próximo do solo.

Este sistema de condução, em que as linhas de videiras distam cerca de 3 metros entre si, permite o tratamento mecanizado e simplificação da vinha. O seu maior inconveniente situa-se na poda excessiva que o sistema implica, originando desequilíbrios vegetativos e produtivos. Na realidade estas vinhas têm uma longevidade bastante curta e uma produção irregular.

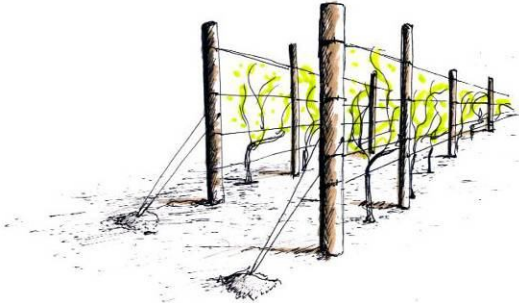
Constituída por esteios de madeira de forma cilíndrica, o bardo tem uma técnica de amarração em linha, fixada em duas pedras de grande porte, enterradas no terreno nas extremas de cada conjunto. A estas pedras onde são amarrados os arames que esticam e suportam toda a estrutura da vinha, é denominada "prisão".(Ilustração 75)



**Ilustração 74: Laço de arame**

O sistema de amarração segue uma sequência de esteio para esteio, repetindo-se a técnica até aos esteios situados no fim de cada linha de Bardo. Este sistema usa técnicas que laçam o arame, prendendo-o e apoiando-o por alguns pregos, de forma a assegurar que estes não se desalinhem com o peso das vinhas (Ilustração 74)

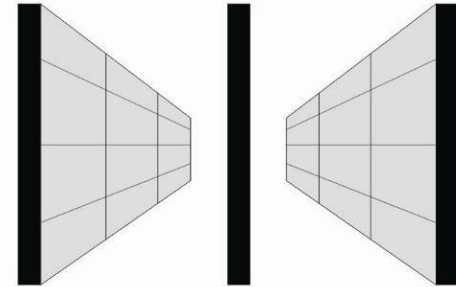
O "Bardo" na sua estrutura arquitectónica preenche um espaço, transmitindo uma estrutura em que as linhas paralelas se repetem numa determinada área de terreno. Este método de suporte às vinhas no espaço visual cria perspectivas que podem ser caracterizadas da seguinte forma:



**Ilustração 75: "Prisão"**

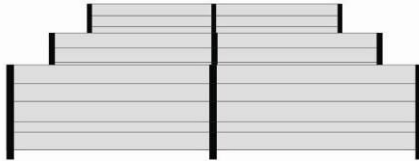
1º Num Alinhamento perpendicular, (Ilustração 76) gera transparências e salientam o horizonte em perspectiva. Evidenciam-se a força das linhas horizontais que são apenas quebradas pela verticalidade dos esteios e pela folhagem das vinhas. Estas por sua vez formam no conjunto uma espécie de muros, apresentando alguma

diversidade na densidade, consoante as estações do ano.



**Ilustração 76**

2º A face paralela aos alinhamentos da vinha, (Ilustração 77), bloqueia a visão como uma muralha densa de mais ou menos dois metros de altura. Esta massa eleva sensorialmente a cota do terreno. A sensação criada denota oposição à percepção relacionada com a base do terreno onde as vinhas são plantadas.

**Ilustração 77**

3º A vista aérea, perante uma observação cuidada apresenta-nos uma configuração dos terrenos mostrando a topografia e cadastro pela densidade diferenciada. Deparamo-nos com uma paisagem dominada pela ortogonalidade e pelo paralelismo das linhas, dominando e impondo de certa forma uma regra, que altera substancialmente a paisagem do Vale do Lima.

O Bardo actualmente é uma referência de transição no Vale do Lima, tendendo a variar para a técnica de suporte à vinha mais actual, o Cordão, que domina e altera significativamente a estrutura presente da paisagem rural.

As linhas paralelas começam a dominar a paisagem no vale do lima, a agricultura de subsistência tende a desaparecer gerando-se o abandono dos terrenos para cultivo e optando-se pela rentabilidade em maior escala da produção vinícola.

**Ilustração 78: Bardos em Refóios de Lima**

#### **2.4.3.4. Latada/consola**

As latadas com estruturas em consola consistem, em termos gerais, em estruturas horizontais, de betão armado. Estas estruturas supõem alguma vantagem relativa às ramadas, por quanto libertam um dos suportes. Deste modo vêem-se com frequência nos mesmos locais que as ramadas, conseguindo aproveitar espaços aparentemente improditivos.

Constituída por esteios de betão armado a “Latada em consola” tem uma técnica de amarração por pórtico, enterrado no terreno e nas extremas de cada pilar separados cerca de 6.00m. Nestas pedras a trave é amarrada com arames que esticam e suportam toda a estrutura dos pórticos descarregando numa “prisão”.

A “Latada em consola” na sua estrutura arquitectónica que preenche um espaço sobrelevado nas extremas do terreno. Este método de suporte às vinhas no espaço visual cria perspectivas que podem ser caracterizadas da seguinte forma:

1º Num Alinhamento perpendicular, fig. 19, esta gera transparências e salienta uma “cobertura” com a evidência da horizontalidade e da diagonal.

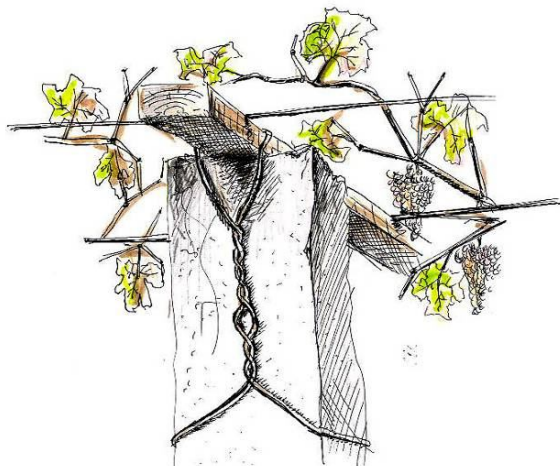
Evidenciam. Este tipo de elevação permite aproveitar todo o terreno para agricultura.

2º A face paralela aos alinhamentos da vinha, fig.20, salienta uma massa que se eleva do terreno com uma forte perspectiva de horizontalidade realçando um manto verde. A sensação criada força uma posição à percepção relacionada com a base do terreno onde as vinhas são plantadas.

3º A vista aérea, fig.21 perante uma observação cuidada apresenta-nos uma configuração de terreno marcado pela forte linha das extremas. Deparamo-nos com uma paisagem dominada pela ortogonalidade e pelo cerco dos terrenos, dominando e impondo de certa forma uma regra que altera substancialmente a paisagem do Vale do Lima.

#### 2.4.3.5. Ramadas

Esta composição consiste, em termos gerais, numa estrutura horizontal, porticada, onde se ocupam faixas geralmente periféricas dos terrenos. Os elementos de suporte são constituídos por pórticos com elementos horizontais de ferro ou de madeira assentes sobre esteiros, geralmente de granito.



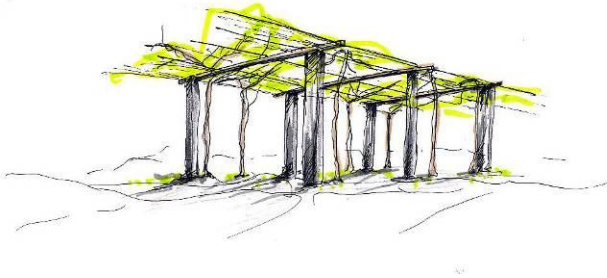
**Ilustração 79: Laçada de arame na ramada**

Esta série porticada é interligada pela sua vez por estruturas de arame que, na horizontal, vão ligando cada um dos pórticos, assegurando a estabilidade do conjunto por arames encastrados à terra ou a elementos considerados fixos entrando estes arames em tensão. Estas estruturas vêm-se com frequência sobre caminhos, largos, logradouros públicos assim como tanques e fontes. Apresentam-se ainda na orla dos campos, podendo também aparecer, mais raramente, em sistema de vinha contínua (neste caso apresentam uma forma em dente de serra, isto é, oblíquas e não paralelas ao solo).

Este sistema garante a possibilidade de utilizar o espaço sob as ramadas para outro tipo de cultura permitindo aproveitar produtivamente estes espaços ou sobrepor-se a outras culturas. É frequente, com efeito, cultivar batatas debaixo de ramadas, ou erba para os animais da casa, quando existem na orla de campos ou em regime de vinha contínua.

#### Materialidade da ramada

Os sistemas porticados foram evoluindo conforme os tempos. É natural pensar que tratava-se de estruturas lenhosas em madeira, sendo rapidamente substituído os elementos verticais ou esteiros por pedra, o que garantia uma maior durabilidade.



### **Ilustração 80: Ramada**

De facto os elementos horizontais seguiram utilizando a madeira, passando pelo ferro com sistemas mais ou menos evoluídos, quer vigas simples apoiadas nos esteiros, ou necastradas através de garras ligadas às suas cabeças, quer trelices que implicavam um menor consumo de material e resolviam problemas de maiores vãos, nomeadamente nos extremos ou situações pontuais. Actualmente, estes elementos foram substituídos ocasionalmente por elementos de betão prefabricado.

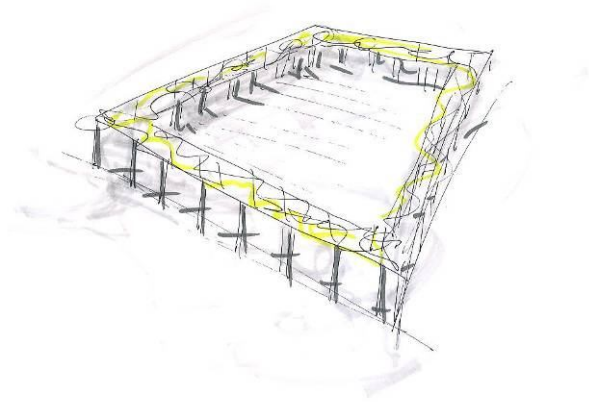
Neste sistema de condução as videiras apoiam-se sobre arames dispostos na Horizontal e distam entre si de 40 a 50 cm. Neste

tipo de vinhas não permite o tratamento mecanizado porque eram construídas numa cota de 1.50 m para que o tratamento da vinha, poda e colheita fosse simplificada, e exercida de forma manual. A composição visual deste modelo em estudo retrata duas formas distintas. Na época de produção temos a vegetação densa na qual aproveitamos a sombra e no Outono temos as ramadas limpidas, originando composições visuais distintas, obtendo variações da paisagem

As amarrações das ramadas são efectuadas com arames através de prisões efectuadas com ferros cravados nas paredes de vedação em pedra de granito. Os arames colocados sobre as traves de madeira são regulados por pregos para que a distância entre si fique regulada.

A maior parte das ramadas encontram-se à volta dos campos de cultivo aproveitando o apoio dos muros de vedação enquadrando-se na agricultura de subsistência.

Constituída por esteiros de granito, a “Latada” tem uma técnica de amarração por pórtico, fixa em duas pedras “esteiros” de granito enterradas no terreno nas extremas de cada pórtico separados por cerca de 3.00m.



### Ilustração 81: Composição tradicional de ramada

Nestas pedras a trave é amarrada com arames que esticam e suportam toda a estrutura dos pórticos descarregando numa "prisão".

O sistema de amarração segue uma sequência de pórtico descarregando nos esteios, repetindo-se a técnica até aos esteios situados na extrema fim de cada conjunto de pórticos.

O sistema usa técnicas que laça o arame onde a vinha pouosa e se desenvolve. Existem algumas variações em relação a trave, podendo ser em ferro. Esta tecnologia de suporte à vinha, tem como objectivo de libertar o terreno de cultivo de cota inferior.

As ramadas definem um espaço arquitectónico determinando envolvências espaciais no terreno, e ajudando a marcar o cadastro existente. A sua percepção como conjunta leva-nos a uma série de considerações:

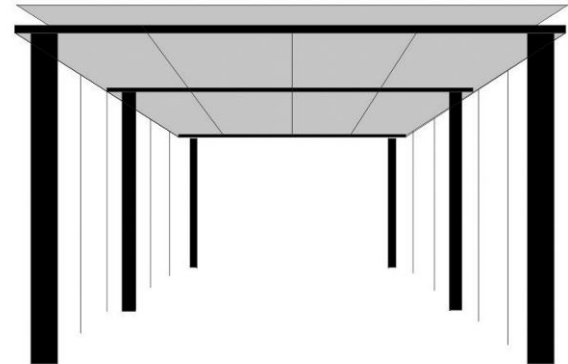


Ilustração 82

1º Numa linha horizontal, (Ilustração 82)- assume uma visualização transversal contrastado apenas pelos postes ou ferros de apoio ao solo. A delimitação do espaço de cultivo e a utilização para certas culturas relacionadas com cada época enquadram-se com as diversas composições visuais conforme as estações.

2º A vegetação assumida na linha horizontal, forma uma ocupação aérea que transmite uma sensação de cobertura vegetal, relacionada paralelamente ao solo com uma cota sensivelmente de 1.50 metros.



**Ilustração 83**

3º A vista aérea, (Ilustração 83) relacionada com a configuração dos terrenos mostra-nos uma densidade diferenciada, dependendo da opção aproveitada em termos de subsistência. A paisagem criada por este tipo de ocupação espacial relaciona-se com o movimento de formas geométricas, impondo uma regra alteradora da paisagem.

A ramada é actualmente uma referência no Vale do Lima, tendendo a desaparecer força de uma produção de subsistência que tende a não ser viável para a população. As ramadas ainda predominam no Vale do Lima. A relação existente apresenta um domínio ainda vigente da agricultura de subsistência, que tende a desaparecer devido ao abandono dos proprietários.

Esta caracterização tipológica pode ser contemplada de duas perspectivas que possivelmente devem definir os elementos de troca nas chaves compositivas da paisagem galaica-minhota: a escala unifamiliar frente á escala produtiva empresarial.

A classificação anterior reflecte as atitudes do produtor unifamiliar no seu diálogo contínuo com o território através da vide. Tem existido uma adaptação continuada para conseguir

níveis de produção que possam concorrer adequadamente num ambiente competitividade comercial. É a forma de poder responder com critérios de pequena escala aos requisitos duma produção á escala empresarial Este facto vê-se confirmado após a criação da região demarcada de vinhos verdes, nos primórdios do século XX.<sup>92</sup>

Este facto permite pensar nas possibilidades de definir políticas comerciais susceptíveis de inverter o proceso de progressivo desaparecimento das ramadas, como elemento caracterizador das paisagens minhotas.



**Ilustração 84: Ramada no lugar de Soeiro-Ponte de Lima**

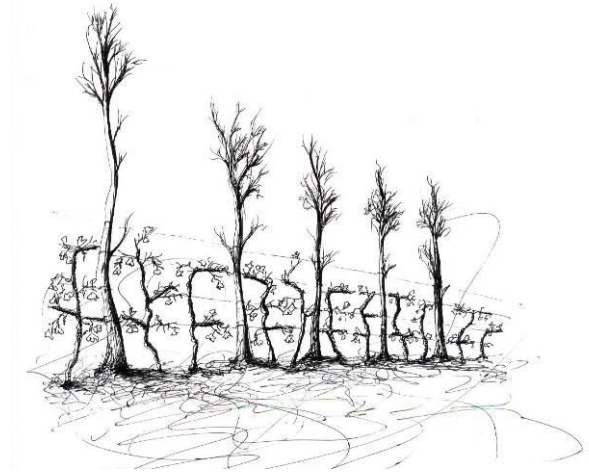
---

<sup>92</sup> A região demarcada dos vinhos verdes comemorou os seus cem anos no derradeiro 18 de Setembro de 2008.

### 2.4.3.6. Arjões

Os “Arjões” delimitavam o terreno. Poderemos considerar este tipo como uma adaptação do Bardo se bem que apoiado no conceito das uveiras. As vinhas plantavam-se agora espaçadas entre cada árvore, uma nova tecnologia surgira, o arame permitia um maior aproveitamento do espaço, até atingir os 6-8 metros de altura, uma malha contínua amarrava árvore a árvore, permitindo maior rentabilidade na produção do vinho. Existe uma funcionalidade acrescentada: a vedação dos terrenos, autênticas cortinas, que misturavam a folhagem da árvore com a da vinha.

Tal como os enforcados, os arjões são típicos de uma produção vinícola em regime de agricultura intensiva, não especializada, consociada com variadas outras culturas, e que tira proveito de uma produção que praticamente não ocupa espaço no solo e não precisa de muita mão-de-obra



**Ilustração 85: Arjões**

#### 2.4.3.7. Eido

O dicionário da Real Academia Galega define deste modo o eido: **eido** s.m. 1. Terreo cultivado, que pode estar entre as terras que rodean a casa ou non

O dicionário português explica dum modo mais extenso: **eido**:s. m.Pátio; quintal; quinteiro.

O eido é considerado o espaço de terreno que envolve a habitação, coberto com vinha na forma de consola, sendo esta disposta pelo perímetro dos socalcos.

Este tipo de solução é utilizado pela proximidade da colheita, perto de casa, assim como pelo aproveitamento do terreno para cultivo.

As características da videira servem para poder utilizar de modos diferentes o espaço que esta tipologia define na envolvente do edificado. A folha caduca da videira tem como finalidade a protecção da habitação dos raios solares no verão, abrindo-se no Inverno quando se torna necessário o aquecimento interior da casa aproveitando os raios solares.

A tipologia tradicional de habitação adoptada neste tipo de solução é distribuída por um espaço do r/chão para serviços, onde existiam os currais e as lojas. Neste piso térreo o gado era

guardado assim como todo o tipo de equipamentos necessários à agricultura. Ao nível do andar, este era reservado para a habitação, zonas de cozinhar, lazer e íntimas.

Este tipo de envolvente à casa, apresenta várias formas e estruturas num contexto espacial, parecendo fundir a habitação com o espaço envolvente natural e verde, em que esta apenas aparece ao nível do segundo piso.

Este sistema tem como princípio o conjunto de videiras que sobem ao nível dos arames ramificados que servem de apoio à distribuição dos ramos das videiras.

Este sistema forma uma mancha verde, tendo no verão a função de sombreamento, servido o espaço de quinteiro para descanso e algumas actividades da agricultura, assim como apresentar uma relação de conforto. Estas estruturas têm alturas variadas, encontrando-se esta directamente relacionada com a altura da habitação.

É realmente agradável a proximidade desta mancha verde, que alterna com a época de inverno onde fica completamente despedida de folhagem. Os frutos, uvas frescas que se colhem encontram-se protegidas através das folhas, apresentam uma

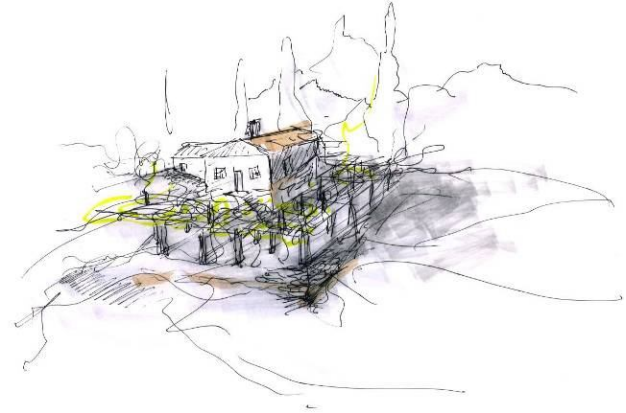
ilustração sinuosa e colorida com o amadurecimento contínuo das uvas

A estrutura horizontal com arames em linha, são fixados a barramentos de ferro, podendo enquadrar-se à volta de toda a habitação ou apenas relacionado com alguns alçados. O aspecto visual relaciona-se com volumes de cheio e vazios numa composição agradável e colorida.

Do ponto de vista económico, a produção maximizada está relacionada com a agricultura de subsistência e de qualidade, não sendo contemplada o aspecto de rentabilidade e optimização da produção

Do ponto de vista técnico, o tratamento destas vinhas apresentam um acesso facilitado devido à sua forma. Neste caso a exposição e arejamento são bem conseguidos. No entanto, os arames dispostos na horizontalidade e com alturas diferenciadas exigindo que a poda e a vindima se façam a partir do auxílio de escadotes ou do reboque do tractor.

O eido, como atrás foi referido, preenche um espaço horizontal ocupando manchas arbóreas e vegetativas formando estruturas arquitectónicas distribuídas pelo território.



**Ilustração 86: Eido**

#### **2.4.4. A dinâmica transformadora da arquitectura do vinho**

O Vale do Lima, como espaço vivo que é, transforma-se, muda. Continua a existir a predominância estrutural da vinha como paisagem e como formalidade espacial visual. O vale conforme o conhecemos na actualidade está em extinção, o constante abandono da cultura vidigueira de subsistência, deixa a sua marca, os terrenos deixam de estar limitados por vinhas e apenas algumas vedações resistem, evidenciando-se o plano e topografia outrora natural.

Com o abandono e com a falta de manutenção dos socalcos, estes acabam por se dissiparem, aparecendo agora um terreno contínuo, que perde as suas plataformas trabalhadas durante séculos, a terreno montanhoso volta ao seu estado natural ao exemplo do acontecido em outros locais no planeta, tendo entre outros o exemplo do socalcos construídos pelos incas que abandonados se auto destruíram pela força da vegetação e pela forças da natureza, este facto também teve alguns exemplos em Itália que em poucas décadas se viram estruturas em socalcos a desaparecerem completamente em poucas décadas.

A alteração da estrutura vidigueira sempre teve as suas adaptações e influências na paisagem, em tempos as Uveiras

dominava a paisagem como se pode ver na fotografia do “antas”, temos uma actualidade com a predominância da “Latada”, do “Bardo” e da cruzeta mas nunca nos confrontamos com o abandono em grande escala e com a tendência para a produção em escala industrial.

A diversidade é uma característica evidente no vale do Lima, a vegetação o verde, a força da vinha com as suas várias plataformas, é a predominância de uma estrutura que agora está em tempos de mudança.

Na sua forma são estruturas abertas, limitadas por o elemento videira que se ergue, criando o grande espaço oco no centro do terreno.

#### **2.4.4.1. As mudanças observadas na escala familiar**

Esta escala é afectada fundamentalmente pelo problema da obsolescência dos sistemas tradicionais de produção vitivinicola.

Assim, as ramadas sofrem o abandono, o que significa não se proceder à poda ao longo dos anos, com a sobrecarga de peso subsequente para os suportes das ramadas. Este facto, observado a partir de uma perspectiva unitária, reporta para um problema de ruptura do equilíbrio no sistema de agricultura de subsistência onde a unidade familiar se vê afectada por esta questão. A estrutura de policultivo vê-se afectada, assim como paisagem da unidade agrária em relação à habitação.

#### **2.4.4.2. As mudanças na escala territorial**

O somatório deste tipo de ocorrências reporta para uma situação grupal e de escala territorial. Quando esta situação coincide no mesmo local, as tranformações da paisagem são evidentes dando lugar a mudanças mais claras e directas. Confirmam-se deste modo os preságios mais negativos neste sentido, embora possa parecer também a oportunidade para novos reptos face às arquitecturas nas paisagens limianas. De

facto, extensões de produção de vinho verde mais modernizadas, ao abrigo das sugestões e estudos feitos pela mesma C.C.D.R., provocaram sérias transformações nas paisagens, uma delas, na envolvente do Convento dos Refóios de Lima.

#### 2.4.5. Incidências da arquitectura do vinho na paisagem limiana

Toda paisagem é reflexo da actividade económica que suporta a estrutura social existente. No caso de estruturas sociais ligadas mais directamente à terra, este reflexo refere directamente as produções de tipo agrário e os seus derivados.

Nas palavras de Ana Lavrador e Jorge Rocha:

*“... a vinha constitui actualmente uma das excepções positivas do sector agrícola, conjugando: afirmação económica, adaptabilidade aos terroir<sup>93</sup> e um valor ambiental significativo para as regiões mediterrâneas. Neste contexto, a preservação e qualificação das paisagens inerentes é um importante desafio técnico e deve constituir uma questão política prioritária. Ao mesmo tempo, estas paisagens de vinha permitem evidenciar singularidades regionais. A divulgação dessas singularidades pode passar a ser instrumento de*

---

<sup>93</sup>TRUBEK Amy B. “ *The Taste of Place: A Cultural Journey Into Terroir*” University of California Press London, 2008. Para muitos, o termo *terroir* evoca imagens de solo, rocha ladeira, e sol. O goût du terroir e um Chablis podem evocar os minerais de aço de uma terra rica em calcário. Mas o conceito de *terroir* é dito no sentido de ser um tanto místico, uma inquantificável sensibilidade, filosofia, história.”

*desenvolvimento uma vez que coloca em evidência elementos de interesse ambiental e estético. Por seu lado, consolidar e/ou construir a ideia de identidade vinhateira associada a uma região, pode atrair visitantes e investidores.*

*Nesse propósito, é desejável associar a qualidade do vinho à qualidade da paisagem (singularidade, grau de preservação ambiental, tipo de práticas culturais, outros). Essa interação trará melhores frutos se houver consenso em torno de elementos da paisagem (marcas) que possam constituir símbolos da cultura e da identidade de uma região. Considera-se que a fixação dessas marcas no marketing dos produtores e promotores turísticos, assim como uma divulgação articulada entre os últimos, pode ajudar a promover a região e os produtos vinicos, ajudando à afirmação de ambos no mercado global.”*

Estas características expressam por sua vez, uma estrutura social em movimento, em mudança. O Vale do Lima é um espaço em mudança, com uma predominância estrutural da vinha como paisagem e como formalidade espacial visual. O vale conforme o conhecemos na actualidade está em extinção, o constante abandono da cultura vidigueira de subsistência,

deixa a sua marca, os terrenos deixam de estar limitados por vinhas e apenas algumas vedações resistem, evidenciando-se o plano e topografia outrora natural.

Divesos autores mostram a sua preocupação relativa às mudanças na paisagem, já não só desde uma perspectiva meramente paisagística, mas também desde uma perspectiva de *branding territorial*:

Assim, Ana Lavrador e Jorge Rocha referem deste modo:

*Os resultados para a região demarcada dos Vinhos Verdes são preocupantes, tendo-se provado existir perda de valores territoriais emblemáticos a par de um apagamento da identidade da região. Com efeito, além do abandono rural e da substituição de estruturas e elementos do Bocage por outros de mais fácil manutenção e rendibilidade, reconheceu-se haver uma rejeição dos mesmos por parte de alguns inquiridos e entidades promocionais, sobretudo produtores, por ventura por se acreditar que podem depreciar a região e os seus produtos face às exigências de qualidade do mercado global e requisitos das novas procuras turísticas. É importante equacionar o que se deve preservar, como o fazer e onde intervir, bem como promover*

*novas funcionalidades para os elementos tradicionais, recriando os mesmos na construção das novas paisagens. No fundo, ir ao encontro da Convenção Europeia da Paisagem (2000) e das novas directrizes da Política Agrícola Comum (PAC) que apontam para a importância da requalificação das paisagens e da preservação da identidade das regiões rurais aliadas ao reforço dos sentimentos de pertença, como facilitadoras da comunicação entre os diferentes actores, dinâmica fundamental numa sociedade que se procura ambiental, económica e socialmente mais empenhada e desenvolvida.*<sup>94</sup>

Ao mesmo tempo, outro factor compositivo das paisagens limianas é o socalco. Na paisagem de montanha desta região a estrutura de socalcos na vertente consituti “per se” um marco de identidade. Ao mesmo tempo, configura-se neste enquadramento a prática de irrigação, baseada em sistema de regas tradicionais, sendo este elemento extremamente importante face ao desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento agro-pastoril nos diversos tipos de socalcos.

---

<sup>94</sup> LAVRADOR, Ana, ROCHA Jorge: A região demarcada dos vinhos verdes, uma paisagem e uma identidade ameaçadas. In Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia. Faculdade de Letras Universidade de Porto, Maio 2010.

Com o abandono e com a falta de manutenção dos socalcos, estes acabam por se dissiparem, aparecendo agora um terreno continuo, que perde as suas plataformas trabalhadas durante séculos, a terreno montanhoso volta ao seu estado natural a exemplo do acontecido noutros locais no planeta, nomeadamente com os socalcos construídos pelos incas que foram abandonados e conseqüentemente se auto-destruíram pela força da vegetação e pela força da natureza. Este mesmo facto também se verificou nalguns casos em Itália, onde, em poucas décadas, as estruturas em socalcos desapareceram completamente.

A alteração da estrutura vidigueira sempre teve as suas adaptações e influências na paisagem. Em tempos, as Uveiras dominavam a paisagem como se pode ver na fotografia do lugara de Antas, temos uma actualidade com a predominância da "Latada", do "Bardo" e da cruzeta mas nunca nos confrontamos com o abandono em grande escala e com a tendência para a produção em escala industrial.

A diversidade é uma característica evidente no vale do Lima, a vegetação verde, a força da vinha com as suas várias plataformas, é a predominância de uma estrutura que agora está em tempos de mudança.

Na sua forma são estruturas abertas, limitadas pela videira que se ergue, criando o grande espaço oco no centro do terreno.

A Região Demarcada Vinhos Verdes, se bem que detentora de unidade interna reconhecida pela projecção conjunta das Sub-regiões nos primeiros Eixos factoriais, surge num plano secundário relativamente às outras regiões nos diferentes eixos e nas diferentes categorias em avaliação, aliando-se frequentemente às regiões beirãs.

Este facto denota falta de afirmação face às restantes regiões, o que representa uma perda para uma região cujo *agir* tradicional (minifúndio, policultura, socalcos, vinha alta, bordaduras líticas, etc.) é símbolo de uma das mais fortes identidades à escala nacional.

A incidência destas mudanças poder ser observada nas diversas escalas patentes neste território: Iremos referir neste caso as escalas unifamiliar e territorial.

#### **2.4.7. Os espaços públicos gerados pela arquitectura do vinho**

A tipologia apresentada referiu-se no geral à escala humana, como indivíduo. De facto, os arjões e uveiras podem referir uma escala maior, onde a dimensão em altura nos poderá remeter para situações de escala paisagística. As ramadas e latadas acabam por ser um elemento intermédio, servindo de referência para a escala humana. Algumas entradas na parcelas ou residências utilizam de facto a parreira, numa escala maior, para conformar uma entrada de sombra que serve para enquadrar, em termos de perspectiva, uma determinada edificação de carácter principal. Assume-se deste modo o salto de escala nestas arquitecturas, mas continua neste caso a referir-se à escala humana ou familiar.

Em variadas ocasiões podemos comprovar a utilidade deste recurso formal para a sua inserção na escala urbana. Toda a bacia mediterrânea serve de referente para este tipo de situações, organizando espaços de carácter público sobretudo em pequenos aglomerados. Apresentam-se os casos de Gavalohori (Creta) e Lindoso (Ponte da Barca). Nestes casos a estrada assume a sua condição diferente pelo facto de passar entre edifícios dos quais surgirá a parreira como elemento de sombra qualificando o espaço público subsequente

Trata-se de espaços de sombra, sob os quais se desenvolve uma parte da actividade deste grupo social numa boa parte do ano. Surge também outra função: definir as entradas das propriedades, onde conseguimos delimitar espaços intermédios entre o exterior e o interior do edificado. Estes espaços intermédios acabam por ser mais fechados do que os gerados pelas fileiras de arvoredo ou vegetação de porte médio, onde não existe qualquer limitação no plano superior.



**Ilustração 87: Ramada sobre estrada municipal. Lindoso**



**Ilustrações 88 e 89: Espaço semi-privado em ponte de Lima e cobertura duma praça em Gavalohori (Creta)**

## **2.5. Architecturas no Caminho**

### **2.5.1. Caminho de Santiago**

O Caminho de Santiago nas suas diversas versões define uma série de características de grande valor. Um percurso deste tipo gera por si próprio uma densificação de elementos patrimoniais quer do ponto de vista material quer dos elementos imateriais. As próprias paisagens são objecto de atenção especial e recolhem nelas as características dos diversos territórios com que se cruzam. O Caminho Português cruza o concelho de Ponte de Lima, do Sul para Norte, constituindo um laboratório de investigação por si próprio.

Tomando como marco espacial o caminho de Santiago que percorre o município de Ponte de Lima, está a ser elaborado um plano sistemático de levantamentos e caracterizações dos espaços públicos que surgem no decorrer deste itinerário. Assim, surgem espaços de pequena escala na envolvente de cruzeiros e fontanários no âmbito rural, e espaços de maior escala no meio urbano. A intenção é a valorização destes espaços que poderão sofrer uma perda de identidade, sendo na actualidade elementos de valor paisagístico. O plano incide especialmente na pequena escala, por carecer de qualquer grau de protecção. Deste modo surgem espaços como os cruzeiros

de Correlhã e da Mulher degolada, os alargamentos do caminho perante a presença de quintas como Sabadão, ou a consideração do eixo da ponte de Ponte de Lima e os seus espaços de recepção do arrabalde da Ponte e da Praça de Luis de Camões.

A valorização destes elementos, não só por si próprios, mas como sistema de relações equilibradas entre as diversas escalas constitui uma visão de algum interesse face à sua eventual extrapolação de resultados ou metodológica.

A componente religiosa é uma constante na paisagem do Alto Minho, sendo patente de variadas formas. Deste modo expressam-se componentes íntimas da condição humana que permitem relacionar a memória com determinados espaços. Dada a proximidade existente entre os elementos que se implantaram neste território, assistimos a um processo de “sacralização” continuada no mesmo. Este processo apoia-se na complexidade de relações que propicia esta proximidade assim como a alta densidade populacional.

Através destes gestos, converte-se a paisagem num repositório do imaterial, ligado ao mesmo tempo a gestos paralelos que observaremos com um simple passeio por estes locais.

No decorrer dos dois últimos anos, nas unidades curriculares da área de *Seminários*, procedeu-se á análise dalguns destes elementos, que propiciam nalguns casos, os primeiros espaços públicos num contexto de proximidade imediata de âmbito familiar. Tudo isto foi constatado a partir do conceito de distância pública segundo a terminologia de Edward T. Hall <sup>95</sup>

Estas análises procuraram aproximar do aluno aos territórios, que, por vezes, são também os seus locais de proveniência. Pretendeu-se pois que os alunos revisitassem estes territórios porque provavelmente não tinham sido vivenciados do mesmo modo. De acordo com os próprios, foi uma “descoberta” de aspectos que ficaram “ocultos” à época, agora “revelados”.

Esta nova visão é fundamental para o estabelecimento das necessárias relações de identidade entre o território e o futuro arquitecto, como ponto de partida de futuros projectos.

Os espaços públicos gerados na envolvente do caminho de Santiago são um laboratório idóneo para entender a médio prazo, as relações de proximidade entre religião e sociedade,

através destes espaços. Daí ter desistido das escalas urbanas, concentrando o esforço na compreensão da pequena escala, pela sua proximidade ao Homem, como verdadeiro protagonista destas paisagens.

---

<sup>95</sup> HALL, Edward T. op.cit. p.144



### **2.5.2. Os espaços públicos como contentores da memória.**

Foi abordado anteriormente o conceito da paisagem como arquivo da memória. Neste caso, o Caminho de Santiago prova a sua capacidade para “conservar” esta memória. Estas questões, sendo óbvias no caso dos elementos patrimoniais de grande escala aí patentes, não nos devem fazer esquecer as outras escalas de apreciação que aproximam o utente à verdadeira escala do território.

O Caminho é um percurso onde elementos religiosos estabelecem a sua leitura de relação particular entre eles e, simultaneamente intercalam outros elementos a que poderíamos chamar de tipo civil. Podemos observar duas estruturas sobrepostas: Uma estrutura de aglomerados ligados por um caminho, e um Caminho definido pelas relações e estes elementos religiosos, manifestados nas suas diversas escalas. O Caminho, como grande espaço público, facilita o diálogo pessoal e intransmissível com o peregrino. Certos espaços públicos já configurados através de gestos arquitectónicos assumem por sua vez o papel de repositórios da memória. Finalmente, uma série de elementos de menor escala, acabam

por salpicar todo o Caminho, numa relação mais íntima com o seu utente.<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> Para um conhecimento geral deste tema sugere-se a consulta de *Piedade popular em Portugal*, direcção de Zília Osório de Castro e Paule Lerou, Tomo I Noroeste, coordenado por Paule Lerou e Rui Afonso da Costa, Paris -Lisboa, Letouzey & Ane, 1998, 460 p.

### 2.5.3. Religião, festa e morte

Esta reiteração de elementos religiosos leva a considerar a sacralização dos espaços públicos que se geram ao longo do Caminho. De facto as manifestações antropológicas mais nítidas de qualquer sociedade apoiam-se na sua religiosidade. Os espaços religiosos configuram também espaços híbridos que, ocasionalmente e no caso do Caminho de Santiago apelam ao carácter festivo e religioso no mesmo espaço. Esta dualidade, de forma singular, é mais um valor acrescentado, no que respeita aos espaços das arquitecturas da festa, tais como o espaço religioso e o espaço da morte.

Por outro lado, e segundo a antropológica, poder-se-á fazer uma leitura no sentido contrário: a profanação da festa religiosa: Assim, são diversos os especialistas que contrapõem esta leitura:

*“...A acentuação do eixo profano na festa de Nossa Senhora da Agonia<sup>97</sup> reflecte, presumivelmente, o desenvolvimento interrelacionado da industrialização, da urbanização, da tecnologia e da escolarização, assim como a emergência de uma*

<sup>97</sup> Festa de Viana do Castelo, durante o mês de Agosto

*nova racionalidade que tende a privar a religião da sua influência social. A cultura tradicional de tipo sacral deu lugar à cultura da modernidade, cujo modelo antropológico é fundado sobre o individualismo, a competição e a luta pelo poder.”<sup>98</sup>*

No âmbito da funcionalidade das arquitecturas, efêmeras ou não, que dão apoio às festas, podemos constatar uma coincidência espacial e uma junção de elementos que compõem, a própria festa.

Na Freguesia de Sá (Ponte de Lima) o Santuário e a sua envolvente reflectem esta coexistência, (Ilustração 90):

A fotografia aérea tomada de Google Earth mostra no interior do rectângulo branco o espaço da morte ou cemitério. Numa posição central no conjunto, o espaço religioso (no rectângulo vermelho) estrutura este espaço, servindo de referente na estrada municipal a escadaria que aravessa esta via.

<sup>98</sup> COSTA Rui Afonso da, e COSTA, Hamilton. *Tendências evolutivas da piedade popular: modelos de secularização e de clericalização*. Pag 2 Centro de História da Cultura. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Finalmente, o rectângulo a verde recolhe os esaços auxiliares e de apoio às festas e celebrações, como a romaria anual.

A posição do conjunto, sediado num monte que domina o hinterland e com orientação sul do cemitério, poderá ser considerada como central . Os três espaços convivem configurando um lugar onde a religião é o eixo de ligação entre as diversas funções aí desenvolvidas.



**Ilustração 90: Sá- Ponte de Lima**

#### 2.5.4. Elementos para uma Arquitectura do Caminho

Toda a contextualização do Caminho de Santiago contribui para implementar o conceito da sacralização do espaço público. O próprio Caminho, como itinerário, é um exemplo. E esta sacralização chega da parte da presença de elementos religiosos e do controlo que estes elementos exercem nos espaços onde se localizam. Deste modo, os cruzeiros, nichos e capelas são os elementos que geram, nas suas respectivas escalas, espaços públicos que definem deste modo as tipologias rurrrbanas, em clara relação com os elementos de composição da escala urbana subsequente.

Fazendo uma leitura sistémica, parece de interesse poder abordar o conjunto das arquitecturas existentes ao longo dum caminho. Fizémos uma primeira selecção das arquitecturas existentes, de forma a considerar esta leitura de sistema.

O conjunto das observações anteriores permite confirmar a existência de um número significativo de elementos religiosos que configuram o caminho, ainda que os mesmos não tenham carácter exclusivo.

Iremos diferenciar dois tipos de arquitecturas: as que manifestam a religiosidade que originou e justifica o Caminho

como tal, e os espaços arquitectónicos de carácter público que servem de elementos de relacionamentos entre as peças, com usos e funções de carácter público.

Dentro do primeiro grupo iremos referir os Nichos, os Cruzeiros e as Capelas, sempre numa escala onde a relação é estabelecida fundamentalmente numa escala humana individual ou grupal de pequena escala.



**Ilustração 91: Cruzeiro de Pedrosa-Freguesia de Correlhã-Caminho de Santiago-Ponte de Lima**

### 2.5.4.1. Nichos

Os muros que definem de forma infinita o Caminho de Santiago recebem de forma continuada a inserção de nichos que rememoram qualquer evento, qualquer incidente ou acontecimento.

Este costume não é exclusivo do caminho de Santiago, mas parece dar-se em maior medida no mesmo. Também não é um costume específico desta sociedade, visto que o surgimento de nichos pode constatar-se noutras culturas, tal como no caso da ilha de Creta.

De uma perspectiva meramente funcional, os nichos expandem-se no plano da parede das propriedades, sendo ponto de veneração ou recordação de qualquer evento acontecido anteriormente. São elementos da memória pessoal que passam deste modo a pertencer de algum modo à memória grupal ou social. Não constituem maior dimensão que a real, não existindo um espaço virtual que possa entender-se pertencente ou dominado pelo nicho na sua envolvente.

Só na altura em que estes nichos aparecem num canto ou num encontro de ruas de lugares ou caminhos poderá sentir-se uma sensação neste sentido.

Os nichos configuram pequenos gestos arquitectónicos que raramente chegam a formalizar mais do que o seu próprio espaço. Neste sentido a incidência que estes elementos têm enquanto a escala de espaço público é muito limitada. Constituem espaços da memória grupal que quando superam esta escala, convertem-se em capelas com maior presença. De facto a diferença substancial será passar da escala do plano (entendendo este plano como o elemento onde é alojado o nicho - regra geral, um muro numa linde paralela ao caminho) para a escala do elemento isolado, como poderemos verificar no caso das capelas.



**Ilustração 92: Nicho no caminho de Arafata-Creta**



**Ilustração 93: Nicho do Caminho de Santiago**

#### 2.5.4.2. Cruzeiros

Os cruzeiros configuram-se como referências ao longo do Caminho, marcando e definindo lugares, simbolizando lendas, pontes entre o material e o imaterial.

Mas os cruzeiros, na maioria dos casos, também definem espaços de carácter mais ou menos público, fora da escala individual, partilhados dalgum modo com outros, recolhidos nas memórias de vários indivíduos, depósito da memória colectiva, espaços públicos em suma. Fizemos um levantamento exaustivo do espaço público definido pelo cruzeiro de Pedrosa na Freguesia de Correlhã.<sup>99</sup>

A primeira referência conhecida a esta freguesia data de 915 e reporta-se à doação feita por Ordenho II a Santiago de Compostela da *"in ripa Limie villam quam vocitant Cornelianam (...) et in ea ecclesiam Sancti Thome apostoli"*.

No caso do cruzeiro é patente a capacidade de formalizar um

---

<sup>99</sup> Se trata duma freguesia do concelho de Ponte de Lima, com 8,04 km<sup>2</sup> de área e 3068 habitantes (2001). Densidade: 381,6 hab/km<sup>2</sup>. Foi, até ao início do século XIX, cabeça de couto que incluía também a freguesia de Paradela de Seara.

espaço público, com características similares nas urbes ("largo"), no aglomerado de casas existente. Neste caso, as entradas dos edifícios vêm-se substituídas por entradas de diversas hortas e unidades de habitação+horta, de modo a "abraçar" o cruzeiro que serve de referência clara conforme vamos avançando ao longo do Caminho em direcção a Ponte de Lima.

O cruzeiro em si contém um soco de três degraus quadrangulares escalonados onde assenta base em granito, com inscrições nas almofadas das quatro faces e na zona côncava, tendo na principal a memória construtiva: *"Bras Colosso Guerra mandou fazer - 1636"*; *"LOVVA/DO SEA/O SANT/IO SSIMO/CRANTO"*. Coluna facetada sobre toro, tendo sensivelmente a meia altura imagem da Virgem sobre mísula; capitel jónico e remate em cruz de hastes simples com Cristo.

Construído no Séc. XVII, em 1636 – mandado erigir por Brás Colosso Guerra, como se pode ver na inscrição da base. De tipologia arquitectónica religiosa, seiscentista de estilo maneirista. Pode ser considerado como um dos melhores cruzeiros maneiristas do concelho. De carácter popular possui, no entanto, uma certa riqueza decorativa ao fazer prevalecer dois grupos escultóricos. A representação da Virgem, com as

mãos sobre o ventre, mantem-se muito presa à coluna e as roupagens amplas não permitem detectar o volume corpóreo, tornando-se assim uma imagem plana. A imagem contorcida do Cristo, contudo, já se destaca mais e denota maiores preocupações anatómicas, possuindo até um certo equilíbrio entre o tamanho dos braços em relação ao corpo.

No decorrer deste Caminho de Santiago, no lanço existente ainda dentro do concelho de Ponte de Lima poderá ser contemplado mais um cruzeiro, do lado norte do rio Lima, depois da Quinta do Sabadão, conhecido como Cruzeiro da Mulher degolada.

O cruzeiro acaba por acompanhar o caminho, serve de simples referência, marco que desenvolve funções muito similares às exercidas pelos nichos anteriormente referidos. O enquadramento deste cruzeiro é no meio duma zona agrícola, a do lado direito com plantação recente de castanheiros, protegida por aglomerado denso de salgueiros que mais adiante envolve todo o caminho. Sente-se o fresco e convida à paragem para repor forças. Implantado na margem esquerda. Ao que parece, segundo afirmação de moradores que passam pelo local, este cruzeiro serve para marcar os confrontos

violentos, causando mortes, na luta pelas terras entre gentes de Arcozelo e senhores da quinta de Sabadão.

A partir da quinta até à igreja de Santa Marinha em Arcozelo, percorre-se por entre propriedades agrícolas os caminhos de serventia a estas, algumas a necessitar de obras de reabilitação, que dificultam a passagem do peregrino que trás longas horas de caminho. Na aproximação à igreja é notório o melhoramento de vias, tanto ao nível do pavimento como as suas margens.



**Ilustrações 94 e 95: Cruzeiro de Pedrosa (esquerda) e no cruzamento de caminhos junto da ermida de São Sebastião (acima), na freguesia de Correlhã-Ponte de Lima**

### **2.5.4.3. Capelas**

Nesta leitura de elementos da memória, percorrendo do nível individual ao grupal, passando pelo familiar, encontramos a capela como evolução natural deste espaço da memória que, assume um papel importante nesta marcação do território. Não falaremos de edifícios que podem ser registados e habitados no seu interior, mas sim de elementos que, partindo da necessidade de referir um sentimento colectivo ou recordar determinados factos, assumem a terceira dimensão, ultrapassando neste sentido o nicho encastrado no muro, e partilhando o carácter demarcador dum território Já referido para os cruzeiros.



**Ilustração 96: Capela de Santo António, no Caminho de Santiago, lugar de Teixedo, Freguesia de Correlhá.**

### **3. ÁGUA**

Dentro da trilogia de elementos (Terra, Água, Homem), a água implica “per se” a presença de vida. Procedemos neste caso à revisão das arquitecturas decorrentes da relação com este elemento, de modo análogo ao realizado com o elemento Terra

#### **3.1. A água como sistema: presenças e ausências**

Uma das suas características, no seu relacionamento com o seu hinterland é o facto de ser condicionante quer com a sua presença, mas também com a sua ausência. Podemos falar de arquitecturas da água, mesmo quando este elemento não existe ou tenha alguma vez existido.

Nesta relação entre terra e água, poderemos sempre reparar no diálogo estabelecido através dum leito seco dum rio ou linha de água. Eis o que a presença virtual da água gera com a sua ausência.

Tendo em conta que o espaço laboratorial, a região minhota, é uma das regiões de maior pluviosidade de Portugal continental iremos concentrar a análise nos espaços de arquitecturas da água desde um nível presencial.



**Ilustração 97: Chafariz de Ponte de Lima.**

### 3.2. Elementos para uma arquitectura da água

O olhar sobre o elemento água será na sua função articuladora de espaços em todas as escalas. Esta relação é patente em quaisquer das situações imagináveis, quer ausente, quer presente.

Como afirma STRANG:

*“Em todo o planeta azul (...) as pessoas estão envolvidas em conflitos sobre a água. Há debates acerca de quem a deve possuir, gerir, ter acesso a, lucrar com, controlar ou regular”.*<sup>100</sup>

Na envolvente da água surgem todo o tipo de elementos ou sistemas, bens com características tipológicas e morfológicas diversas, com funções distintas. A Água actua como elo de ligação entre eles; apesar desta diversidade, coincidem num objectivo comum: o aproveitamento dos recursos hídricos. A diversidade de construções existentes e a complexidade de matizes que as definem, conformam uma paisagem cultural que evidencia um perfeito equilíbrio entre o meio natural e a acção do Homem sobre ele.

Um dos aspectos mais importantes de qualquer sociedade ao longo da sua própria história é o modo de recolher, armazenar e distribuir a água. Este elemento é peça chave não só para o Homem, mas também para tudo aquilo que o rodeia. Apesar desta necessidade ser comum a todos os grupos sociais, o elemento diferenciador poderá ser o modo e os mecanismos utilizados para conseguir os objectivos anteriores.

Este processo gerou inúmeros exemplos que evidenciam não só a importância da água como recurso, mas também a perfeita adaptação ao meio natural dos seus habitantes através da construção de diversas e variadas estruturas arquitectónicas que permitiram a distribuição deste elemento

O nosso espaço laboratorial aparece modelado por todas e cada uma destas estruturas, outorgando sinais de identidade que identificam perfeitamente um espaço habitado

Também aparecem outros valores simbólicos associados à presença da água. Referenciam momentos rituais, estratégias e diferentes sistemas de rega, actividades desaparecidas tais como a figura do «aguador» ou «pipero», e outras ainda vigentes como a utilização da água para a limpeza das tripas do porco nos meses em que decorrem as matanças domésticas.

---

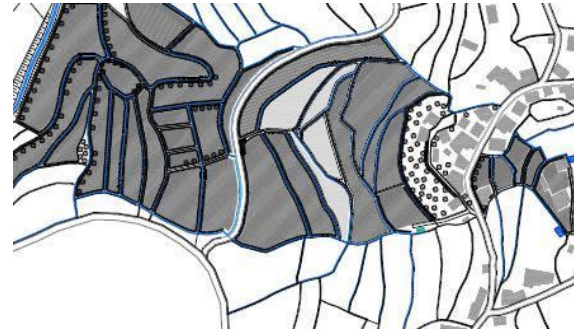
<sup>100</sup> STRANG V., The Meaning of Water, 2004Ed. Berg Oxford,

Estas figuras pertencem a espaços onde a presença da água é ocasional, onde se considera um bem escasso. Referimo-nos á terras do sul da Península Ibérica, Serras de Aracena e Pedroches.

A situação na região galaico- minhota é bem diferente. A água, dada a sua omnipresença, gera linhas, planos, arquitecturas sobre o suporte territorial. Nos estudos de caso anteriormente analisados, é consubstancial á existência dos socalcos. Não se pode pensar na existência de socalcos se não existir uma rede de escoagem e filtragem das águas pluviais. (Ilustração 98

De igual modo, a existência destas linhas é consubstancial á existência do lugar. Tal poderá observar-se no lugar de Souto (Ilustração 99), onde caminho e linha de água correm em paralelo .

Os diversos modos de relacionamento entre Homem e Água oferecem uma variedade de manifestações formais, gerando exemplos de interesse no âmbito da arquitectura vernacular, fundamentalmente chafarizes, fontanários e lavadouros.



**Ilustração 98: Rede hidrica nos socalcos de Bário-P. de Lima**



**Ilustração 99: Lugar de Souto, traseiras do cemitério**

### 3.2.1. Fontes

A presença continua neste território do elemento água reduz o significado especial que possa ter noutras regões mais secas. Assim, uma fonte poderá ser uma simples torneira que termina num fio de água, isenta de qualquer manifestação formal.

Mas esta presença será definitivamente um facto permanente em toda a paisagem. A fonte poderá ter expressão no plano, normalmente no plano da parede ou muro onde é encostada.



**Ilustrações 100 e 101: Chafariz da rua do Arrabalde de São de Fora em Ponte de Lima (esquerda) e, ponto de abastecimento de água no lugar de Anta, freguesia de Correlhã (direita)**



### 3.2.2. Chafarizes

A palavra *chafariz* deriva do termo árabe *s'ahrij* e aplica-se, tradicionalmente, aos equipamentos que disponibilizam a água potável no espaço público. Funcionalmente, o que o define são a existência de mais de uma bica de água e a possibilidade do utilizador aceder directamente à água que dela sai, especialmente para que com ela possa encher um recipiente com alguma capacidade. Esta será a composição mais simples, mas noutros casos tem também um ou mais tanques, que servem de bebedouro para os animais ou, por vezes, para lavagens. A arquitectura derivada destas funções oferece ainda hoje em dia uma rica tipologia de espaços que geram na sua envolvente. E nestas funções, geramente mais ligadas aos espaços públicos urbanos, não deixam de estar patentes dum modo ou doutro nos espaços públicos rururabanos ou rurais.

Por natureza, um chafariz localiza-se no espaço colectivo da cidade para que todos, sem excepção, possam ter acesso a esse bem único que é a água. Temos, de facto as características que lhe conferem atribuições de bem público, embora este conceito possa ser instituído muito posteriormente. O espaço que lhe permite o acesso, cuja configuração é a necessária para que a

água possa circular e chegar a todos os habitantes e todos os pontos da cidade, é igualmente público por inerência.

Aos chafarizes e fontes de diversas cidades ajudaram à configuração da sua imagem urbana. O serviço essencial que desempenhava deriva numa atribuição de grande centralidade na cidade, o que origina um processo duplo. Dum lado, a aparição do chafariz provoca a centralidade, e doutro, a localização destes elementos procura-se sempre em locais que previamente detentavam alguma centralidade urbana ou comunitária.

A monumentalização depende dos produtos da relação entre as atribuições conferidas pela cidade e os desempenhos de um equipamento e da relação entre as suas propriedades e as funções práticas a desempenhar. Ou seja, um chafariz perdurou até aos nossos dias e tornou-se monumento porque a sua função prática, a sua presença no espaço público e a dinâmica e evolução da cidade, em todos os seus níveis, assim o permitiram. Mas é pela contemplação das propriedades necessárias logo nas fases mais prematuras de concepção que se potencia esta atribuição. Com efeito, são os objectos aos quais se atribuiu, desde logo, a função de monumentos, que têm mais hipóteses de efectivamente serem aceites como tal

do que aqueles para os quais não houve este desígnio na sua génese. Efectivamente, como o abastecimento de água, muitos outros artefactos, equipamentos, actividades e funções deixaram de estar presentes na rua, deixando de contribuir para a sua vitalidade, identidade e ornamento. Poderemos estar actualmente, segundo esta óptica, de facto com um problema de esvaziamento do espaço público.

Porém, a cidade continua a ser um sistema que a todos concerne, que de todos depende e de que todos dependem. E este sistema, hoje mais que nunca, é altamente complexo. Vários são os níveis que o compõem, várias são as técnicas, os meios e as tecnologias que continuam presentes, mesmo fisicamente, na cidade. Fica assim, então, o desafio de explorar e expor as actuais funções e utilidades da cidade, tornando-as elementos contributivos para o espaço público. Deste modo, ao atribuir visibilidade àquilo que faz uma cidade funcionar, estaremos a valorizar o seu espaço público, afastando a hipótese de este se estar a tornar inútil ou moribundo, mantendo o seu papel fundamental na cidade.

Interessa neste caso o tipo de espaços capazes de gerar a presença do chafariz e neste sentido, a importância deste elemento é relativa, ainda que ocasionalmente geram situações

de algum interesse enquanto espaços públicos. Nos estudos de caso analisados este interesse é pontual e está mais próxima a ideia de uma bica como ponto de referência, na linha definida pelos nichos apoiados nos muros de pedra, do que a presença de carácter tridimensional, ao que parece elementos reservados para a qualificação de espaços urbanos.

A cultura da água perde alguma importância no território minhoto, salvo nos aglomerados urbanos. A presença da água como bem prezado mas abundante contribui para este estado

O chafariz acabará por ser um elemento existente de modo pontual e nos núcleos ou aglomerados de maior população. Tal será o caso do chafariz da Vila de Ponte de Lima, erigido em 1603 e deslocado até a sua implantação actual em 1929. Neste caso existe claramente uma função simbólica que completará a simples solução funcional que de facto já resolve a própria fonte. Excluindo o chafariz já referido não se conhecem mais elementos que privilegiem a forma tridimensional como elemento que distingue fontes de chafarices

### 3.2.3. Lavadouros

O ritual que rodeia a lavagem e tratamento das roupas define espaços mais ricos, de carácter urbano no espaço laboratorial que o próprio abastecimento da água potável. Eis uma diferença substancial com outras regiões de Portugal, onde o chafariz engloba inclusive todos os diversos rituais, privilegiando o fornecimento de água potável sobre as diversas funções, nomeadamente os bebedouros de animais e tanques de água para lavar. Tais detalhes podem ser observados nos chafarizes de Borba ou da Fonte da Pedra no concelho de Alandroal, por exemplo. Noutros casos, esta prevalência vêm coadjuvada pelo facto de ocupar a bica de água potável uma posição mais alta para favorecer a organização de percursos que acabam com o curso de água incorporado ao leito dum riacho. Tal aspecto poderá constatar-se no caso do conjunto de arquitectura da água de Linares da Sierra (Serra de Aracena).

No âmbito dos modos de articular o território, a acção da lavagem supõe um ponto de referência necessário na abordagem destas acções como actos de carácter privado, ou público, dando lugar a um leque de espaços específicos para estas acções. Foram detectados casos que podem ilustrar estas acções, ganhando o natural interesse quanto mais grupal seja

esta acção, isto é, quanto maior seja a incidência como grupo, maior será a importância e temporalidade deste tipo de arquitecturas.

Podemos distinguir espaços efémeros, que duram exactamente o tempo da lavagem e secagem das roupas à beira duma linha da água, seja num espaço privado, seja num espaço aberto, à beira dum ribeiro, como observamos no lugar de Pedrosa.



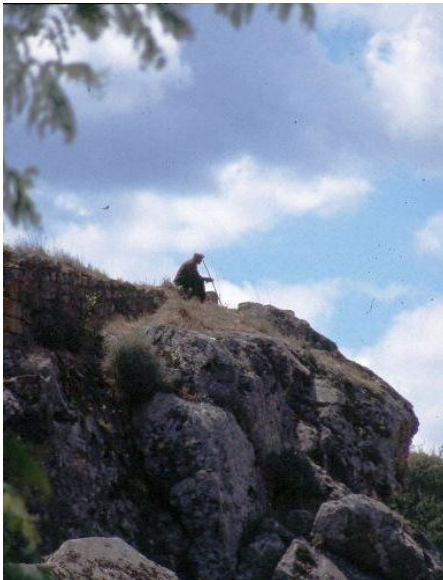
**Ilustração 102: Proximidades da ponte da ermida da Nossa Senhora das Neves-Pedrosa-Correlhã**



**Ilustração 103:** Lavadouro junto ao canal de rega. Tenães-Estaorãos-Ponte de Lima



**Ilustração 104:** Lavadouro e Chafariz em Lindoso-Ponte da Barca



**Ilustração 105: Lugareño. Alburquerque-Espanha**

#### **4. O HOMEM**

O terceiro elemento a ser considerado nesta triologia acaba por ser o autor duma boa parte das mudanças estabelecidas neste suporte e neste diálogo definido entre Terra e Água.

O processo de ocupação, através do qual o Homem actua como escultor dum território, que corta e molda consoante os requisitos provenientes de determinadas situações sociais, grupais, económicas e culturais.

#### 4.1. A humanização do território, como modelo.

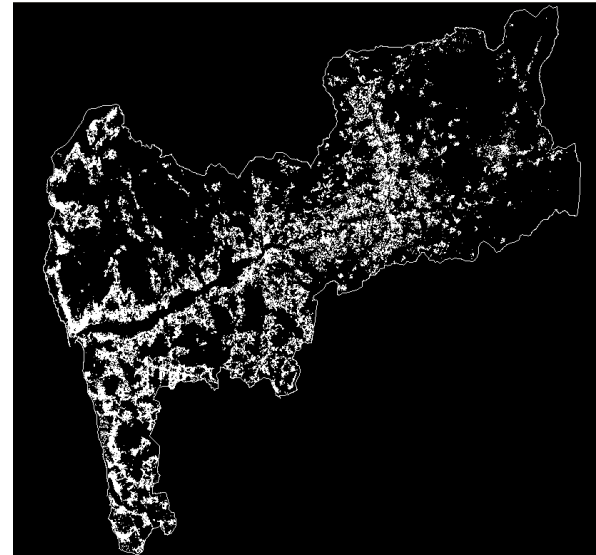
A consideração do Território como laboratório, e a sua implantação virtual no estudo de caso do Vale do Rio Lima permite, através da dualidade vale montanha, perceber uma boa parte dos padrões de ocupação territorial desenvolvidos pelo Homem ao longo da sua existência.

Face à humanização do território, é claro que o território e as suas determinantes naturais (topografias, clima, condições edáficas, ...) constituem a primeira referência para a estruturação e a implantação do homem no território.

Gianfranco CANIGGIA<sup>101</sup> refere este assunto:

*«As estruturas produzidas pela actividade humana não assentam sobre um território „carente de estruturas“, diríamos sobre uma tábua rasa que não influencia na formação e no processo tipológico das estruturas antrópicas. Pelo contrário, o território tem já a sua estrutura, independentemente da presença do homem: a estrutura natural, que engloba conjuntamente o relevo e a hidrografia de um lugar (montes,*

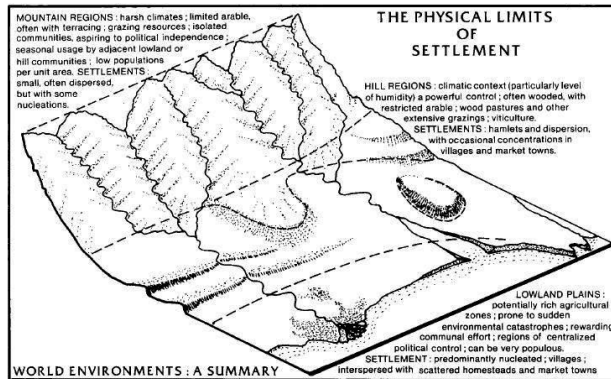
*vais, vaus e interflúvios, rios, etc., cada um em estreita dependência da presença dos outros), o clima, a pluviosidade, a altimetria, a consistência e a produtividade do solo, etc. em síntese, o conjunto de rasgos morfológicos e climáticos que determinam cada lugar»*



**Ilustração 106: Humanização do vale do rio Lima**

<sup>101</sup> CANIGGIA, Gianfranco et al., *Tipologia da Edificación*, Ed Gustavo Gili.Barcelona p.147

Roberts, na sua obra "Landscapes of settlement" refere de forma sintética três situações às quais obedecem todos os tipos de assentamentos:



**Ilustração 107: Esquemas de ocupação territorial**

Indica um primeiro assentamento referido em altura, ou em regiões ou áreas montanhosas. Correspondem a áreas de climas áridos, onde a limitação para localizar de modo natural zonas aráveis condiciona os assentamentos, ainda que esta atitude tenha mudado com o aparecimento das técnicas de socacos como construção deste território. O nível de

povoamento é escasso, quando comparado com outros assentamentos em cotas inferiores.

ROBERTS refere a seguir os assentamentos em encosta. Neste âmbito poderemos encontrar de modo geral zonas de boas condições climáticas, níveis razoáveis de humidade, terrenos aráveis duma certa dimensão e um melhor aproveitamento do soleamento e ausência de ventos dominantes que dificultem algumas das tarefas agrícolas e a própria residência. Pastagens e vitivicultura junto ao sistema de cultura intensiva com inclinações razoáveis nos terrenos, permitem que surjam sistemas de assentamentos concentrados, definidos como lugares e permitindo uma rede que resulta eficaz na estruturação territorial. Finalmente as zonas de vale são zonas potencialmente ricas para a prática da agricultura ainda que instáveis porque podem ficar a mercê das cheias e ciclos irregulares das bacias hidrográficas. Estas características propiciam pela sua vez uma fácil acessibilidade à água gerando uma distribuição fundiária de pequena dimensão em função dum princípio de igualdade para a maior acessibilidade aos recursos naturais (fertilidade das terras, água para a irrigação, etc,...)

Esta proposta de classificação permite ler todos os assentamentos que foram objecto de estudo nestes anos. Assim, a freguesia de Bárrio pertence claramente ao primeiro dos elementos referidos anterioremnte. A faixa norte da freguesia de Correlhã poderá enquadrar-se no segundo tópico e a freguesia de Estorãos, nomeadamente o espaço estudado, poderá enquadrar-se na tipologia de assentamentos em vale.

A análise da simples ocupação territorial do vale do rio Lima (Ilustração 106) permite apreciar o apoio dos assentamentos sobre os corredores fluviais existentes neste vale. As distâncias entre ambas as margens são claras na topografia mais horizontal no lanço final do vale. Também podemos reparar na existência de assentamentos que acompanham os ribeiros que chegando da montanha configuram vales mais estritos e pendentes mais pronunciadas, o que gera os modelos de assentamento em encosta.



**Ilustração 108:**  
Esquema linear da relação entre assentamentos e o caminho de Santiago ao longo da freguesia de Correlhã. Do Sul ao Norte os lugares de Anta, Teixedo, Bouça, e Pedrosa.

#### 4.1.1.A ocupação da encosta

O habitat na encosta, como padrão de ocupação do território na montanha minhota, foi estudado na Freguesia de Bárrio, na zona norte do concelho de Ponte de Lima. Trata-se de ocupações onde de modo geral as encostas são talhadas para funções agrícolas, deixando as áreas de menor pendente e junto aos caminhos, para construção da residência.

Muitos dos aspectos referidos nos estudos de caso de Geografia Humana de C.HERMENEGILDO, H. PINA e A.SEIXAS<sup>102</sup> podem ser aplicados na região do Alto Minho. Neste estudo pode comprovar-se que existem condicionantes humanas relevantes na avaliação paisagística do território, reforçando ainda mais a paisagem natural tomada como primeira referência conhecida e a acção antrópica:

---

<sup>102</sup> C. HERMENEGILDO; H. PINA; S. PEREIRA; A. SEIXAS. Agricultura em terraços: os casos de Baião, Mesão Frio, Peso da Régua e Sta. Marta de Penaguião. Nas Actas Jornades sobre Terrasses i Prevenció de Riscs Naturals Palma de Mallorca 2007.

*“A paisagem de terraços construída pelo Homem, tal como outras actividades económicas, não se compadeceu com as dinâmicas migratórias da população e com os avanços técnicos, resultando ora em abandono dos espaços agrícolas, ora na utilização de técnicas em estruturas concebidas e construídas numa lógica de uso de mão-de-obra mais ou menos intensiva.”*

Poder-se-á dizer, porém, que a deficiente estrutura fundiária e o perfil cultural dos agricultores constituem os eixos fundamentais de reflexão sobre o futuro destes espaços. Tal como noutras actividades, também aqui as populações se confrontam não só, com espaços de produção agrícola onde os avanços técnicos nem sempre são consentâneos com os tradicionais esquemas de trabalho, mas também, e em consequência, de eventuais quebras nos rendimentos familiares, com a necessidade de procurar oportunidades de trabalho mais aliciantes noutros sectores económicos.

Os projectos de reestruturação e o aumento de qualidade, que aproveitem os subsídios comunitários inscritos no IV Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente os associados à renovação dos vinhedos e à manutenção dos terraços tradicionais, ou à formação técnica dos produtores e

assalariados, ou ainda o sector do turismo, são alguns dos caminhos possíveis para travar a descaracterização da paisagem

De facto trata-se duma situação que está a repetir-se em todas as áreas de ocupação em socalcos ou terraços, tal como se pode constatar pela maioria das intervenções do Congresso sobre Terrasses i Prevenció de Riscs Naturals Palma de Mallorca 2007. Além das referências feitas anteriormente à intervenção de ASINS – VELIS (vide, p. 51-52) já referia estes aspectos no caso da Comunidade Valenciana:<sup>103</sup>

*Las distintas políticas de desarrollo rural e cultural proponen diferentes soluciones según la capacidad del territorio. El concepto de organización del paisaje agrícola por medio de la agricultura activa, que resulta adecuado en países como Noruega (Daugstad & Ronningen, 2006), es factible en las zonas aterrazadas más productivas o en aquellas cuyos propietarios las mantienen a tiempo parcial más por tradición familiar que por rentabilidad económica (Fig. 3), pero de difícil aplicación para extensas zonas de Europa, e sobre todo para áreas*

*como la Comunidad Valenciana, en donde se ha producido un importante despoblamiento En el interior aterrazado, con el consiguiente envejecimiento da mano de obra agrícola.”*

Poderá ser feita a oportuna extrapolação destes comentários aos territórios objecto de estudo, com os oportunos ajustes .

---

<sup>103</sup> S. ASINS – VELIS. Abandono de terrazas agrícolas: procesos de erosión y desorganización del paisaje Nas Actas Jornades sobre Terrasses i Prevenció de Riscs Naturals Palma de Mallorca 2007

#### **4.1.2.A ocupação no vale**

A ocupação no vale é o modelo de ocupação mais extenso por muitas razões, desde a maior acessibilidade, a melhor qualidade das terras destinadas a usos agrícolas até à maior facilidade para fixar os assentamentos humanos. Factores edáficos, bioclimáticos e económicos também favoreceram esta ocupação.

É também o esquema de assentamento territorial que propicia o urban sprawl, neste caso na versão de territorial sprawl mais próxima da realidade minhota. Um território disseminado, onde as identidades dos lugares, como unidades compactas de habitação-produção agrícola, podem deixar de existir contribuindo para um conceito negativo da globalidade que plasma e iguala as diversas categorias de território.

O conceito do território como laboratório sugiriu a análise de determinadas questões que apresentamos de forma condensada:

- Quais as condições do lugar?
  
- Quais as características dum lugar?

-Que sinais de identidade diferenciam um lugar de outro?

-Quais os espaços que identificam ou reforçam a condição de lugar?

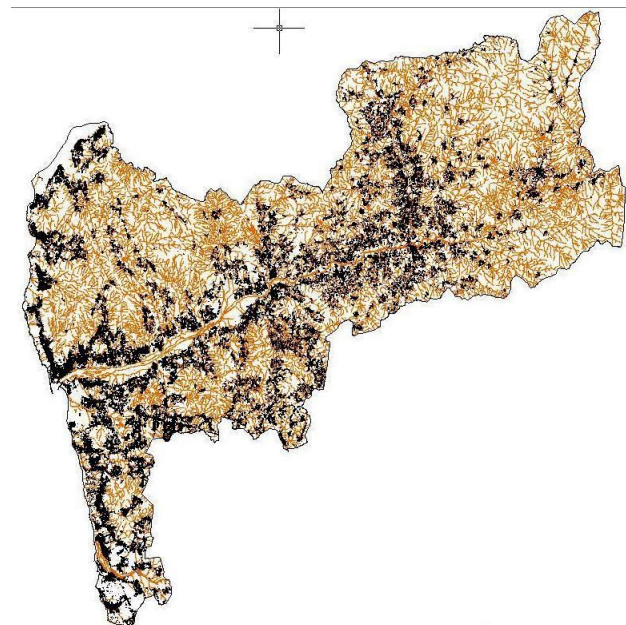
Em termos de “dimensão oculta” na sequência de reflexões lançadas por Edward T.HALL, quais as distâncias que permitem na escala territorial diferenciar os diversos lugares entre eles?

Dadas as condições de ocupação destes territórios a elaboração dos espaços intermédios é crucial como elemento que serve de passagem entre espaço aberto (público) e espaço fechado (privado). Neste sentido podemos falar de espaços semipúblicos, como expressão dos espaços controlados que acabam por definir as características mais importantes destes *territorial - agricultural sprawls*.

## 4.2. Os espaços públicos em territórios de baixa densidade

As respostas às questões anteriores têm ainda carácter provisório, visto que foi efectuado um levantamento de situações específicas em diversos lugares das freguesias de Correlha e Estorãos no concelho de Ponte de Lima. As primeiras conclusões, apontam para algumas de respostas:

- a.- O espaço público manifesta-se entre o pequeno gesto arquitectónico e o equipamento propriamente dito, e, de forma mais visível, manifesta-se nos espaços de pequena dimensão que se configuram como centros de convívio social ou manifestação de sentimentos dum colectivo.
- b.- O espaço público assume o seu papel de espaço intermédio, com leituras muito específicas para os habitantes do lugar.
- c.- Os espaços intermédios, como espaços controlados, expressam a capacidade de serem utilizados quase exclusivamente pelos seus criadores. Existe um padrão de comportamento que evita a "invasão" destes espaços por parte de estranhos.



**Ilustração 109: Relação hidrografia-edificado.Vale do rio Lima**

## MOMENTO 2

### 5. A experiência pedagógica do Território

#### 5.1. O ENSINO DO PROJECTO ARQUITECTÓNICO.

Considera-se o ensino e a aprendizagem sobre qualquer matéria como um processo dinâmico, vivo. No âmbito da formação nas Escolas de Arquitectura, este fenómeno não constitui uma excepção. A cadeira de Projectos, como pedra basilar desta formação, é possivelmente o melhor exemplo da mudança experimentada. No decorrer dos últimos vinte anos, tem-se olhado para o projecto arquitectónico como objecto, com uma forte presença da sua componente “escultórica”, até à valorização da sua profunda integração no contexto. Esta fusão provocou algumas dificuldades na percepção dos limites do objecto projectado: no final deste processo, o projecto converte-se numa proposta integral, resultado da simbiose entre o objecto e o contexto.

Um dos contributos para este olhar, foi a obra de Rob Krier “Urban space” Rizzolli International Publications, de 1979<sup>104</sup> e a

---

<sup>104</sup> Existiu uma edição anterior em alemão de 1975 sob o título “Stadtraum in Theorie und Praxis”

escola italiana simbolizada na figura de Aldo ROSSI com o seu livro “L’architettura della città”<sup>105</sup> O ensino da Arquitectura, sem perder de vista o seu objecto principal, aproximou-se do contexto histórico e cultural, incluindo as características da envolvente. Este processo não foi repentino mas progressivo, ao ponto de procurar encontrar as suas razões genéticas, os pontos de apoio para a sua articulação.

No âmbito de Portugal, a transformação das Escolas Superiores de Belas Artes (Especialidade de Arquitectura) em Faculdades de Arquitectura simbolizou uma boa parte deste percurso. Neste sentido sublinha-se o trabalho inédito desenvolvido pelo arquitecto Carlos TAMM sob o título “Escola de Lisboa. Herança e devir pedagógico-didáctico” em 1993. Este processo foi ainda mais alargado, coincidindo com a abertura de novos cursos de Arquitectura espalhados por todo o país, O ensino privado universitário desempenhou um importante papel neste sentido. Alguns olhares sobre o objecto arquitectónico abriram espaço para abordar o problema projectual como um todo.

Pedagogicamente, as estruturas transversais e os *ateliers* verticais existentes nalgumas Escolas de Arquitectura,

---

<sup>105</sup> Editorial Cosmos publicou a edição portuguesa em 2001

possibilitaram olhares mais gerais, devidamente contextualizados. Algumas das Escolas de Arquitectura dos anos 80 em Espanha adoptaram este sistema de ensino, como a forma mais directa e racional de poder articular as sinergias entre os diversos anos, e formar “escola” dentro da Escola. Este método de ensino encontrou na massificação do ensino e no elevado número de alunos a sua maior dificuldade, uma vez que se entende como factor positivo a organização de pequenos grupos de alunos.

## 5.2 As experiências pedagógicas aproximadoras à Paisagem

Referi-mo-nos em diversas ocasiões à Paisagem como contendor de actividades, como conjunto de cenários construídos pelo Homem, com inserção ocasional do edificado. Neste processo pedagógico a abordagem da própria cadeira de Projectos Arquitectónicos, sem esquecer o problema do pormenor e da factibilidade<sup>106</sup>, foi alargando o contexto até assumir o projecto integral como referencial. Do ponto de vista projectual interessa não só o próprio objecto, mas também o cenário de relações que se estabelecem entre o Território, o construído e o edificado. A tradicional diferenciação entre o projectos arquitectónico e paisagístico cai por si própria.

Esta nova perspectiva precisava obviamente do apoio e da transversalidade de conhecimentos para o seu desenvolvimento global. Assim sendo, o processo de Bolonha, com a introdução do semestre como referência temporal, contribuiu para, em muitas ocasiões, a consideração de duas escalas no âmbito do projecto: o suporte e o objecto inserido nele, duas escalas para duas cadeiras semestrais, mas um único fio condutor. Deste modo, é possível inserir o conceito de

território no âmbito das cadeiras de projecto arquitectónico, como ponto de referência inicial do próprio projecto. Neste sentido, o curso de mestrado integrado de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa responde aos esquemas anteriormente referidos. A própria componente de Urbanismo, com um forte peso no conjunto da formação ministrada, constitui prova desta transversalidade.

O carácter laboratorial do ensino da Arquitectura obriga a um esforço de definição dos espaços ou âmbitos territoriais onde se possa experimentar e testar estas questões. No entanto, a simulação de condições “reais” no decorrer da vida académica não deixa de ser uma mera simulação. Entendeu-se necessário aproximar o corpo discente à realidade de uma forma mais pragmática. No final não se trataria de criar cenários de simulação, mas sim usar cenários reais. A proposta pedagógica assenta em três vectores: o suporte territorial como laboratório, a análise do suporte como ponto de partida do projecto e os exemplos reais como recurso pedagógico “*per se*”. Apresentam-se três experiências pedagógicas representativas deste tipo de abordagem: Arquitecturas na Raia, Infrascapes e o programa QuoD. Três experiências que ilustram o processo dinâmico de ensino e aprendizagem referido.

---

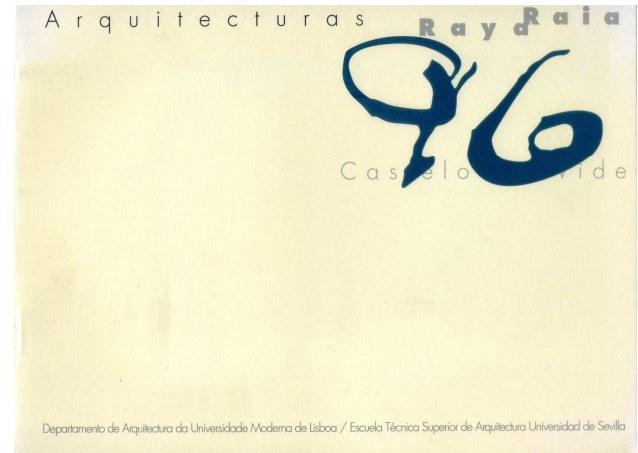
<sup>106</sup> No sentido de exequibilidade

### 5.2.1 “Arquitecturas na Raia”

“Arquitecturas na Raia” constituiu uma experiência pedagógica extracurricular sob o formato de seminários internacionais de projecto arquitectónico, desenvolvidos entre os anos 1995 e 2002. A base de reflexão era o espaço fronteiriço alentejano-extremeño, sediados de forma alternada em assentamentos de pequena escala num e outro lado da Raia, da fronteira ibérica. Deste modo organizaram-se estes seminários nos locais de Olivença, Castelo de Vide, Alburquerque, Elvas, Borba e Beja.

No que se refere a Portugal, o ensino centralizado nas Faculdades de Arquitectura de Lisboa e Porto deixou de existir e os cursos de Arquitectura das Universidades privadas iniciavam os respectivos percursos. Era uma boa oportunidade para repensar o ensino da Arquitectura. Persistia, no entanto uma tendência de continuidade, partindo de estratégias de ensino baseadas nas linhas pedagógicas das Faculdades Públicas, o que se explica pela coincidência inicial de docentes nos dois ensinamentos nas cadeiras fulcrais. A iniciativa partiu da necessidade de dar a conhecer aos alunos portugueses de Arquitectura a existência doutras realidades fora das “escolas” do Porto e de Lisboa. O país era muito mais do que as duas grandes áreas metropolitanas. A formação dos futuros

arquitectos incidia, de forma sistemática, na análise e proposta de exercícios nestas duas grandes áreas metropolitanas, sendo que, uma parte importante dos alunos vinha de outras terras. Os seminários “Arquitecturas na Raia” constituíam uma proposta pedagógica para a reflexão acerca doutras realidades em terras sujeitas ao processo sistemático de esvaziamento populacional em favor das grandes áreas metropolitanas.



**Ilustração 110: Capa da publicação do seminário “Arquitecturas na Raia ‘96”**

Nestes eventos participaram alunos das Faculdades de Arquitectura da Universidade Moderna e Lusíada de Lisboa, Escuelas Técnicas Superiores de Arquitectura de Sevilha, Valladolid e Valencia, Curso de *Ingegneria Edile Architetture* da Universidade Sapienza de Roma, e docentes de Portugal, Espanha, Brasil e Itália. Fruto destas acções foi a edição de duas publicações focalizadas nos casos de Borba e Castelo de Vide.



Ilustração 111: Capa da publicação do Seminário "Arquitecturas na Raia'98"

Estes seminários internacionais, em regime de workshop, possibilitaram a reflexão acerca da pequena escala nos sacos intersticiais fronteiriços. O aluno era confrontado com problemas integrais de relação entre a pequena escala e o seu território. Em paralelo, estas reflexões serviam de apoio local: as autarquias envolvidas na organização dos seminários recebiam os frutos duma primeira reflexão, capaz de servir de elementos para um alargamento posterior face à sua aplicabilidade.

No decorrer destas seis edições, os temas tratados tinham uma forte relação com espaços públicos provenientes de anteriores funções militares, quer intramuros, quer extramuros. No caso de Borba, as questões derivadas dos problemas de reutilização de antigas pedreiras foram um tema de interesse, que posteriormente, já em 2010 foram ibjecto dum projecto mais pormenorizado, estando prevista a estreia de eventos musicais em breve, como auditório natural.

A própria Câmara Municipal de Olivença, que teria sido pioneira na região com a celebração no ano 1982 das *Primeras Jornadas*

*Internacionales de Estudios de la Ciudad Histórica*, aplicou algumas das conclusões deste tipo de seminários no desenvolvimento posterior dos seus Planos Directores Municipais e Plano especial de preservação do centro histórico. Deste modo, o conceito de preservação identificava-se mais com uma estratégia dinâmica dos seus contentores históricos e patrimoniais do que uma tarefa meramente protectora.



Ilustração 112. Capa do catálogo das JIECH.

Os seminários “Arquitecturas na Raia” constituíram assim, uma ocasião única para a formação dos futuros arquitectos na sua interacção com as relações directas entre o homem raiano e a sua arquitectura, o seu território, o seu lugar. Neste contexto, o lugar acabaria por ser um elemento fortemente marcante, onde os contentores militares dos espaços de fronteira definiam implicitamente vazios territoriais com um forte reflexo na paisagem. Esta componente paisagística, intuída nestes primórdios, acabou por formalizar reflexões próprias, o que se concretizou nas iniciativas posteriores.

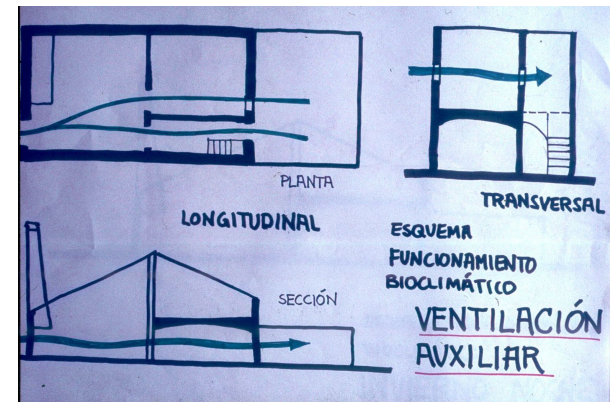


Ilustração 113: Estudo bioclimático de habitação alentejana

### 5.2.2 Infrascap

A iniciativa Infrascap foi um projecto de carácter multidisciplinar desenvolvido entre as Faculdades de Arquitectura da Universidade Moderna de Lisboa e Pescara, no decorrer do ano académico 2002-2003. Formaram parte desta equipa os professores Mosè Ricci, Massimo Angrilli, José Manuel Carvalho e José Madrigal. O objectivo pedagógico era confrontar o aluno com as relações entre Infraestruturas e Paisagem, através do projecto integral. Os casos de estudo propostos foram, no caso português a área de Porto Brandão, no que respeita às ligações entre a margem Sul e Lisboa, e no caso italiano, a identificação das *leituras* paralelas para as infraestruturas portuárias de Pescara em relação à cidade e a sua ligação com a autoestrada de Abbruzzo. Sublinha-se nesta acção a capacidade de abordar o problema do projecto como um todo e com especial atenção à perspectiva paisagística. Nos dois seminários que focalizaram a atenção desta actividade, deu-se uma especial atenção aos problemas de “convívio” entre as duas escalas (pequena/local e territorial).

No caso de estudo de Porto Brandão, os problemas objecto de especial atenção prendiam-se com a mobilidade da margem sul em relação à cidade de Lisboa e as possibilidades de

desenvolvimento de cenários futuros, e a avaliação da escala de Porto Brandão e das suas possibilidades de reciclagem perante eventuais pressões imobiliárias e os impactos na escala da paisagem num cenário de novas ou reformuladas infraestruturas. Outra vertente prendeu-se com a consideração das novas linguagens arquitectónicas no contexto actual e as mudanças qualitativas que estas irrupções poderiam eventualmente provocar.



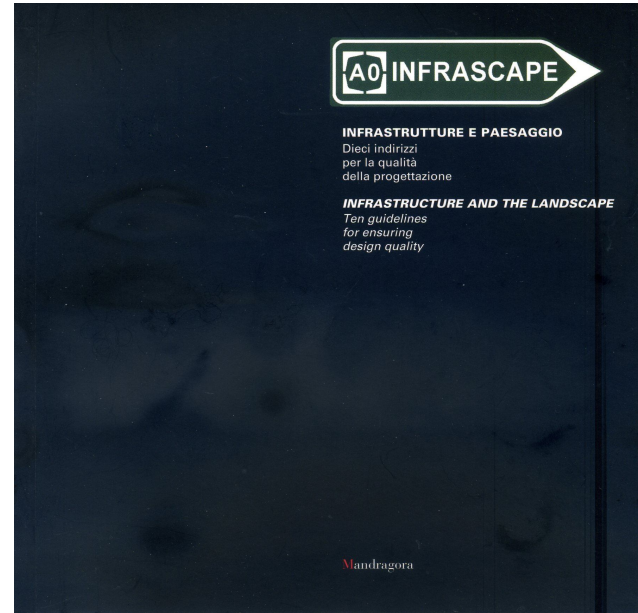
Ilustração 114: Proposta ligação Sul-Norte de Lisboa-Infrascap

Estas reflexões não afectavam só o primeiro ciclo de ensino universitário. O percurso paralelo de geração do processo de Bolonha e a consolidação das estruturas do programa Erasmus, abriam novas perspectivas, inclusive noutros ciclos de ensino. De facto, a experiência Vilar, <sup>107</sup> iniciada primeiro ciclo, possibilitou uma estrutura própria de doutoramentos. O Infrascap, pela sua vez, propiciou a génese dum programa específico. (Ilustrações 115 e 116)



**Ilustração 115: Proposta no Porto Brandão-Infrascap**

<sup>107</sup> Programa de acções pedagógicas inicialmente previstas no primeiro ciclo de diversas Faculdades de Arquitectura da Itália. Posteriormente surgiu o programa Villard2 com idênticos objectivos pedagógicos gerais, adaptados ao terceiro ciclo



**Ilustração 116: Programa Infrascap**

### 5.2.3 Programa de doutoramento QuoD<sup>108</sup>

Esta experiência foi configurada como um programa de doutoramento internacional, no âmbito dum protocolo entre as Faculdades de Arquitectura de Venezia (IUAV), Barcelona (ETSAB da Universitat Politècnica de Catalunya (UPC), Chieti - Pescara, Faculdade de Engenharia da Unversidade da Calábria (Cosenza) e a Unversidade Moderna de Lisboa. O objectivo comum era o desenvolvimento de investigação no âmbito do conceito de qualidade em relação ao Território e às Paisagens, sendo o elemento fulcral de reflexão o próprio conceito da qualidade neste contexto. O programa, no âmbito das diversas áreas de conhecimento abrangidas, ia ao encontro de soluções baseadas no conceito da qualidade como gerador do projecto e o fio condutor destas experiências foi a relação entre a paisagem e o projecto. Uma recente publicação reflecte de forma mais pormenorizada estes aspectos<sup>109</sup>. (Ilustração 116)

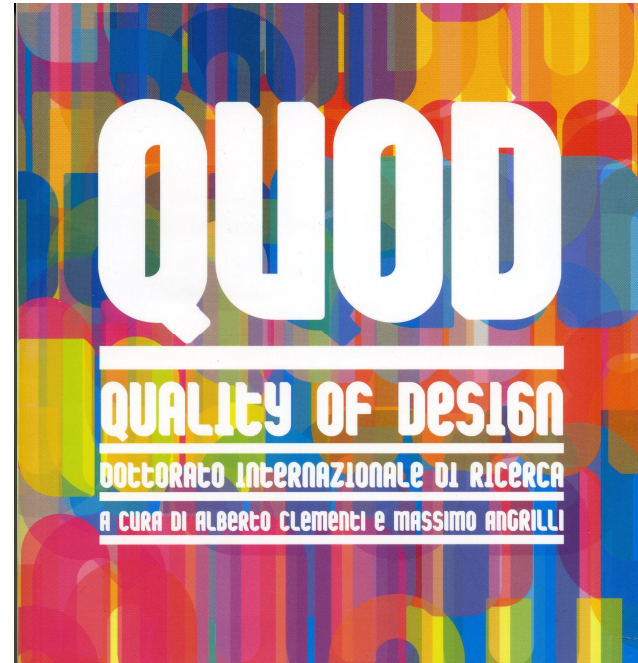
No contexto português é sublinhamos duas teses de doutoramento que respondem aos esquemas anteriores. Por

---

<sup>108</sup> O acrónimo refere-se ao programa de Doutoramento internacional "Quality of Design"

<sup>109</sup> AA VV. "QUOD.Quality of Design.Dottorato internazionale di ricerca". Ed. List Barcelona 2010. ISBN-9788895623184

um



**Ilustração 117: Capa da publicação do primeiro ciclo do doutoramento QuoD**

um lado, a tese de Helena Ribeiro <sup>110</sup> reflecte acerca dos espaços intermédios provocados pelas infraestruturas que se sobrepõem às estruturas e grelhas urbanas pré-existentes. A reflexão assumiu como caso de estudo o eixo norte-Sul de Lisboa, que gerou uma série de novas relações urbano-infraestruturais, especialmente em Amexoeiras e no Lumiar. A tese desenvolve a sua reflexão a partir da perspectiva de usos e funções acrescentadas à simples passagem de viaturas por estas infraestruturas, elementos comuns às teses dentro deste programa de doutoramento.

A segunda tese, da autoria de Nuno Canelhas<sup>111</sup> tentava aprofundar o papel das estruturas territoriais geradas por funções tradicionais afectadas pela classificação como Património da Humanidade.(Ilustração 119)

<sup>110</sup> A tese intitulada “Freeways to stay” da autoria de Helena Ribeiro foi co-orientada pelos professores Aquiles González Raventós e José Manuel Pagés Madrigal, com resumo na publicação anterior entre as páginas 114 e 123.

<sup>111</sup> “A paisagem cultural da vinha, património mundial: estratégias para a qualidade na relação salvaguarda/desenvolvimento. Caso de Estudo: A Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico” co-orientada pelos professores Franco Rossi e José Manuel Pagés Madrigal

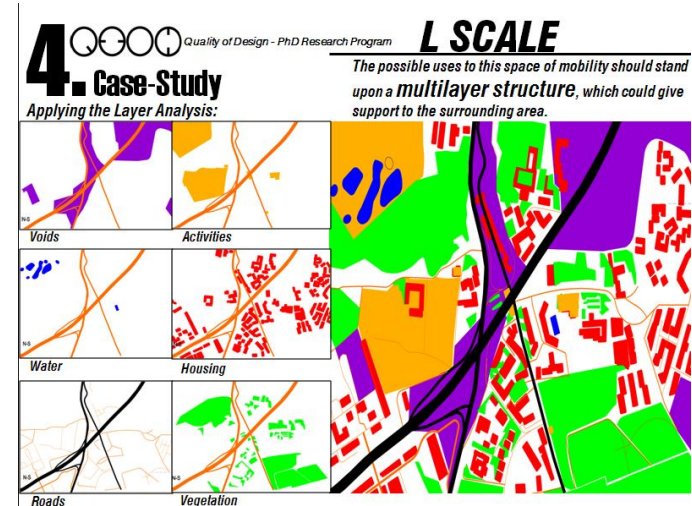


Ilustração 118: Slide da apresentação da tese de doutoramento de Helena Ribeiro

O caso de estudo apresentado foi a ilha do Pico e as arquitecturas e paisagens ligadas à produção vitivinícola e a sua necessária reciclagem no âmbito duma estrutura concorrencial muito forte. Neste sentido, apresentaram-se uma série de boas práticas paisagísticas de capazes de potenciar a conciliação entre preservação do Património e concorrência económica.



**Ilustração 119: Currais da ilha do Pico, caso de estudo da tese de doutoramento de Nuno Canelhas**



#### 5.2.4. A paisagem como motor de desenvolvimento – O OPPTerr

A mudança progressiva do conceito de Património permitiu a aceitação da ideia do Território como Património no decorrer da década dos anos 90. A revista Ciudades-4 (Valladolid, 1998) dedicada ao binómio “Território e patrimonio” define um ponto de inflexão neste discurso, depois da IX Conferência Internacional sobre Conservação de Centros Históricos e do Património Edificado. A ideia do território como recurso ficou assente quer na Conferência, quer na referida publicação. Hoje, num cenário de crise multiperspéctica, parece conveniente uma reflexão que combine acções coordenadas entre as estruturas de Poder Administrativo e a Universidade tomando como ponto de referência a Paisagem. Termos como Qualidade de vida, Território, Políticas Públicas acabam por encaixar numa paisagem, entendida como cenário de actividades antrópicas, cenário das memórias materiais e imateriais, espaço dos Patrimónios que irão ser transmitidos às gerações vindouras.

Paisagem e saúde, paisagem e qualidade de vida, paisagem e *branding* territorial são binómios associados que permitem integrar diversos olhares, sendo de algum modo complementares. Estas associações conceptuais deram como

resultado uma boa imagem de determinados produtos ligados ao território, onde se destaca de modo especial o vinho e as paisagens associadas a ele, paisagens que curiosamente têm vindo a sofrer uma profunda transformação mas que subsistem no imaginário da Sociedade. Deste modo, as paisagens, existentes ou anteriores, acabam por se converter em motores de desenvolvimento. Por esta razão parece lógico alertar para os processos de troca que venham a transformar e alterar este imaginário, constatando a necessidade de uma maior relação entre os territórios, as arquitecturas geradas pelas matérias-primas e pelos produtos, que posteriormente vendem uma determinada imagem associada a eles. Na hipótese de se percorrer o sentido contrário, estar-se-ia perante um fenómeno contraditório, em que os produtos da terra vendem imagens, vendem paisagens irreais, que eles próprios acabaram por destruir. O primeiro passo de valorização destas relações e perante a possível interacção nas mesmas, deve vir da formação dos futuros profissionais do Território. Só desde uma adequada consciencialização das novas gerações poderá abordar-se o problema na sua justa dimensão.

Em consonância com estas novas preocupações, surgiu no ano 2009 no seio da Universidade Fernando Pessoa de Porto, o OPPTerr, fruto do entendimento da necessidade para alertar e

consciencializar as gerações de estudantes universitários para o facto do problema territorial ser um fenómeno multidisciplinar, nomeadamente nas áreas de Ambiente, Geografia, Engenharias, Arquitectura e Urbanismo e Sociologia.



**Ilustração 120: Página web do OPPTerr**

Tomando como base o conceito da investigação aplicada, foi escolhido o Vale do Rio Lima como macro-unidade paisagística onde a investigação actualmente em processo tenciona abordar as diversas escalas e as novas tecnologias, como

motivos para uma investigação distinta, capaz de servir de apoio para posteriores decisões estratégicas.

O projecto integral, que percorre as diversas escalas de trabalho, tenciona ser um elemento de discussão, o que de facto pode constatar-se como um contributo para o discurso permanente mantido entre os cursos de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa de Porto e o curso de Mestrado Integrado (laurea specialistica) de “Ingegneria Edile-Architettura” da *Università di Trento* nos últimos dois anos. (Ilustrações 121, 122, 123 e 124)



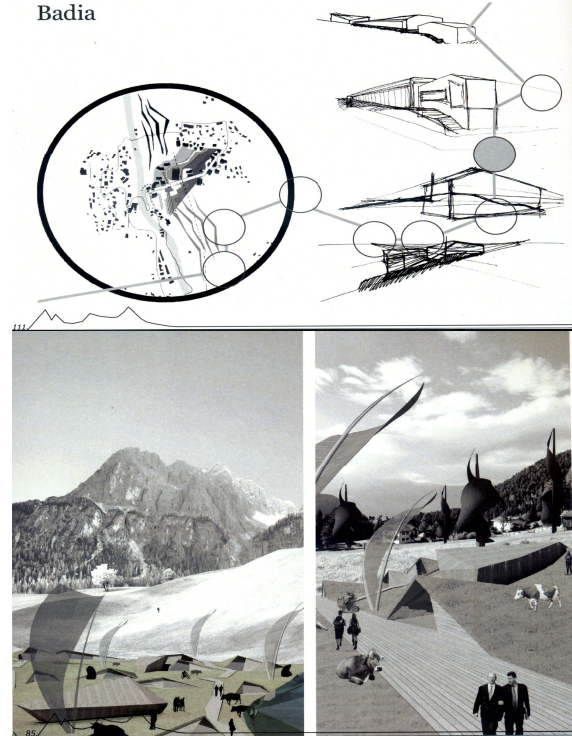
**Ilustração 121: Elementos de apresentação de “Progetti territoriali” Università di Trento 2009-2010- Vela Study case**



Ilustrações 122-123 e 124: Università di Trento. Trento ecocity 2030: Propostas para Badia e Dolomicitv

3. 5 progetti di paesaggio urbanalpino

Badia



referido, diferenciam-se três vertentes: o Observatório como ponto de encontro, o centro de encontro de estudiosos e especialistas do território e a paisagem, tendo como características essenciais a criação dum espaço de debate e de investigação transversal; o Observatório como centro de documentação acerca dos problemas e circunstâncias referidas à criação de políticas urbanas e territoriais, para poder desenvolver de modo eficiente o debate referido; o Observatório como fornecedor de serviços, numa lógica de prestação de serviços às comunidades e territórios, e na perspectiva da investigação aplicada, onde o suporte territorial se configura como laboratório de aplicação de experiências.

Finalmente, o OPPTerr aspira ser uma referência nos diversos projectos interdisciplinares dentro das relações actuais ou vindouras entre a UFP e outros parceiros institucionais, o Observatório como referência de projectos transversais e inter-universitários. Deste modo, será construída a base de futuros projectos articulados sempre sobre um determinado território, possibilitando deste modo o desenvolvimento de estratégias de acção sobre um suporte territorial. Aspira ainda a constituir-se como ponto de apoio para novas abordagens pedagógicas, baseando o seu projecto de futuro na junção das vertentes de ensino/aprendizagem e investigação na formação do

universitário europeu. É nesta perspectiva que o OPPTerr deve servir de alavanca para o desenvolvimento de acções no âmbito da investigação aplicada, de forma a ser capaz de promover no aluno da UFP destas áreas de conhecimento o gosto pelo conhecimento, pela investigação e pelo desenvolvimento das capacidades de formação e aplicação directa dos conhecimentos apreendidos.

#### **5.2.4.1 Territórios como laboratórios: Bárrio, Estorãos, Correlhã**

Fiéis à filosofia de concretizar uma série de trabalhos acerca dos lugares específicos, nos últimos dois anos, desenvolveram-se trabalhos de aproximação territorial e paisagística aos locais acima referidos. O primeiro deles refere a necessidade de poder explicar o funcionamento do território em socalcos. O segundo configura-se como lugar especial, especialmente nas áreas de Tenães, onde se verificou uma transformação territorial após a alteração da estrutura fundiária e as consequências que este facto implicou na abordagem e reconstrução da paisagem. Por último, a reflexão acerca de lugares que definem o caminho de Santiago na sua passagem pela freguesia de Correlhã, ajuda à dupla compreensão territorial: a que respeita à configuração territorial e a que se refere ao facto de a mesma se constituir especificamente como caminho.

### 5.2.5. O trabalho em rede

As abordagens até agora descritas não são o património exclusivo de qualquer grupo. A percepção do trabalho em rede como elemento enriquecedor da investigação a realizar está patente em diversas acções. Assim, a integração de parte da equipa docente na rede MedNet<sup>112</sup> é um passo neste sentido. Os trabalhos desenvolvidos entre diversas faculdades constituem uma tónica geral cada vez mais frequente. Tais são os casos de trabalhos em rede com as Universidades de Trento e Saxion University de Deventer. No primeiro dos casos, a relação é estruturante nos respectivos territórios: as arquitecturas de socacos no Vale do Alto Adige e no Vale do Lima. No segundo caso, são as relações estabelecidas nos espaços portuários de Viana do Castelo e de Deventer, dando origem ao projecto intitulado “Public spaces in hybrid territories” a decorrer primeiro semestre no ano 2010-2011. Ficou por desenvolver por motivos técnicos a segunda parte que previa a leitura comparada dos elementos portuários da Holanda e um workshop na Saxion University de Deventer

Sob o nome de L.I.M.A. surgiu a possibilidade de enquadrar uma série de acções, em diversos planos, que compreendem a abordagem integral do problema do Vale como macro-unidade paisagística. As diversas abordagens científicas acerca de pontos avulsos deste território sugeriam a criação duma estrutura capaz de aglutinar esforços na leitura integral. Assim, o projecto LIMA estrutura-se segundo os seguintes níveis:

---

<sup>112</sup> Rede de trabalho propiciada desde a Universidade de Génova pelos professores Mosè Ricci e Manuel Gausa

### **5.3. O ENSINO DO URBANISMO**

Um dos possíveis indicadores para poder avaliar o “peso” do Urbanismo, Território e Paisagem no processo de formação dos futuros arquitectos será a dedicação e espaço que ocupam nesta aprendizagem conforme as unidades curriculares relacionadas e as horas dedicadas. É por esta razão que nos primórdios do processo de Bolonha foi analisada a situação referida a esta área de conhecimento nas Escolas Públicas de Arquitectura de Portugal e Espanha e algumas da Itália.

Os resultados desta análise são expostos nas páginas seguintes.

#### **5.3.1 A situação do ensino do Urbanismo nos primórdios de Bolonha**

##### **5.3.1.1.O ensino em Portugal**

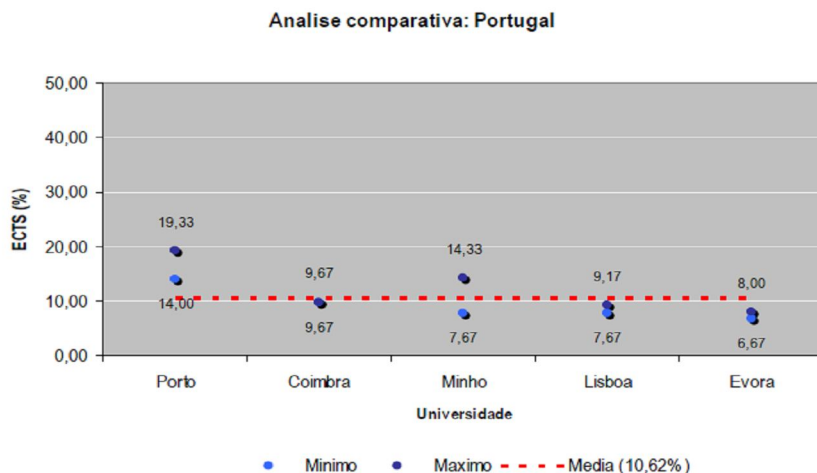
O número de cursos de Arquitectura em Portugal reduziu-se nos últimos anos a vinte e um, sendo actualmente ministrados nove em escolas públicas e doze em escolas privadas organizados de acordo com o Processo de Bolonha com a atribuição do grau de Licenciado - Mestre no final dos estudos.

Do universo dos nove cursos ministrados no sector público foi seleccionada uma amostra intencional composta por cinco cursos, com a qual foram elaborados quadros de análise quantitativa referente ao peso da componente de matérias de urbanismo dos planos curriculares do ano lectivo de 2007 / 2008, disponíveis nas páginas Web das universidades.

A amostra é composta pelos cursos superiores de arquitectura ministrados na Universidade do Minho, na Universidade do Porto, na Universidade de Coimbra, na Universidade Técnica de Lisboa e na Universidade de Évora.

Através do quadro de análise pode-se verificar que quatro dos cinco planos curriculares apresentam estruturas com oferta formativa de opção. Isto significa que a formação na área de

urbanismo pode ser variável quando o aluno opta por disciplinas da área ou não. Assim o peso da formação em urbanismo traduzido em créditos ECTS apresenta valores mínimos e máximos, em termos absolutos e em termos percentuais (em relação ao número de créditos totais).



**Ilustração 125: Análise comparativa no caso português**

Uma segunda leitura possível é o facto de as disciplinas que abordam de forma mais efectiva o planeamento ou desenho urbano serem ministradas entre o 5º e o 7º semestre e disciplinas de carácter mais generalista como geografia, Cultura da arquitectura e da cidade ou antropologia do espaço fazerem parte das disciplinas ministradas nos quatro primeiros semestres.

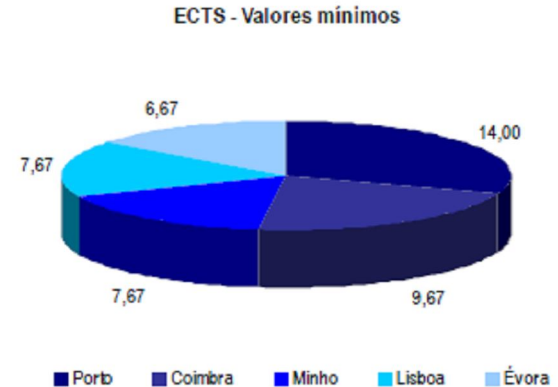
Este contacto tardio com a temática do urbanismo pode ser conotado como uma certa desvalorização pela área de conhecimento, provocando algum desinteresse por parte dos alunos conduzindo a uma não opção por esta área de formação.

Neste quadro são apresentados os valores percentuais de créditos ECTS mínimos e máximos dos planos analisados.

Os valores mínimos resultam do somatório dos créditos atribuídos a disciplinas obrigatórias do plano curricular, correspondendo a formação base mínima que o aluno pode obter. Os valores

máximos correspondem ao somatório de todas as disciplinas incluindo as de carácter optativo da área de conhecimento de urbanismo.

O valor médio referente ao peso da componente de urbanismo nas universidades analisadas é de 10,62 %, sendo o valor mais elevado, referente a formação base na universidade do Porto, de 14,00 % e o mais baixo 6,67 % na Universidade de Évora. Esta diferença de valores demonstra grande diversidade nos planos curriculares e conseqüentemente grandes diferenças na formação do arquitecto, apesar de serem supervisionados pela Ordem dos Arquitectos



**Ilustração 126: Valores mínimos de ECTS para Portugal**

### 5.3.1.2. O ensino em Espanha

Antes de proceder à análise da componente de urbanismo na formação do arquitecto em Espanha é importante expor alguns aspectos referentes à prática profissional do Arquitecto, pois apresenta algumas diferenças relevantes em relação a Portugal.

Em Espanha o título e função de arquitecto estão protegidos

legalmente e o projecto e direcção de obra de edifícios são plena atribuição dos arquitectos, contudo nos projectos para edifícios industriais, agrícolas, e de engenharia civil, as competências são compartilhadas com os engenheiros de especialidades; não existe a figura de engenheiro civil, cujas funções são desempenhadas pelo arquitecto, em projectos de edifício e ao engenheiro de estradas são atribuídas outras funções referentes a outras obras de construção.

A figura de arquitecto técnico – sem equivalente na Europa – é

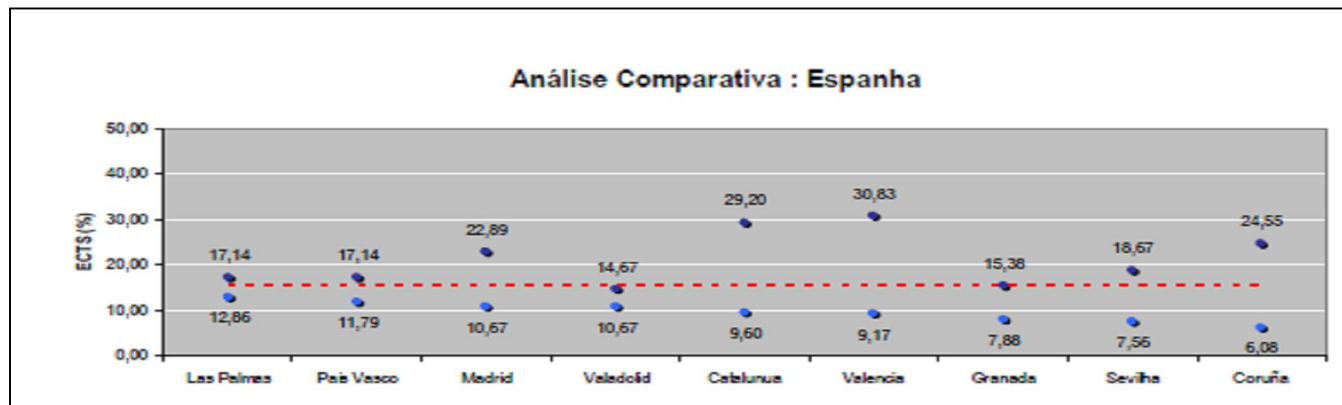


Ilustração 127: Análise comparativa no caso espanhol

quem intervém obrigatoriamente como director de execução de obras dirigidas por arquitectos.

Em Espanha não há estágios profissionais obrigatórios, mas existe a figura de projecto final de curso, que após a sua aprovação se obtém o título de arquitecto e permite aceder à prática profissional. Para exercer a profissão é necessário estar inscrito numa das Ordens de Arquitectos local, que estão agrupadas sob o Supremo Conselho de Ordens de Arquitectos. São as Ordens profissionais que supervisionam os projectos concedendo-lhes aprovação, o que garante a autoria e conformidade técnica. Assim Espanha, apresenta algumas particularidades pois neste país não existe nenhuma especialidade reconhecida no actual currículo, embora as disciplinas de livre configuração sejam organizadas, em algumas escolas, como linhas ou blocos especializados que os alunos podem escolher, e os planos curriculares das escolas superiores de arquitectura espanholas apresentam disciplinas correspondentes à formação dos arquitectos que os habilita a exercer as atribuições, que em Portugal são do engenheiro civil.

Em Espanha existem vinte e sete escolas superiores de arquitectura, sendo doze no sector privado e quinze no sector público. Os cursos superiores de arquitectura estão organizados

de acordo com o Processo de Bolonha com a atribuição do grau de Licenciado - Mestre no final dos estudos e têm geralmente uma estrutura anual com uma média de 90 créditos. No entanto, o quadro de cargas lectivas é amplo, onde por exemplo Barcelona tem 375 créditos e Madrid 450 no final dos estudos.

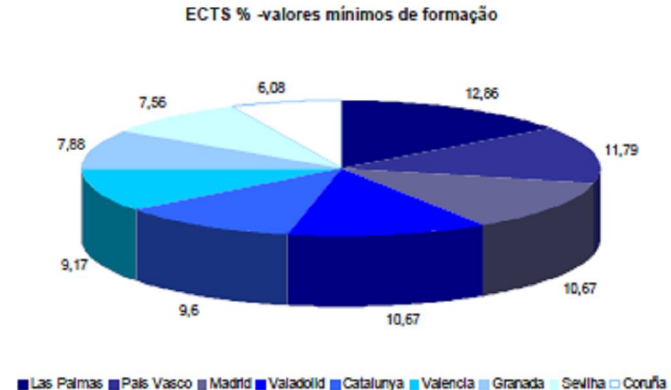


Ilustração 128: Valores mínimos de ECTS para Espanha

o universo dos cursos ministrados no sector público foi seleccionada uma amostra intencional composta por nove cursos, com a qual foram elaborados quadros de análise quantitativa referente ao peso da componente de matérias de urbanismo nos planos curriculares do ano lectivo de 2007 / 2008, disponíveis nas páginas Web das universidades. A amostra é composta pelos cursos superiores de arquitectura ministrados na Universidade as Palmas, País Vasco / Euskal Heriko Unibertsitatea, Madrid, Valladolid, Cataluña, Valência, Granada, Sevilha e Coruña.

Através do quadro de análise pode-se verificar que todos os planos curriculares apresentam estruturas com oferta formativa de opção. Isto significa que a formação na área de urbanismo pode ser variável quando o aluno opta por disciplinas da área ou não. Assim o peso da formação em urbanismo traduzido em créditos ECTS apresenta valores mínimos e máximos, em termos absolutos e em termos percentuais (em relação ao número de créditos totais).

Uma segunda leitura possível é o facto de as disciplinas que abordam de forma mais efectiva o planeamento ou desenho urbano serem ministradas a partir do 2º semestre em paralelo com disciplinas de carácter mais generalista e com grupos de

disciplinas opcionais de matérias da área de urbanismo. No quadro abaixo estão apresentados os valores percentuais de créditos ECTS mínimos e máximos dos planos curriculares analisados.

Os valores mínimos resultam do somatório dos créditos atribuídos a disciplinas obrigatórias do plano curricular correspondendo a formação base mínima que o aluno pode obter, cujos valores variam entre os 12,86 % na Universidade de as Palmas e 6,08 % na universidade da Coruña. Os valores máximos correspondem ao somatório de todas as disciplinas incluindo as de carácter optativo da área de conhecimento de urbanismo, apresentando valores bastante mais elevados compreendidos entre 14,67 % na Universidade de Valladolid e 30,83 na Universidade de Valência. O valor médio referente ao peso da componente de urbanismo nas universidades analisadas é de 15,38 %.

### 5.3.1.3. O ensino na Itália

Em 2000 deu-se a adaptação ao Processo de Bolonha em Itália, tendo sido criados 2 ciclos de formação e introduzido o sistema europeu de créditos. O 1º Ciclo com a duração de 3 anos corresponde a 180 créditos e termina com a designação de *Laurea*. O 2º ciclo com 2 anos de duração e 120 créditos termina com a designação de *Laurea Specialistica*. Na estrutura de ensino em Itália os cursos têm normalmente 60 créditos por ano e 300 créditos no final dos cinco anos.

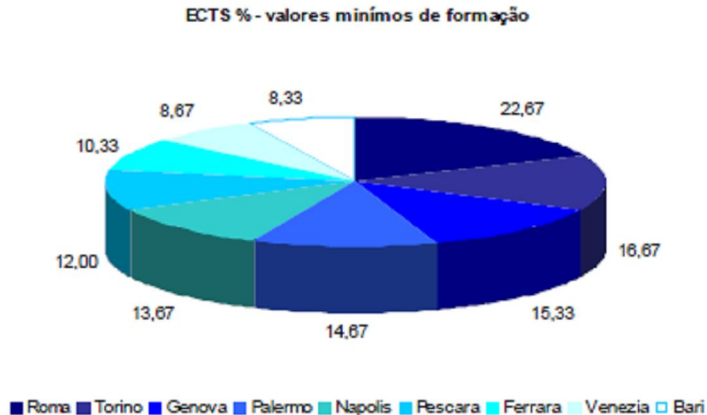
Os planos de estudos reúnem as matérias em onze grupos cuja distribuição responde a preocupações de uma formação mínima em todas as áreas em que o arquitecto tem competências, onde cinco dos onze grupos se referem a matérias relacionadas com urbanismo e/ou desenho urbano. O título de arquitecto é obtido após a conclusão dos estudos nas faculdades e a aprovação num exame final estatal que é realizado com um júri nomeado pelo Ministério da Educação. Após a aprovação no exame, o aluno deve inscrever-se no Registo Profissional de Arquitectos e numa Ordem dos Arquitectos local, que são agrupadas no Conselho Nacional dos Arquitectos (CNA).

O título de arquitecto é legalmente protegido mas não a sua actividade, e tal como em Portugal, os engenheiros podem projectar e dirigir obras de arquitectura com a excepção de obras de restauro de monumentos que são da competência exclusiva dos arquitectos.

Em Itália não existem escolas superiores de arquitectura no sector privado, sendo a totalidade das vinte e três escolas superiores de arquitectura do sector público. Do universo dos cursos ministrados no sector público foi seleccionada uma amostra intencional composta por nove cursos, com a qual foram elaborados quadros de análise quantitativa referente ao peso da componente de matérias de urbanismo referente aos planos curriculares do ano lectivo de 2007 / 2008, disponíveis nas páginas Web das universidades.

A amostra é composta pelos cursos superiores de arquitectura ministrados na Universidade de Veneza, Ferrara, Politécnico de Bári, Politécnico de Torino, Faculdade de Roma, Génova, Pescara, Palermo e Nápoles.

Através do quadro de análise pode-se verificar que todos os planos curriculares apresentam estruturas com oferta formativa de opção. Sendo que a formação na área de



**Ilustração 129: Valores mínimos ECTS para Itália**

urbanismo pode ser variável quando o aluno opta por disciplinas da área ou não. Assim o peso da formação em urbanismo traduzido em créditos ECTS apresenta valores mínimos e máximos, em termos absolutos e em termos percentuais (em relação ao número de créditos totais).

Uma segunda leitura possível é o facto de as disciplinas que abordam de forma mais efectiva o planeamento ou desenho

urbano serem ministradas a partir do 2º semestre em paralelo com disciplinas de carácter mais generalista e com grupos de disciplinas opcionais de matérias da área de urbanismo.

No quadro abaixo estão apresentados os valores percentuais de créditos ECTS mínimos e máximos dos planos curriculares analisados.

Os valores mínimos resultam do somatório dos créditos atribuídos a disciplinas obrigatórias do plano curricular correspondendo a formação base mínima que o aluno pode obter e, cujos valores apresentam uma grande variação entre os 22,67 % na faculdade de Roma e 8,33 % no Politécnico de Bari. Os valores máximos correspondem ao somatório de todas as disciplinas incluindo as de carácter optativo da área de conhecimento de urbanismo, apresentando valores bastante mais elevados compreendidos entre 30,67 % na faculdade de Pescara e 15,67 na faculdade de Nápoles. O valor médio referente ao peso da componente de urbanismo nas universidades analisadas é de 18,47 %.

## Análise Comparativa: Itália

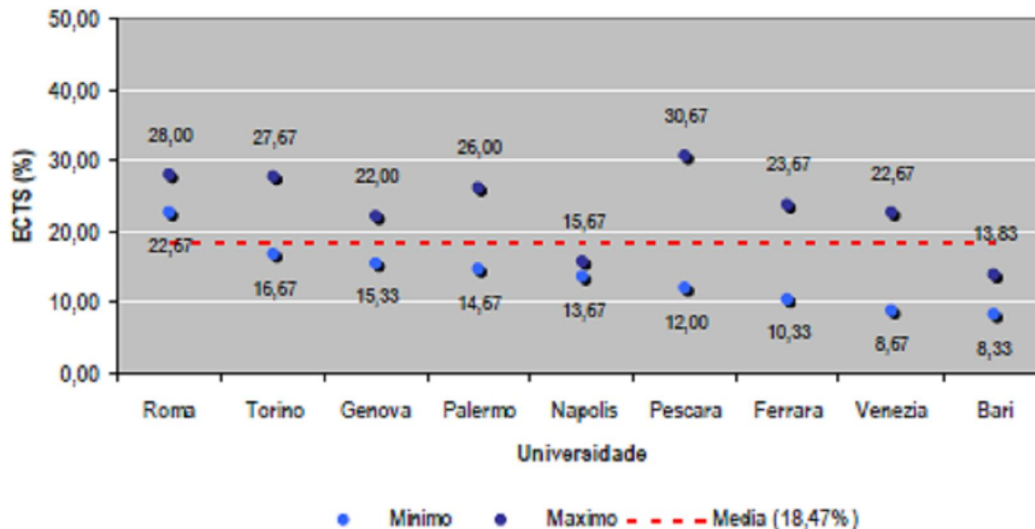


Ilustração 130: Análise comparativa no caso italiano

### 5.3.1.4. O ensino comparado: Portugal, Espanha e Itália

O quadro apresentado em baixo foi elaborado com base nos valores obtidos na análise individual efectuada em relação a cada país, permitindo tirar algumas conclusões a partir de uma primeira leitura: Itália apresenta os valores mais elevados no que concerne ao peso de matérias da área de urbanismo na formação do arquitecto com um valor médio de 18,47 %, seguindo-se Espanha com 15,38 % e em último, Portugal com 10,62 % .

Uma segunda observação é o facto de Portugal apresentar os valores mais baixos (próximos do valor mínimo registado na análise da amostra referente ao ensino em Itália).

A diferença entre os valores apresentados revela sistemas formativo-profissionais do arquitecto diferenciados, no âmbito da formação em urbanismo, algo que não deveria acontecer, ou pelo menos não de uma forma tão acentuada, uma vez que os três países aqui analisados são signatários do Processo de Bolonha que tem como objectivo a homogeneização.

Uma outra leitura que resulta da análise dos estudos de arquitectura nos países apresentados é que parece não haver um modelo dominante e a variedade de abordagens

corresponde a tradições da profissão de arquitecto, o alcance e os limites do seu papel em cada país.

O sistema seguido em Portugal é condicionado pela presença obrigatória do engenheiro civil nos projectos de arquitectura, o italiano é marcado por uma quase nula protecção do papel do arquitecto, substituído por engenheiros, excepto no restauro de monumentos, e o espanhol que tem uma prática profissional bem definida e protegida e onde a profissão de engenheiro civil não existe.

Em 2005 a Universidade Politécnica de Madrid desenvolveu um estudo de análise comparativa do ensino da arquitectura na Europa, dirigido por Juan Miguel Hernández Leon.

O Estudo intitulado "*Proyecto para el título de grado de arquitecto*", faz um estudo completo sobre os cursos de arquitectura na Europa e revela algumas preocupações com desigualdades ou diferenças nos sistemas formativos numa fase em que o Processo de Bolonha procura a uniformização e onde a divisão em dois ciclos estava estabelecida em quase todos os países Europeus.

#### **5.3.1.4. O ensino comparado: Portugal, Espanha e Itália**

O quadro apresentado em baixo foi elaborado com base nos valores obtidos na análise individual efectuada em relação a cada país, permitindo tirar algumas conclusões a partir de uma primeira leitura: Itália apresenta os valores mais elevados no que concerne ao peso de matérias da área de urbanismo na formação do arquitecto com um valor médio de 18,47 %, seguindo-se Espanha com 15,38 % e em último, Portugal com 10,62 % .

Uma segunda observação é o facto de Portugal apresentar os valores mais baixos (próximos do valor mínimo registado na análise da amostra referente ao ensino em Itália).

A diferença entre os valores apresentados revela sistemas formativo-profissionais do arquitecto diferenciados, no âmbito da formação em urbanismo, algo que não deveria acontecer, ou pelo menos não de uma forma tão acentuada, uma vez que os três países aqui analisados são signatários do Processo de Bolonha que tem como objectivo a homogeneização.

Uma outra leitura que resulta da análise dos estudos de arquitectura nos países apresentados é que parece não haver um modelo dominante e a variedade de abordagens

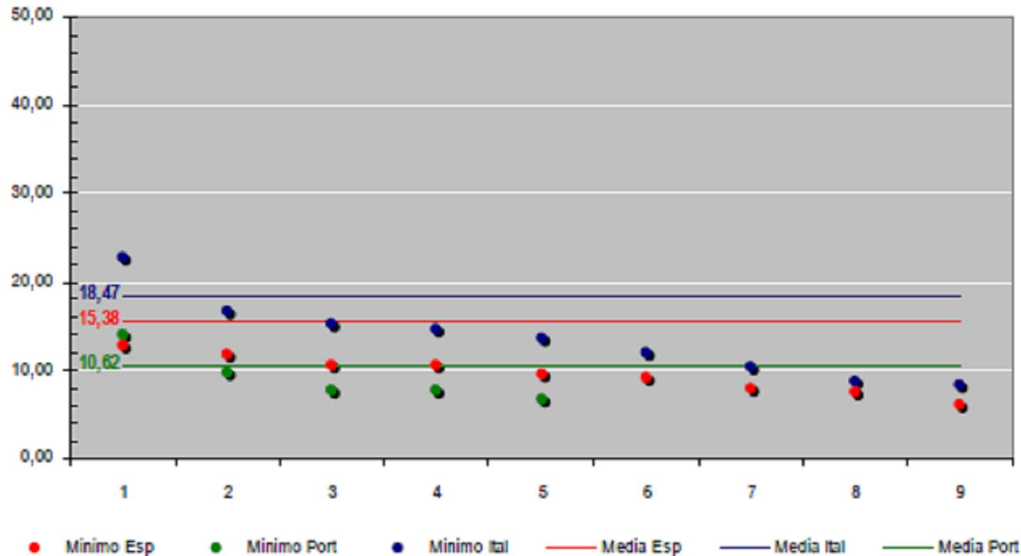
corresponde a tradições da profissão de arquitecto, o alcance e os limites do seu papel em cada país.

O sistema seguido em Portugal é condicionado pela presença obrigatória do engenheiro civil nos projectos de arquitectura, o italiano é marcado por uma quase nula protecção do papel do arquitecto, substituído por engenheiros, excepto no restauro de monumentos, e o espanhol que tem uma prática profissional bem definida e protegida e onde a profissão de engenheiro civil não existe.

Em 2005 a Universidade Politécnica de Madrid desenvolveu um estudo de análise comparativa do ensino da arquitectura na Europa, dirigido por Juan Miguel Hernández Leon.

O Estudo intitulado "*Proyecto para el título de grado de arquitecto*", faz um estudo completo sobre os cursos de arquitectura na Europa e revela algumas preocupações com desigualdades ou diferenças nos sistemas formativos numa fase em que o Processo de Bolonha procura a uniformização e onde a divisão em dois ciclos estava estabelecida em quase todos os países Europeus.

### Análise Comparativa : Portugal, Espanha e Itália



No entanto os estágios profissionais obrigatórios não eram prática comum em todos os países, assim como o exame final de curso.

A duração dos estágios, quando existiam, variava entre meio ano na Suécia ou um ano em Portugal e podia ir até três anos na Áustria. O exame final de curso podia ser um exame estatal ou um exame realizado por uma organização profissional.

O título académico apenas habilita o titular a

exercer a profissão em França e em Espanha, que juntamente com a Dinamarca e a Finlândia formam o conjunto de países onde não existem os estágios obrigatórios.

O registo numa organização profissional era obrigatória para o exercício da profissão e o título estava protegido legalmente em todos os países. Mas a função não estava protegida na Grã-Bretanha, Irlanda, Holanda, Suécia Dinamarca e Finlândia.

A função era partilhada com engenheiros civis em Itália e Grécia: e era parcialmente protegida na Alemanha, Áustria, Portugal e Bélgica, onde os engenheiros civis podiam chegar a competir com os arquitectos. Espanha era o país com uma maior protecção e mais completa da função do arquitecto.

As diferenças apresentadas reflectiam-se nos cursos. A carga horária dos cursos na Europa apresentava diferenças que variavam entre 3.200h na Alemanha, França com 4.070h, Bélgica com 4200h e Portugal com 4.400h. Espanha situava-se entre 3750 e 4500 h de aulas. A carga horária em grupos de matérias também apresentava diferenças significativas: o Projecto variava entre 20% e 33% com a maioria situada acima de 28%; Expressão gráfica variava entre 7.5% (Alemanha) e 11% (Grã-Bretanha), sendo França e Portugal os países com maior

carga 17 %. Teoria e História variava entre 4% na Áustria e 17% na Bélgica, sendo que a maioria se situava entre 8% e 12%; Materiais e Tecnologias, tinham um peso muito escasso na Áustria e Grã-Bretanha com menos de 15%; Portugal e Alemanha com cerca de 20%; Itália e França com 30%; Bélgica com 37.5%. Espanha variava entre 26% e 36%. Urbanismo que em Espanha era 8 a 9% e em outros países era entre 6 e 10%.

O estudo centrado na análise comparativa do ensino em Espanha em relação ao resto da Europa revela as particularidades da formação do arquitecto espanhol devido a conteúdos mais amplos relacionados com as grandes atribuições profissionais dos arquitectos em Espanha.

O aumento da carga em matérias tecnológicas tem a ver com os aspectos da engenharia civil que o arquitecto espanhol assume entre as suas competências em relação a edifícios, por isso é compreensível que a maior percentagem de carga tecnológica implique uma menor percentagem em projectos onde os planos curriculares espanhóis estão abaixo da média da UE, mas dentro dos parâmetros habituais

### 5.3.2.A situação específica da UFP

O mestrado integrado de Arquitectura e Urbanismo da UFP implica uma presença importante de unidades curriculares relacionadas com o Território a partir do segundo ciclo. Após uma formação fundamentalmente clássica no âmbito das Escolas de Arquitectura portuguesas, é justo realçar a presença importante do Urbanismo com cadeiras de projectos urbanos que assumem a formação de carácter projectual do aluno no segundo ciclo. Assume-se este facto como elemento diferenciador doutros cursos de arquitectura. As unidades curriculares de Seminários vêm completar a formação servindo de ponte entre a investigação e a formação essencial para o projecto através desta tarefa da aproximação do aluno ao território. Como foi referido o Lima é o espaço laboratorial. No cômputo global de ECTS dedicados ao ensino do Urbanismo, chegámos aos seguintes números:

Na hipótese de se contabilizarem os ECTS das unidades curriculares de Projectos de Intervenção Urbanística no âmbito de Projectos, a quantidade de ECTS da área de Urbanismo supõe um total de 24 ECTS (8% do global) Na hipótese de se considerar PIU como integrados na área de Urbanismo esta percentagem subiria para 46 ECTS, o que implica um 15,33%

Comparados os números com o resto das Escolas portuguesas analisadas, a UFP situa-se como a segunda das Escolas analisadas com maior percentagem de ECTS, no que respeita ao ensino de cadeiras ligadas ao Urbanismo e ao Território.

### 5.3.3. A situação específica de Trento

A organização do curso de *Ingegneria Edile Architettura* da Universidade de Trento, dentro da Faculdade de Engenharia é organizada num único ciclo, ainda que com a láurea specialistica de cinco anos de duração e 300 ECTS. Trata-se dum curso de *laurea generalista* nos seus primeiros quatro anos admitindo uma especialidade no quinto ano, dentro do leque de oferta.

A presença das unidades curriculares relacionadas com o Território inicia-se no segundo ano. Comparado com as escolas de arquitectura italianas anteriormente analisadas trata-se dum escola que se situa num plano intermédio onde a presença das matérias ligadas ao Urbanismo e o Território, sobretudo a presença da identidade Alpina como espaço laboratorial é progressivamente mais acentuada.

Na actualidade a Bienal de Arquitectura alpina, a revista Alps, e a preparação dum mestrado interfaculdades entre Innsbruck Bolzano e Trento - cidades ligadas á região do Tirol- são elementos que integram uma acção coordenada onde o departamento de Ambiente..... e o docente Pino Scaglione se constituem animadores desta linha de trabalho.

Depois de contabilizadas as unidades curriculares ligadas ao ensino de Urbanismo e Território na Universidade de Trento, as mesmas implicam cerca de 14% do tempo dedicado pelo aluno. Esta análise torna-a a penúltima das Faculdades observadas, ficando á frente da Escola de Arquitectura do Politécnico de Bari.

#### 5.4. A PROPOSTA FORMAL

Método de aproximação ao projecto. **Terra+água**

Partimos do conceito da aprendizagem do projecto como uma sequência de fases que convergem na sucessiva aproximação entre cultura, forma e função. Deste modo ficam estabelecidas uma série de relações imprescindíveis para poder definir a solução projectual proposta.

Nesta série de aproximações há uma delas de valor indiscutível: a representação pessoal do suporte territorial do local designado para o projecto e o seu contexto.

Esta representação, está hoje muito abandonada pela irupção de soluções digitalizadas, supostamente chamadas a substituir com sucesso os métodos anteriores. Mas na verdade a representação gráfica pessoal constitui o modo mais directo de conseguir a aproximação pessoal entre o projectista e o suporte territorial. Só podemos garantir um conhecimento pessoal e intransmissível a partir da leitura e análise territoriais pessoais e só assim conseguiremos uma maior apreensão do problema a resolver.

A experiência didáctica definiu esta série de objectivos:

a.- Constatar a impossibilidade de dispor duma informação prévia do local de trabalho adequada, dada a sua proveniência a partir de outras leituras.

b.- Proceder à leitura pessoal de cada aluno que deine deste modo a sua visão particular do local.

c.- Localização de elementos identitários que permitam reconhecer as chaves de formação, articulação e transformação das paisagens.

d.- Propor as chaves que devem servir para uma proposta projectual que assuma, critique, rejeite ou transforme o suporte territorial. Deste modo a integração do novo elemento proposto deverá ter em consideração as relações entre Cultura, Forma e Função, inicialmente definidos.

As abordagens anteriores foram testadas de forma progressiva, ao longo dos anos de ensino, se bem que nos reportemos exclusivamente às diversas aproximações ao espaço minhoto. Dentro das unidades curriculares de Seminários I e Seminários

II a resolução dos exercícios propostos implicam massa crítica perante a situação actual destas paisagens.

Em todos os casos propostos a constante foi a procura da relações entre terra e água, incentivando o aluno para a prosecução de um esquema que permita correlacionar a relação entre ambos os elementos.

Assim, o tema do *socalco*, não só como objecto formal mas funcional num contexto determinado, foi muito esclarecedor. A análise do sistema de socalcos estudado na freguesia de Bárrio permitiu perceber a necessária relação entre os elementos, o que implicou a necessidade de pensar toda a proposta projectual em função dos percursos da água.

A experiência didáctica acerca deste tema permite recolher algumas peças gráficas e escritas estas conclusões.

Experiências similares foram-se articulando em diversos locais, e devem ser alargados a outros contextos ou a escalas superiores. Assim, o território trentino, no Vale do Alto Adige reflecte uma densa humanização territorial, com uma forte presença das arquitecturas do vinho. Os terraços definem um modelo de ocupação territorial marcante e grandes extensões

de terreno, dado que constitui “per se” o modo mais racional de utilizar estas terras em função da cultura vitivinícola.

#### **5.4.1. A representação do suporte territorial**

Um dos elementos fundamentais da nossa proposta é a necessidade de formar o método próprio para abordar a resolução do projecto, através do conhecimento profundo do lugar.

Este conhecimento deu-se no decorrer destes anos através da representação pessoal do lugar. A representação entendida como o resultado da análise realizada pelo arquitecto, pelo observador. A representação entendida como o modo de chegar à interiorização deste lugar.

Será desde este desenho re-pensado do lugar que chegaremos à percepção da identidade do lugar, o seu carácter, o seu espírito, a sua essência.

Esta observação, previamente preconizada por Jackson, e utilizada por Rossi, da representação do território é assumida como forma de conhecimento.

Nesta linha de trabalho, nos anos 80, o Laboratori d'Urbanisme da ETSA de Barcelona, adoptou a representação dum território, a sua análise e definição das suas identidades, como contributo para o Congresso de Cultura Catalana. Procedeu-se ao levantamento a escala 1/10.000 do Atlas de Catalunya. Os princípios orientadores deste trabalho, dirigido por Manuel de Solá Morales, eram basicamente os anunciados anteriormente, onde os layers do sistema viário, as infraestruturas e o edificado era os elementos estruturantes na altura em que interagem entre si.

Por causa da escala utilizada o segundo layer de acordo com a importância do território – a estrutura fundiária – não foi totalmente abordado.

Manuel Solá-Morales expressa de modo claro estas questões no número 81 de Quaderns<sup>113</sup> quando refere a cultura da descrição:

*“El problema de expresar un conocimiento por medio da confección de mapas significa hacer el*

<sup>113</sup> SOLÀ-MORAIS, MANUEL (et altri) *“La identitat do territori català. Les comarques”* pp. 4-13 i 59-60. Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme.

*dibujo ... un instrumento de representación, afrontando junto a las cuestiones de lenguaje, los problemas de criterios que ello conlleva. ... Dibujar es seleccionar, seleccionar es interpretar, interpretar es proponer.*

...

*Obsesión descriptiva del territorio también para hacer más patente el contenido sintético de las propuestas conceptuales en las cuales un proyecto (arquitectónico) proponga y rehaga las formas de cuanto es histórico, no tanto como recuperación cuanto soporte”<sup>114</sup>*

Carnoedo constitui a primeira experiência pessoal dentro deste âmbito. O estudo de caso de Carnoedo inclui algumas das questões anunciadas anteriormente. É o primeiro espaço laboratorial para o estudo das relações entre Terra, Água e Homem, base para a percepção, caracterização e realização dum projecto de território.<sup>115</sup>

<sup>114</sup> Tradução do autor desta lição do original em catalão

<sup>115</sup> Estudo realizado sob a orientação do Professor Arquitecto Juan Luis Dalda Escudero ETSAC- A Corunha, 1982

Este estudo, realizado no ano 1982, recolhia os elementos primários de composição territorial. Era a primeira aproximação a um território onde a pequena escala dominava qualquer tipo de relações.

Ponto, linha e plano eram, por sua vez, os elementos básicos para a compreensão territorial.

O estudo trata da representação gráfica duma paróquia deste município onde poderemos localizar as diversas realidades identitárias de Galiza: Carreiros que relacionam monte e casario, a essência do lugar, os rueiros inseridos entre as eiras que obedece ao sistema de policultura. Ao mesmo tempo, os caminhos mais importantes, asfaltados, estabelecem a relação com outros níveis ou escalas territoriais. O imaterial como reflexo dos elementos intangíveis nesta Galiza rural, onde a relação entre barca e casa se define pelas cores utilizadas.

Experiências similares devem ser articuladas de modo a poder-se extrapolar os resultados noutros sistemas e/ou noutras escalas superiores. Assim, o território trentino inserido no vale do Alto Adige e as montanhas que o contornam dizem respeito às arquitecturas derivadas desta humanização do território, onde as arquitecturas do vinho jogam um papel importante.

Uma parte destes territórios é marcada pela presença de terraços, entendidos como o modo de aproveitamento mais racional dos terrenos agrícolas com vocação vitivinícola.

#### **5.4.2 A proposta integradora. A reivindicação de 1/500 como escala de projecto**

A partir da representação do território explicitada dispõe-se dum volume de informação capaz de gerar, se com adequada gestão, os pilares conceituais do projecto. Neste tipo de praxis da representação percorremos as diversas escalas para poder perceber até onde deveríamos descer para poder expressar todos os elementos que compõem os casos estudados. Chegamos á conclusão da utilidade e bondade da escala 1/500 para poder inserir-se o grau e tipo de informação disponível. De facto, as representações dos lugares nos casos de Pedrosa e Anta permitem um conhecimento profundo que deixa intuir os modos de relacionamento das diversas partes que compõem a esência do lugar. Definem-se assim os elementos primários destes territórios.

Sendo de interesse este último ponto de referência, sendo que a escala 1/500 acaba por estar muito próxima duma escala convencional para uma primeira aproximação projectual em termos de arquitectura, consideramos que a dita escala acaba por servir perfeitamente de ponte entre a capacidade de poder inserir de forma detalhada este tipo de relações. Consegue-se atingir também outro objectivo paralelo: a introdução do aluno

na abordagem do projecto como um “todo” onde o objecto arquitectónico se integra num determinado contexto, sendo que este elemento acaba por ser o propiciador do conceito de projecto.

Apresentamos algumas experiências de representações que permitem definir os gestos projectuais a partir da informação fornecida:

### **5.4.3. Estudos de caso: Correlhá, e Estorãos e Picolhos-Talhazeres**

Neste subcapítulo apresentamos diversos estudos de caso que se referem aos levantamentos parciais de certos lugares das freguesias referidas.

#### **Lugar de Picolhos-Talhazeres. Ponte de Lima**

Neste exercício foi proposta a análise territorial por forma a definir o sistema de relações existente entre as diversas espécies vegetais dum determinado espaço próximo a Ponte de Lima. Não houve qualquer distinção entre as diversas estações do ano, tratando-se apenas da organização estrutural em planta. Os códigos de representação foram-se aperfeiçoando conforme o trabalho avançava e estes códigos foram assumidos no ano académico seguinte.

A densidade das manchas e dos diversos “layers” permite avaliar a importância da presença dos vinhedos nas suas diversas tipologias. Vinhedo e mata acabam por definir as grandes estruturas que compõem este território.

### **A representação do lugar**

O início deste ciclo de lições partia da consideração do lugar, de acordo com diversas perspectivas; continuava reflectindo acerca do papel da memória e as interações de ambos os elementos com a definição da paisagem. Esta paisagem como contentora de memórias colectivas acerca de um determinado lugar ou sistema de lugares.

Perante o intuito de o lugar ser algo mais do que um problema topográfico, cabia esperar uma solução ao problema da confirmação ou rejeição da definição do lugar quando comparado com o sentimento dos “lugareños”. Neste sentido foi experimentada a representação dum lugar, segundo os códigos previamente testados no ano anterior, mas incorporando algumas novidades:

A utilização de códigos indetificadores das diversas estações do ano, de modo a poder aferir algumas das características destas paisagens e a sua representação em planta.

A consideração do lugar como a relação entre a casa e a terra, como elementos definidores do “mundo” dos seus habitantes.

A definição das circulações internas de cada uma das parcelas procurando a definição do sistema de relações existentes, de acordo com a perspectiva da funcionalidade destes lugares, valorizado como elementos dinâmicos.

Finalmente, a tentativa de estabelecer o gradiente do público ao privado, no esquema anteriormente referido.

**Ilustração 132. Representação do lugar de Pedrosa. Escala original 1/500**





### MOMENTO 3

## 6 Projecto e política territorial

### 6.1. O PROJECTO TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA.

#### 6.1.1. Linhas gerais do problema

No decorrer dos últimos quarenta anos assistimos ao duplo processo de concentração/esvaziamento populacional, em favor de determinadas áreas. Os 848 km de litoral continental foram aglutinando diversas populações, provenientes das regiões interiores do país. Uma análise pormenorizada dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística permite um estudo comparativo entre a situação demográfica dos anos 90 e o início de século XXI. Este trabalho permite reparar que esta concentração do crescimento populacional deu-se de modo específico nas áreas suburbanas e periurbanas do litoral, verificando-se, em simultâneo, o declínio populacional por desvitalização natural e/ou emigração noutras zonas progressivamente mais alargadas.<sup>116</sup>, com especial incidência

---

<sup>116</sup> ROCA, Maria Nazaré e PIMENTEL, Dulce: Dinâmicas populacionais e desenvolvimento territorial em Portugal nos anos 90: Uma análise

nas zonas de montanha ou de fronteira. Paralelamente a estes fenómenos constata-se o esvaziamento populacional das áreas centrais ou subúrbios mais antigos das áreas metropolitanas de Porto e Lisboa. Este processo é em tudo semelhante ao verificado no resto da Europa, nomeadamente, na Zona Mediterrânica.



**Ilustração 133: Região Euromed- Vista nocturna**

---

preliminar. Em Congresso da Geografia Portuguesa, Lisboa 2-4 Outubro 2001

A melhor constatação deste facto é a simples observação duma montagem fotográfica nocturna do continente europeu. Mas também os dados dos diferentes países reflectem de forma clara esta situação. (Ilustrações 133 e 135)



**Ilustração 134: Vista nocturna da bacia mediterrânica espanhola**

No caso espanhol, a bacia mediterrânica (Ilustração 134) está a suportar a maior pressão populacional dos últimos tempos, ligada ao processo de edificação sistemática deste litoral.

A densidade neste litoral mediterrânico é alta, sendo certo que os elementos mais visíveis se concentram nas áreas metropolitanas de Barcelona, Valencia e Málaga. Para esta situação contribuiu a pressão do sector turístico nas regiões de Levante (Sul de Valencia) e Andalucía (Málaga e Almería, principalmente).

No caso italiano, também se constata a concentração populacional no litoral, embora aqui esteja condicionada pela orografia do território, pela existência de áreas de montanha e pela bipolaridade existente entre o Norte e o Sul: Indústria e crescimento natural estagnado, estruturas agrárias marcantes e índices de natalidade fortemente positivos.

Numa primeira leitura comum aos diversos países mediterrânicos, a articulação territorial é ainda mais necessária perante os factos referidos. Numa estrutura administrativa baseada na entidade regional, quer a Itália, quer a Espanha precisam desta harmonização territorial para poder corrigir os desequilíbrios internos, e cujo factor demográfico é pedra basilar deste discurso.



**Ilustração 135: Vista nocturna de Euro-Med ocidental**

Este discurso mantém-se para o resto dos países da bacia mediterrânea, onde o urban sprawl não apareceu mas podem-se contemplar situações de esvaziamento e desequilíbrio territorial.

Apresentamos dois casos que podem reflectir situações que estão a acontecer: Sousse e Martil.

No que diz respeito a Sousse<sup>117</sup>, assistimos ao duplo processo de desagregação da forma urbana da cidade, dentro duma situação de concentração populacional, com esvaziamento do deserto e vilas interiores da Tunísia:

*“Cette évolution traduit une transformation des modèles migratoires : auparavant individuelle et masculine, la migration concerne désormais des familles entières, souvent même des douars entiers. Par contrecoup, la croissance urbaine s’accélère, Tunis et les grandes villes comme Sfax et Sousse sont les grands bénéficiaires de ce mouvement, chacune ayant des zones de recrutement bien ciblées.”<sup>118</sup>*

O sector de produção turística acaba por provocar esta desagregação, quase como um modesto “strip” urbano litoral.

<sup>117</sup> Sousse passou de 18000 habitantes em 1936; a 42500 em 1956; e finalmente 62000 em 1966,

<sup>118</sup> PICOUET, Michel: “Dynamique des populations, disponibilites en terres et adaptation des regimes fonciers le cas da Tunisie”. Comité international de coopération dans les recherches nationales en démographie. Paris, 2006



**Ilustração 136: Detalhe do "strip" de Sousse-Tunisia**

No caso de Martil, ela é uma cidade litoral de 40000 habitantes na prefeitura de Tetouan com um início de actividade turística, onde a segregação social caracteriza a forma urbana, com importantes áreas infrahabitadas por bidonville ou similares.

Este pormenor pode ser observado na imagem de google earth onde o rio ao sul da fotografia com alto grau de poluição ambiental envolve uma zona de cota elevada que é habitada por não menos de 35000 habitantes.

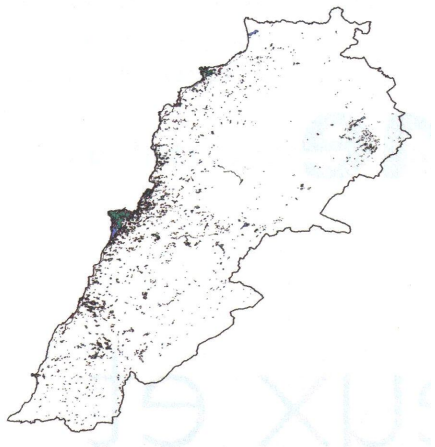


**Ilustração 137: Martil-Marrocos. Tomado de google earth**

Se compararmos os esquemas de ocupação territorial na bacia mediterrânica, facilmente chegamos a alguns países do Médio Oriente, como é o caso do Líbano, (Ilustração 138) onde se constata uma situação similar: concentração litoral observada na parte esquerda da imagem, com um urban sprawl muito acentuado, acrescentado por uma mudança sistemática de usos no âmbito territorial global do país.

Neste caso. A concentração populacional gravita sobre três núcelos: Norte Tripoli, Byblos, fuindamentalmente, uma área central capitalizada pela cidade de Beirut, e uma concenteração sul na envolvente de Saida.

Quaisquer dos casos apresentados precisam de um conceito integral na estratégia de solução que possa vir a propor-se.



**Ilustração 137: Distribuição populacional. Libano**





dispor na nossa cultura duma ampla gama de instrumentos de política territorial de tipo conceitual, normativo e técnico.

O território é um todo complexo. Nesta grelha de relações jogam no mínimo quatro dimensões, três delas de carácter físico (as dimensões espaciais) e o tempo. Estas dimensões devem, por sua vez interagir com elementos da vida social, civil, ambiental e produtiva, inerentes á condição humana. A perspectiva do meio ambiente (sustentável), propõe cobrir esta dinâmica, segundo as leis que governam os processos das relações do ecossistema, assim como a evolução da dinâmica da vida e a biodiversidade.

Num âmbito de parcelização das áreas de conhecimento, num ambiente de visões sectoriais do problema torna-se realmente difícil observar as diversas escalas do problema a partir de uma perspectiva de planeamento integrado. É uma visão integradora, capaz de estabelecer as correlações entre as disciplinas tradicionalmente atentas aos fenómenos da vida civil: a economia regional, a geografia, as análises de políticas públicas, a planificação económica. Esta visão integradora, capaz de definir uma adequada gestão política e social, precisa dum projecto total, o que permitirá a governabilidade da vida

civil, conforme o desenvolvimento social e economicamente sustentável.

### 6.1.3. Diversas visões na Europa

#### 6.1.3.1. A visão italiana

A perspectiva italiana do problema do planeamento urbanístico-territorial serviu tradicionalmente de referência para outras versões nos países europeus. A visão foi sempre mais complexa, no sentido de ver o problema mais próximo duma perspectiva unitária global, com um forte interesse pelos aspectos estéticos em qualquer das suas escalas.

Esta visão, especificamente no âmbito da salvaguarda do Património, ligada á forte intervenção nos processos de controlo e aprovação por parte das “Sopraintendenzas” e uma presença activa das componentes de tipo paisagístico na definição de planos de protecção e de salvaguarda, diferenciaram o processo doutros países.

A experiência italiana no domínio da programação territorial, por exemplo, inspirou as políticas comunitárias de emprego<sup>119</sup>

---

<sup>119</sup> A chamada programação negociada, para além das programações territoriais integra outros elementos de carácter negociado nos âmbitos económico, fiscal e de emprego com uma importante

inspirou algumas das políticas regionais europeias neste âmbito, fundamentadas na noção de *place-based development*<sup>120</sup>, servindo de referente para o relatório Barca<sup>121</sup>

As chaves desta leitura territorial foram potenciadas pela regionalização como motor de aceleração nos procesos de procura da identidade própria e complexa, realizando um sério esforço no olhar á cidade desde o território. A actuação das Regiões nos anos setenta foi basicamente assumir o planeamento como responsabilidade preferente. Entre 1995 e 2005, muitas regiões adoptaram procedimentos de planificação do território, e aprovaram novas leis que regem a transformação territorial, muito diferente do patrão de partida único, da Lei Nacional 1150/1942. Deu-se um duplo processo de standardização e singularização territorial: Uma adaptação generalizada do planeamento estratégico em função das indicações da União Europeia (UE) com o fim de aceder aos

---

implicação da escala regional, onde a Região Véneta pode ser um bom exemplo.

<sup>120</sup> Estes pactos se relacionam conceitualmente com os pactos territoriais para emprego desenvolvidos no Norte do Alentejo, Vale de Sousa e Marinha Grande.

<sup>121</sup> Vide [http://www.eurada.org/site/files/Regional%20development/Barca\\_report.pdf](http://www.eurada.org/site/files/Regional%20development/Barca_report.pdf), relatório da autoria de Frabrizio BARCA

fundos comunitários, ao mesmo tempo que as legislações territoriais tem procurado a singularidade proveniente da identidade territorial específica.

O relatório Brundtland<sup>122</sup>, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU em 1987 é o ponto de partida para uma série de iniciativas com maior presença nestas questões. De modo particular poderemos remarcar as iniciativas que perseguem o cumprimento das directivas em matéria de Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) de 1985 e a Avaliação Ambiental Estratégica (EAE) que se iniciou em 2004, nos países da EU.

### **Nível e tipologia dos instrumentos urbanísticos**

Os instrumentos urbanísticos diferenciam-se em função dos níveis de planeamento e âmbitos de intervenção, assim como das funcionalidades para os quais foram criados.

O planeamento urbanístico organiza-se em Itália segundo três níveis: regional (planos territoriais), provincial (planos supra

---

<sup>122</sup> O nome deve-se á primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, quem chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto.

comunais) e comunal (Planos reguladores gerais- PRG) Existe um instrumento de nível superior que é o PTC (**Piano Territoriale di Coordinamento**)

O P.T.C. implica grandes áreas e implicitamente, questões mais complexas de planeamento e interesse global. Dedicase, fundamentalmente, á eficácia dos programas ligados aos diversos sectores públicos e privados. A lei de Planificação de 1942 já previa este tipo de planeamento, em contraposição a épocas anteriores, com resistência a qualquer forma de descentralização administrativa. Em meados dos anos sessenta, o Instituto Nacional de Urbanismo (INU) apresentou o Código de Planeamento Urbano, mas o cumprimento dos requisitos de planeamento não foram uma realidade até setenta, ainda que estivessem em pleno funcionamento nas regiões.

O conteúdo dos P.T.C.

O conteúdo dum P.T.C. divide-se nas seguintes áreas de análise e definição formal:

- As áreas de trabalho e produção (O programa de PTC define assim as condições mais favoráveis para os assentamentos agrícolas, industriais, comerciais, turismo);
- Assentamentos urbanos e rurais (as áreas residenciais devem ser distribuídas em relação aos centros de emprego e produção);
- Áreas de maior presença paisagística e lugares de ócio e o resto (O objectivo é melhorar a qualidade do meio ambiente em geral e especificamente nos espaços de residência e trabalho);
- Os serviços e equipamentos sociais (centros de saúde e escolas, parques e zona urbana);
- A rede de comunicações e transportes

### **(P.T.P.) Piani Territoriali Paesistici – Planos territoriais paisagísticos**

Os P.T.P. definem os requisitos para o desenvolvimento harmónico das áreas globais que devem ser protegidas em função das suas potencialidades. Ainda que com uma previsão

inicial legislações anteriores (Lei 29.06.1939 n.1497 sobre a protecção da beleza natural), os PTP foram finalmente efectivos na Lei N ° 431 09/08/1985 (ley Galasso) para a protecção de áreas de especial interesse ambiental.

O conteúdo de P.T.P.

O P.T.P. deve:

- Estabelecer zonas de “amortecimento” sujeitas ao perímetro da paisagem, objecto de intervenção, e a relação entre os espaços abertos e as suas áreas de produção;
- Estabelecer as normas para os distintos tipos de edifícios em relação às características do meio ambiente e predefinir a distribuição territorial com o fim de proteger o espaço planeado;
- Ditar as directrizes para a eleição da flora e a sua distribuição.

### 6.1.3.2.A visão espanhola

O modelo de planeamento territorial anterior à Espanha das autonomias (1978) era marcadamente hierárquico, centralizado e funcional. Um modelo baseado numa gestão tecnocrática dos recursos naturais à margem dos condicionamentos de tipo físico, de acordo com os interesses económicos dominantes gerais e específicos de determinados sectores industriais: grandes empreiteiros de construção, de equipamento hidráulico, sector eléctrico, etc.<sup>123</sup>

Tratava-se em qualquer caso dum modelo de planeamento focalizado para o urbano. A *Ley del Suelo* de 1964 foi, certamente, o maior expoente desta situação, quer na sua redacção, quer nos seus conteúdos

Criou-se uma situação paradoxal. Dum lado, o país desde meados do século XX desenvolveu uma legislação urbanística com algumas referências à paisagem, ainda que bastante inoperante. Era uma legislação centrada só na gestão das cidades consolidadas. Ao mesmo tempo, não existia um

---

<sup>123</sup> FROLOVA, Marina *La evolución reciente de las políticas de paisagem en España e o convenio europeo del paisaje* in Rev. Proyección, nº 6, Vol.1, ano 5 – 2009. ISSN: 1852-0006

“corpus” jurídico capaz de abordar problemas ou transgressões ambientais, pelo simples facto que conceitos como “*sostenibilidad e protección del medio ambiente*”, “*protección del patrimonio cultural*”, etc.” não estavam conceptualmente definidos o que impossibilitava a sua adequada gestão desde o plano legal. (Tarroja Coscueta, 2008; Hervás Mais, 2009).

Na mesma linha do referido anteriormente, a legislação sobre a gestão dos recursos naturais protegidos limitava-se à consideração das paisagens singulares e, na maioria dos casos, a partir de uma perspectiva estática e conservadora. Ao mesmo tempo, a maior parte das transformações do território espanhol decorreram sobre os espaços abertos não protegidos (Tarroja Coscueta, 2008).

Até o presente não existiu em Espanha um tratamento sistematizado e unitário das paisagens, como instrumento de planeamento e ordenamento do território. Esta característica, inerente ao reconhecimento das competências administrativas das diversas regiões<sup>124</sup> nesta matéria, só colide com os

---

<sup>124</sup>Os fundamentos da CEO foram recolhidos pelas respectivas legislações regionais sobre a paisagem, promulgadas pela Comunidad Valenciana em 2004, Cataluña em 2005 e Galicia em 2008. Também existem referências particulares para estes aspectos nas respectivas

interesses de áreas paisagísticas que estejam distribuídas entre duas ou mais regiões. Dai a existência de um desenvolvimento muito dispar nesta matéria, sublinhando os esforços de Catalunya (através do Observatório da Paisagem dirigido pelo recente prémio nacional de Investigação Joan Nogué) os esforços realizados na Andaluzia por Florencio Zoido como cabeça mais visível e outras regiões como Galicia<sup>125</sup>, Valência e Canárias fundamentalmente.

Apesar do grande interesse cultural e científico, a incorporação do conceito “paisagem” na política de gestão territorial foi desenvolvida de forma arritmica, com avanços e sucessivos bloqueios. Só nestes últimos anos, o avanço foi evidente a partir da aprovação do CEP<sup>126</sup>.

A existência da redistribuição de competências de carácter territorial nas regiões motivou diversos problemas quando as unidades paisagísticas ou os grandes elementos vertebradores

---

legislações regionais de Andalucía, Navarra, Asturias, Extremadura, País Vasco, Murcia, Castilla-La Mancha, Aragón, Castilla e León, Baleares, Cantabria, Madrid, Canarias, La Rioja

<sup>125</sup> Galicia aprovou a sua lei de protecção da paisagem em Julho de 2008, sendo Director Geral do Turismo o professor Ruben Lois entre 2005-2009

<sup>126</sup> Convénio Europeu da Paisagem (CEP)

territoriais ultrapassavam estas escalas. Tal é o caso dos rios, com problemas de competências ainda não resolvidos.<sup>127</sup>

### **Necessidade de um Plano Nacional de Paisagens Culturais<sup>128</sup>**

Perante este cenário ainda heterogéneo o Instituto do Património Cultural de Espanha, do Ministério de Cultura, lançou no ano 2002 o Plano Nacional de Paisagens Culturais para desenvolver num período de dez anos através de Planos directores específicos.

Esta acção justificou-se pela complexidade dos temas que respeitam ao Património Cultural, não só pela sua própria essência, por aglutinar componente de diversa natureza, mas também pelo número e características dos actores implicados.

O PNPC baseia, quer a sua filosofia e conteúdos quer nos conceitos básicos os seguintes elementos legais:

1.-Convenção do Património Mundial da UNESCO, Paris 1972. Ratificada por Espanha, BOE

---

<sup>127</sup> Os exemplos dos problemas da água no “*trasvase Tajo-Segura*” ou a disputa legal acerca da bacia hidrográfica do Guadiana e Guadalquivir, são exemplos destes problemas

<sup>128</sup> No que segue PNPC como acrónimo

01/07/1982. Em 1992, a Convenção do Património Mundial adoptou uma medida importante para fomentar a protecção das Paisagens Culturais, definidas como a acção combinada da natureza e o ser humano. Esta convenção estabeleceu três categorias de paisagens, reflectidas na definição de Paisagem Cultural deste documento.

2.-A Convenção Europeia da Paisagem do Conselho de Europa, Florença 2000. Assinada por Espanha em 20 de Outubro de 2000. Actualmente em processo de ratificação. Ainda que dum modo genérico, esta Convenção oferece um novo e sólido marco para enquadrar a paisagem num primeiro plano das políticas europeias em matéria de Património Cultural e Médio Ambiente.

O PNPC substancia a sua base legal na Constituição Espanhola, artigos 46 e 149.2, e deverá ter em conta para o seu desenvolvimento as diferentes Leis, ordens, decretos, etc. de carácter nacional e local em matéria de Património, Meio Ambiente, e Ordenamento Territorial.

### 6.1.3.3 A visão portuguesa

A perspectiva portuguesa só poderá ser definida como unitária global, com redacção controlada por órgãos estatais e nacionais de planeamento, embora sujeita ao controlo e aprovação de diversos elementos de carácter regional (CCDR)

A estrutura territorial deve corresponder às diversas figuras de planeamento de escala superior já previstas e parcialmente desenvolvidas. O elemento fulcral a escala nacional é o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território<sup>129</sup>.

Os planos sectoriais e os PROT servem de suporte para outras escalas inferiores de planeamento.

A previsão para o Continente é a seguinte:

Define-se uma macroestrutura baseada em quatro Áreas Metropolitanas: Porto, Lisboa, Algarve e os aglomerados de cidades do centro (Coimbra, Figueira da Foz, Leiria,...).

Estas novas centralidades devem configurar o esquema fulcral que permitam em paralelo a outros conceitos territoriais,

repensar algumas questões e acções posteriores. Uma delas é a questão urbana, num território europeu caracterizado pela competitividade e de acordo com uma Europa das Regiões. Isto é, a estratégia de novas estruturas capazes de avançar com certas potencialidades.

Partindo desta base a própria Direcção Geral responsável pelo Território já define as suas preferências até na sua designação: “Direcção Geral de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento das Cidades”. Estamos deste modo, perante um conceito fundamentalmente urbano em harmonia com as potencialidades do resto do Território.

Descendo na escala territorial, a falta de harmonização intermunicipal determina em muitas ocasiões algumas duplicidades funcionais que acabam por se sobrepor entre si. Raros são os casos de planos intermunicipais no que respeita a Portugal. Deste modo provocam-se problemas de articulação e investimentos insuficientemente racionalizados.

A chegada de fundos comunitários revelou a necessidade de repensar os esquemas de distribuição, mas também a lógica da sua aplicação. De facto, o somatório dos fundos estruturais da União Europeia (FEOGA, Fundo Europeu de Orientação e de

---

<sup>129</sup> Aprovado por Lei 58/2007 de 4 de Setembro. No que segue PNPOT

Garantia Agrícola, FSE (Fundo Social Europeu), FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) supõem um terço do orçamento da União Europeia, tendo sido Portugal um dos seus maiores beneficiários, em décadas anteriores.

No início, os planos previstos para a escala europeia revelaram uma maior preocupação pelos problemas de carácter infra-estrutural. Este tipo de investimentos, além dos problemas referidos nos sistemas gerais do território, contemplava a implantação de equipamentos singulares que deveriam reforçar determinadas funcionalidades, potenciando assim a cidade, no seu conjunto. As estratégias urbanas integrais apareceram nesta linha de investimentos, com os programas Urban, Polis, e posteriormente, as visões intermunicipais, através duma perspectiva mais ligada à Paisagem.

Infelizmente, os resultados revelam a falta de articulação na implantação territorial de alguns equipamentos, que nasceram de perspectivas individualizadas e não valorizaram a lógica dos condicionamentos territoriais. Na verdade, se esta lógica tivesse sido aplicada, teria permitido uma maior racionalização dos investimentos e até uma maior rentabilidade dos sempre escassos recursos económicos e energéticos.

Por um lado, foram desenvolvidos percursos paralelos onde existiam fundos europeus e, por outro, estavam a ser definidas reestruturações territoriais. Outro factor determinante foi o referendo de 1998 que impediu, até hoje, a implantação dum modelo regional administrativo similar a outros países da Europa.

Os Programas de Acção Territorial (PAT), previstos desde 1998, são chamados a concretizar os princípios da contratualização e da coordenação, consagrados no artigo 5º da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU).

Supostamente estes instrumentos seriam particularmente úteis para a coordenação das actuações entre o Estado e as autarquias em matéria de desenvolvimento territorial, conferindo transparência e segurança aos investimentos públicos no território dos municípios e credibilidade às políticas de ordenamento do território e de urbanismo, nomeadamente as que são expressas através dos instrumentos de gestão territorial. E os resultados expectáveis seriam ainda maiores desde que houvesse uma interacção entre os PAT e as respectivas revisões do planeamento municipal que actualmente afecta dois terços dos municípios portugueses.

Todavia, decorrida mais de uma década sobre a introdução da figura no nosso sistema de gestão territorial e não obstante as suas virtualidades, verifica-se que a sua aplicação tem sido muito escassa.

A DGOTDU publicou um Guia com o objectivo de estimular os principais interessados potenciais na utilização dos PAT - as autarquias locais, os organismos da Administração central que são responsáveis pela prossecução da política de ordenamento do território e de urbanismo e pela prossecução das principais políticas sectoriais com impacte territorial significativo e os grandes agentes privados que actuam no território. Apesar do tempo decorrido, os impactes desta figura de planeamento ainda estão por se constatar.

Recentemente a DGOTDU publicou dois trabalhos de interesse referidos á paisagem e às práticas territoriais.

O primeiro deles, intitulado “A paisagem na revisão dos PDM”<sup>130</sup> fornece uma informação prática face á definição das

---

<sup>130</sup> CANCELA D'ABREU, Alexandra; OLIVEIRA, Rosário; BOTELHO, Maria José; AFONSO, Marta: “A paisagem na revisão dos PDM .Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal” DGOTDU, Setembro 2011.

diversas unidades de Paisagem tomando como referência um estudo piloto no concelho de Óbidos. Fica de algum modo, oficializado um método de aproximação ao problema territorial e a paisagem sacralizando as diferenças entre Território e Paisagem (anexo I) e propondo uma metodologia específica para estas definições de unidades (anexo III)

A segunda destas publicações sob o título “Guia dos programas de Acção territorial”<sup>131</sup> refere diversos instrumentos propostos para uma maior coordenação territorial entre as diversas Instituições, tendo como ponto de partida o PROT do Algarve

---

<sup>131</sup> CABRAL, João (coord.) “Guia dos programas de Acção territorial” in Documentos de Orientação DGOTDU 1-2010 edição digital de Outubro de 2011.

## 6.2. O projecto territorial como estratégia política.

Durante este 3º ciclo de lições pudemos constatar a complexidade dos actores e factores que entram em jogo na questão territorial. Numa situação de *urban sprawl*, de cidade difusa, estes problemas são ainda mais evidentes. Por tudo isto a região de Porto já passou: Bastaria observar a resolução do transporte metropolitano da região de Porto, observando as dificuldades para implantar uma adequada circunvalação de Porto para poder ter exemplos positivos e negativos desta complexidade.

*Uma frase poderá resumir tudo o anterior dito: Sprawl policies for sprawl territories:* Políticos confusos para territórios difusos.

Hoje, podem dar-se melhores condições para articular soluções territoriais, coincidindo infelizmente com um marco de restrições económicas de todo o tipo. Tivemos oportunidade de fazer as coisas do melhor modo, mas não conseguimos. Nestas acções coordenadas a paisagem será mais um elemento em jogo, onde a visão da paisagem como motor de acções, como motor de desenvolvimento, poderá ser mais uma sinergia, que nasce mesmo dum esforço colectivo: a criação da própria paisagem acaba por ser mesmo isto: uma sinergia.

Políticas, planos e projectos de desenvolvimento sustentável deveriam ser baseados em avaliações de identidades territoriais naturais e culturais relacionadas com a paisagem. Esta é a razão pela qual os estudos da paisagem deveriam ser reforçados e alargados. Numa situação óptima seria desejável que os estudos fossem desenvolvidos de acordo com uma perspectiva de investigação aplicada, tomando o Território como o próprio laboratório.

A 23ª Sessão da Conferência Europeia Permanente para o Estudo das Paisagens Rurais, intitulada “Paisagens, Identidades e Desenvolvimento”, decorreu em Lisboa e Óbidos em Setembro de 2008.<sup>132</sup> Neste evento ficou provada a validade dos estudos fundamentais e aplicados da paisagem como plataforma transdisciplinar. Na prática isto significaria poder responder aos requerimentos feitos segundo perspectivas bifocais: “tempo-espaço” e “local-global” não deixariam de estar presentes neste esquema de complexidade.

Sente-se de modo implícito neste percurso que é preciso considerar a implementação de metodologias para projectos

---

<sup>132</sup> Mais informação no site: <http://tercud.ulusofona.pt/PECSRL/PECSRL2008.htm>

territoriais como ferramenta de decisões. E surge uma necessidade: a informação adequada para esta tomada de decisões. A informação como arma estratégica neste processo.

Uma sociedade informada<sup>133</sup> é vital para atingir estes objectivos. A proposta duma base de dados gerada pelo OPPTerr não é mais do que uma tentativa de cruzamento de dados, numa plataforma interdisciplinar.

Na abordagem do projecto territorial cabe questionar a importância da Convenção Europeia da Paisagem do ano 2000. Dez anos depois as adaptações regulamentares das diversas legislações mais rigorosas e amplas, são escassas (Catalunha, Comunidade Valenciana), ainda que estejam a ser elaboradas leis específicas (Chipre, Croácia e Walónia, na Bélgica) ou mesmo inserção e ampliação dos instrumentos legais mais alargados (Holanda, Irlanda, Itália, Walónia). Porém, estas adaptações estão a ser levadas a cabo, consoante o ritmo legislativo de cada um.

Simultaneamente, estão a ser preparadas medidas que reforcem o sentido institucional da paisagem, entre as quais

mencionamos: A criação do Conselho Nacional da Paisagem, em França; a figura do Conselheiro Nacional da Paisagem, na Holanda, que tem o seu equivalente no Defensor do Povo, mas neste caso, com influência real.

---

<sup>133</sup> Diferenciamos neste caso “sociedade informada” de “sociedade com informação”

### 6.3. O conceito de projecto territorial: A auto-estrada A-22

A auto-estrada A-22 é um elemento vital na estruturação das comunicações entre a Europa Central e a Itália, cruzando o conjunto dos Alpes, na vertente do vale do Adige. No âmbito de qualquer estudo de análise paisagística é admitida a ideia de propor uma bacia hidrográfica como unidade de paisagem. No decorrer destas experiências didácticas optamos por propor novas unidades de paisagem baseadas nas infra-estruturas, como uma parte inseparável das nossas paisagens actuais. A sistematização da estrutura A-22, com um fluxo de trânsito maior e os seus afluentes com fluxos menores, é entendida como uma unidade de paisagem. Consiste em tomar a A-22 como elemento vertebrador, como objecto do projecto.

A A-22 deveria passar a ser um elemento de ligação transversal e não uma barreira, ou estrutura que dificulta as relações este-oeste, as relações transversais á mesma.

O projecto resulta da acção combinada da empresa concessionária da A-22 (Autostrada do Brennero SpA – Brennerautobahn AG) com a Universidade de Trento (Curso de Ingegneria Edile-Architettura) e mais especificamente com a

cadeira de Progettazione Urbanistica e Territoriale comandada pelo Professor Giuseppe Scaglione.

Este trabalho, produto de quatro anos com os alunos do quarto ano, começa a produzir alguns frutos, depois de ter identificado alguns tópicos objecto duma peculiar atenção. O tema das barreiras acústicas e/ou a auto-estrada como fonte de energia; o tratamento das áreas de serviço como elementos-montra da capacidade produtiva do país, tomando como referentes principais o vinho e os produtos lácteos; a ideia da paisagem e a promoção duma maior acessibilidade no âmbito duma perspectiva de sustentabilidade em paisagens como são os Alpes dolomíticos, Património da Humanidade, são temas recorrentes neste conceito que parte da ideia do Território como laboratório onde os alunos são formados na resolução dos problemas de composição arquitectónica na escala territorial, tendo em conta uma possibilidade a explorar: *Glocal* como alternativa projectual.

... no final o Homem ...

#### 6.4. Algumas questões finais

Uma das medidas prioritárias previstas no PNPOT foi a seguinte:

*Elaborar e implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma política nacional da Arquitectura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da Arquitectura e da Paisagem, tanto no meio urbano como no meio rural (2007-2013)*<sup>134</sup>

Esta proposta foi contestada por diversos colectivos, nomeadamente o PROGEO<sup>135</sup> no seu documento intitulado: "Parecer sobre o programa nacional da política de ordenamento do território" onde reclamam uma maior atenção para os vestígios geológicos na consideração da paisagem:

<sup>134</sup> Ponto 10.1 art.1 das medidas prioritárias. In PNPOT, pag 32

<sup>135</sup> PROGEO- Grupo português de European Association for the Conservation of the Geological Heritage

*Objectivo específico: Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural. Tal como no objectivo anterior, também neste se deverá ter em atenção a importância dos aspectos geológicos, nomeadamente os geomorfológicos, nas políticas relacionadas com as paisagens naturais e culturais.*

No plano académico o geógrafo Zoran ROCA propunha já em 2009 :<sup>136</sup>

*O Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens deveria ser um documento autónomo, pois as acções incluídas não podem ser formatadas de forma pulverizada em 308 PDMS ou em 8 PROTs com um carácter sobretudo estratégico. No entanto, o Programa não deveria estabelecer juízos de valor sobre a valia das paisagens, devendo antes ancorar-se numa intensa prospeccção participativa sobre as relações entre qualidade ambiental e cénica (tecnicamente fundamentadas),*

<sup>136</sup> ROCA, Zoran: Paisagem, identidade territorial, desenvolvimento e terrafília. Sessão de Debate e Reflexão sobre Política Nacional de Arquitectura e Paisagem. Palácio de Monserrate, Sintra, 11 de Março de 2009

e a topofilia e a terrafilia (descortinando os “resíduos/desvios” entre estes dois conceitos).

Numa situação absolutamente alterada por um quadro de crise global, a pequena escala recupera algum interesse, e inicia-se um regresso forçado às estruturas agrárias previamente abandonadas. O ciclo da edificação dum território devastado em décadas anteriores permite um regresso às tarefas de reconstrução dm território, onde as palavras de ANSIS –VELIS recobram alguma atualidade:

*“Otras soluciones propuestas para paliar la desorganización del paisaje, como los parques agrícolas, la selección de paisajes o monumentos aislados a proteger –enlazando con los términos homogeneización/ heterogeneidad de los paisaje (de la Fuente de Val et. al., 2006)-, su mantenimiento para fomento del turismo rural -con la introducción de conceptos como autenticidad, mercantilización y globalización- (Buijs et al., 2006; Swaffield & Primdahl, 2006)-, la recuperación de terrazas destinadas a pastos junto a zonas forestales con el fin de prevenir incendios (Lasanta et al., 2006), la reforestación de áreas agrícolas abandonadas bien*

*gestionadas (Benjamin et al., 2005), o desarrollo de la agricultura ecológica, la introducción de plantas aromáticas e medicinales, o de cultivos energéticos en aquellas zonas cuya extensión lo hiciera rentable (Parlamento Europeo, 2003), requiere del consenso entre los propietarios de las tierras y las políticas regionales, nacionales e europeas (Pinto-Correia et al., 2006), e son, como hemos comentado, de difícil aplicación en numerosas áreas de nuestro territorio, debido fundamentalmente a problemas de rentabilidad y a la falta de mano de obra. .”<sup>137</sup>*

---

<sup>137</sup> S. ASINS –VELIS. Abandono de terrazas agrícolas: procesos de erosión e desorganización del paisaje, nas Actas Jornades sobre Terrasses i Prevenció de Riscs Naturals Palma de Mallorca 2007

O ciclo de lições tentou percorrer diversas questões que julgo fundamentais para um estudante de Arquitectura, para a finalização dos seus estudos universitários e que o habilita a desenvolver a sua profissão:

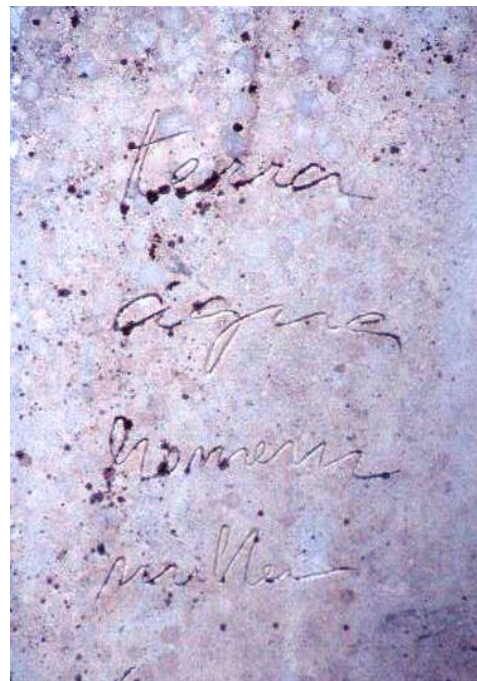
- 1.- A necessidade de não esquecer o lugar como ponto de partida basilar para a formulação do projecto.
- 2.- A necessidade de abrir olhos para as outras áreas de conhecimento que ocasionalmente são muito úteis para se poder explicar determinadas questões referentes ao Homem, que no final é o objectivo final dos nossos esforços.
- 3.- A necessidade de ler, ainda que seja pouco, mais devagar, e percebendo o conteúdo total. Nestes tempos de exuberância formal houve pouca leitura e menos reflexão. É neste ponto que estamos.
- 4.- A necessidade de repensar as diferentes escalas na reflexão do projecto
- 5.- Projectar é prever, poder ver previamente, antecipar-se aos problemas. Não constatar
- 6.- Da interrelação entre as escalas sai a devida contextualização projectual.

7.- A complexidade territorial precisa duma visão dupla: análise, mas também síntese.

8.- A paisagem serve de elemento de síntese, onde vemos reflectidas identidades e irreflexões; sucesso e fracassos magnificados na presença do factor tempo.

9.- Os territórios acabam por ser sempre os laboratórios mais eficazes para a aprendizagem desta bela profissão.

10.- Apesar do anteriormente exposto, o trinómio que deu origem a esta reflexão: Terra, Água e Homem, como bases para um projecto territorial, continua a vigorar.



...mas falta mesmo um quarto termo: a **Mulher**.

## Referencias Bibliográficas

- A.A. V.V. (a cura di Francesco Indovina e Flavia Faccioli) Enciclopedia di Urbanistica e Pianificazione territoriale - Franco Angeli Milano 1988 - Dieci Volumi non ancora tutti realizzati Volume IX - Legislazione – Contenzioso
- AA VV. "QUOD.Quality of Design.Dottorato internazionale di ricerca". Ed. List Barcelona 2010. ISBN-9788895623184
- A. D. (2002) *Patrimoni de marjades a la Mediterania occidental, uma proposta de catalogació*. Projet
- ALMEIDA, Joao Rosas Nicolau de. Vitivinicultura Duriense : contributo para uma actualização Separata de "Observatório", Revista do Sector de Acção Cultural da C. M. de Vila Nova de Gaia, nº 1, Dez., 1990
- ALVES, Aurora (DSPPAA – DPRTD) e SANTOS Henrique (DSPPAA – DPRTD). Custos de Investimento e deManutenção da Cultura da Vinha na Região do EDM. In revista "O Minho. A terra e o Homem", 2002
- ANTROP, M. (2006) Sustainable landscapes: contradiction, fiction or utopia? *Landscape and Urban Planning*75, pp. 187-197.
- ASINS-VELIS, S. (2006) Linking historical Mediterranean terraces with water catchment, harvesting and distribution structures. *Proceedings of the First Conference on Crop Fields and Garden Archaeology*. Barcelona 1-3 Junio, 2006.
- ASINS-VELIS, S.(2007): "*Abandono de terrazas agrícolas: procesos de erosión e desorganizaçã o do paisagem*" in Actas Jornades sobre Terrasses i Prevençió de Riscs Naturals Palma de Mallorca
- BASTIAN, O.; KRÖNERT, R.; LIPSKÝ, Z. (2006) Landscape diagnosis on different space and time scales – a challenge for landscape planning. *Landscape Ecology* 21, pp. 359-374.
- BELANDO, R. (1990) *Realengo e señorío NoAlto e Medio Vinalopó: Génesis de as estructuras de propiedad da terra*. Alicante: Caja de Ahorros Provincial; Secretariado de Publicações da Universidad de Alicante.
- BENJAMIN, K.; DOMON, G.; BOUCHARD, A. (2005) Vegetation composition and succession of abandoned farmland: effects of ecological, historical and spatial factors. *Landscape Ecology* 20, pp. 627-647.
- BERQUE, Augustin, CONAN, Michel, DONNADIEU, Pierre; LASSUS, Bernard, ROGER, Alain, "Cinq propositions pour une théorie du paysage ». Ed Champ Vallon, 1994

BERQUE, Augustin “Des Toits, des Étoiles” In “Annales de Recherche Urbaine” n° 74, Dez. 1995

BESIO, M. (2004) Le Cinque Terre: una presentazione. *Atti do Convegno Internazionale LIFE 00 ENV/ IT/000191. P.R.O.S.I.T.* Castello di Riomaggiore, Riomaggiore, Italia. 26 luglio 2004.

BONET CORREA, Antonio. “Variações sobre o tema dell Paisagem” in *Paisaxe e Cultura* (Galaxia, 1955)

BORGES, Pedro Maurício de Loureiro Costa. “O desenho do território e a construção da paisagem na ilha de S. Miguel, Açores, na segunda metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas.” Tese de doutoramento apresentada na Univ. de Coimbra em 2007

BOUHIER, a. “Galicia. Ensaio xeográfico de análise e interpretação dun vello complexo agrario, Santiago de Compostela. Ed Xunta e Galicia A edição original é publicada em francés: La Galice: Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agricole “ Poitiers, Université de Poitiers, 1979”

BRANDT, J.; PRIMDAHL, J.; REENVERG, A. (1999) Rural land-use and dynamic forces – analysis of driving forces in space and time. En R. Krönert *et al.* (eds.) *Land-use changes and their environmental impact in rural areas in Europe*. UNESCO, Paris, pp. 81-102.

BUENO, Francisco da Silveira. Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa: Vocábulos, expressões da língua geral e científica -sinônimos contribuições do tupi-guarani. Santos: Editora Brasília Limitada, São Paulo, 1974.

BUIJS, A.; PEDROLI, B.; LUGINBÜHL, Y. (2006) From hiking through farmland in a leisure landscape: changing social perceptions of the European landscape. *Landscape Ecology* 21, pp. 375-389.

BÜRGI, M.; HERSPERGER, A. M.; SCHNEEBERGER, N. (2004) Driving forces of landscape change – current and new directions. *Landscape Ecology* 19, pp. 857-868.

BURNS, Carol J., KAHN, Andre: “Site Matters. Design Concepts, Histories and Strategies” Ed Routledge. New York, 2005

BURTON, R. J. F.; Wilson, G. A. (2006) Injecting social psychology theory into conceptualisations of agricultural agency: Towards a post-productivist farmer self-identity? *Journal of Rural Studies* 22, pp.95-115.

BUTZER, K. W. (2005) Environmental history in the Mediterranean world: cross-disciplinary investigation of cause-and-effect for degradation and soil erosion. *Journal of Archaeological Science*, 32, 2005, pp. 1773-1800.

CABANAS, Ana. "Lo que queda de as agras. La evolución do paisagem agrario en Galicia.: A terra Chá: 1954-1968" , in Ager, revista de estudos sobre despoñación e desarrollo rural., nº 7, 2008, Universidad de Zaragoza.

CABRAL João (coordenação científica), CATITA Ana (coordenação geral), PINHO Ana, DUARTE Anabela, GONÇALVES Fernando, CALDEIRA Josué, FERREIRA Maria de Fátima, PINHEIRO Zélia, *Guia dos programas de acção territorial* Documentos de Orientação 01/ 2011 | EDIÇÃO DIGITAL | DGOTDU Outubro de 2011

CAMPELO, Álvaro. 2010 "*Espaço, construção do mundo e as suas representações*", pag 194 In Dos montes, das pedras e das águas, ed. Ana Bettencourt; Lara Bacelar Alves, 191 - 206. ISBN: 978-989-8351-02-9. Braga: CITCEM; APEQ

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J. "La función dos centros nodais na vertebración territorial de Extremadura".in *Revista de Estudios Territoriais*, 3. MOPU CEOTMA Madrid, 1981

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J."Ordenação dos asentamientos humanos cacereños de cara a la autonomía regional".in *NORBA. Revista de Arte, Geografía e Historia*, Vol. VI. nUNEX, Cáceres, 1983

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J."Extremadura: o sistema urbano e la estructura comarcal". *Geografía de España*. Ed Planeta ,Barcelona 1991

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J."O sistema de asentamientos humanos e as relações territoriais. *Estudio de as regiones fronterizas de España e Portugal*. Departamento. de Geografía e Ordenação do Território.. C.E.E. Cáceres 1992

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J."Los Caminos de Santiago: ciudades e recursos turísticos". *Congreso Internacional de Geografía: Los Caminos de Santiago e o Território*. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1993

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J."La política comunitaria sobre medio ambiente urbano e su aplicación a Extremadura". *Desarrollo Regional de Extremadura*. Cámara Oficial de Comercio e Industria de Cáceres, 1993

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J. "Integração de políticas urbanas Noplaneamiento general, especial e estratégico (I-II e III)"in rev.: *Habitex: Arquitectura, Vivienda e Ciudad*, nºs 14-15 e 16. Cáceres, Revista Independiente (Director Joaquín Bohórquez Sánchez, Arquitecto). Mayo-Diciembre. Cáceres, 2002

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J."Espaço Natural e Espaço Urbano". En DETHIER, J. (Dir.). *Cáceres. o Espiritu de as*

*Ciudades de Europa*. Fonds Mercator, Fundação Academia Europeia de Yuste, Antwerpen.Caja Extremadura 2004

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.-J. "La ordenação territorial da Extremadura do século XXI". In rev.*TERRITORIS, Revista do Departament de Ciències da Terra*, Segona època, nº 4 . Universitat de les Illes Balears.Palma de Mallorca, 2004

CANCELA D'ABREU, Alexandra,OLIVEIRA, Rosário,BOTELHO, Maria José,AFONSO, Marta: "A paisagem na revisão dos PDM .Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal" DGOTDU, Setembro 2011.

CANIGGIA, Gianfranco et al., *Tipologia da Edificação*, Ed Gustavo Gili.Barcelona p.147

CARDESÍN DIAS, JM: "Terra, trabalho e reprodução social em uma aldeia gallega (s.XVII-S.XX): muerte de unos, vida de outros." Madrid MAPA., 1992

CARDWELL, M. (2004) *The European ModO of Agriculture*. Oxford University Press.

CASTRO,Zilia Osorio de e LEROU Paule. (coord.) *Piedade popular em Portugal Tomo I Noroeste*, Paris -Lisboa, Letouzey & Ane, 1998

CAVALLARI P., COLAROSSO P. (2008) (a cura di): "SPAZIO PUBBLICO E BELLEZZA NELLA CITTA'", Aracne, Roma, pp. 220

CCE -Comisión de as Comunidades Europeas- (1988a) *Estrategia e acção da Comunidad Nosectorforestal*. COM(1988) 255-1.

CCE -Comisión de as Comunidades Europeas- (1988b) Propuesta de Reglamento (CEE) do Consejo por o que se modifica o Reglamento (CEE) núm. 797/85 relativo a la mejora da eficacia de as estruturasagrarias en materia de repoblación forestal de as superficies agrarias. COM (1988) 255-2.

CCE -Comisión de as Comunidades Europeas- (1998) *Estrategia Forestal da Unión Europea*. COM(1998) 649 final.

CCE -Comisión de as Comunidades Europeas- (2005) Comunicação da Comisión ao Consejo e ao Parlamento Europeo, Informe sobre la ejecución da Estrategia Forestal da UE, COM(2005) 84final.

CCE -Comisión de as Comunidades Europeas- (2006a) Decisión do Consejo de 20 de febrero de 2006sobre as directrices estratégicas comunitarias de desarrollo rural (periodo de programación 2007-2013),(2006/144/CE), L 55/20 Diario Oficial da Unión Europea 25.2.2006.

CCE -Comisión de as Comunidades Europeas- (2006b) *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeo relativa a um Plan de Acção da UE para los bosques*. Bruselas, 15.6.2006. COM(2006) 302 final.

CEC -Commission of the European Communities- (2000) *Indicators for the Integration of Environmental Concerns into the Common Agricultural Policy*. COM (2000) 20 final.

CEC -Commission of the European Communities- (2001) *Statistical Information needed for Indicators to monitor the Integration of Environmental concerns into the Common Agricultural Policy*. COM (2001) 144 final.

CEC -Commission of the European Communities- (2003) Brussels, 21.1.2003. COM (2003) 23 final, Explanatory Memorandum.

CEC -Commission of the European Communities- (2005) *The 2005 Review of the EU Sustainable Development Strategy: Initial Stocktaking and Future Orientations*. COM(2005) 37 final.

COLAROSSO, Paolo e LATINI, Antonio Pietro *“La progettazione urbana Metodi e materiali”* tomo II,. Ed sole 24 ore

COLAROSSO, Paolo (2002 – 2003): *“Il futuro della città. Conoscenze di sfondo e scenari”* quali assetti per le città do future”; progetto integrato di ricerca CNR/Università

COLAROSSO, Paolo (2003): *“Fenomeni, tendenze, scenari per la città do XXI° secolo”* (scenari di assetto futuro per alcune situazioni urbane nelle città italiane; Progetto Strategico CNR *“I futuri della città. Conoscenze di sfondo e scenari”*,

COLAROSSO, Paolo (2003): *“Studio per la qualificazione e il recupero urbano dei viali I. Silone F. T. Marinetti a Roma”* (XII° Municipio Roma, responsabile scientifico);

COLAROSSO, Paolo. (2000), *“Piccole città nella città”*, in *“URBANISTICA INFORMAZIONI”*, n.174, novembre dicembre 2000, pp. 10 – 12.

COLAROSSO, Paolo, E. Piroddi (2001), *“Le zone di ristrutturazione urbanistica”*, in *“URBANISTICA”*, n. 116, gennaio-giugno 2001, pp. 142 – 151.

COLAROSSO, Paolo (2002), *“Tre ragionamenti a favore di uno scenario desiderabile per abitare”*, in M. Besio (a cura di), *“IL VINO do MARE”*, Marsilio, Venezia, pp. 55 – 75.

COLAROSSO, Paolo (2002), *“Spazio collettivo e bellezza della città”*, in C. Mattogno (a cura di), *“IDEE DI SPAZIO, LO SPAZIO NELLE IDEE”*, Franco Angeli, Milano, pp. 145 – 172.

COLAROSSO, Paolo (2003), *“La cultura della piccola dimensione. (A proposito di um modo desiderabile per abitare felicemente lo spazio urbano)”*, in L. De Bonis (a cura di), *“LA NUOVA CULTURA*

DELLE CITTA'”, Accademia Nazionale dei Lincei, Roma, pp. 80 – 96.

COLAROSSO, Paolo (2005), *“I tetti sotto l'ombra degli alberi. Appunti sul centro storico di Beijing (Pechino)”*, in “LINEE do DAU” n. 2, Palombi & Partner, Roma, pp. 42 – 47.

COLAROSSO P. (2008), *“Elementi di estetica urbana”*, in P. Colarossi, A. P. Latini (a cura di), *“LA PROGETTAZIONE URBANA”*, Edizioni do Sole 24 Ore, Milano, pp. 71 – 430.

COLAROSSO P. (2008): *“Progettare con gli alberi. Note per i progetti di miglioramento degli spazi pubblici nella città esistente”*. In: GIUSEPPE IMBESI, RUGGERO LENCI, MARINA SENNATO (a cura di). *NELLA RICERCA. Annali do Dipartimento di Architettura e Urbanistica per l'Ingegneria della Sapienza Università di Roma*. p. 233-258, ROMA: Gangemi Editore

Council of Europe (1985) *Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe*. European Treaty Series - No. 121.

Council of Europe (2000) *Forward planning: The function of cultural heritage in a changing Europe*. Cultural Heritage Division.

Council of Europe (2006) Parliamentary Assembly, Doc. 10928, *Conservation and use of the landscape potential of Europe*.

Report, Committee on the Environment, Agriculture and Local and Regional Affairs. 5 May 2006.

DAUGSTAD, K.; RONNINGEN, K.; SKAR, B. (2006). Agriculture as an upholder of cultural heritage? Conceptualizations and value judgements – A Norwegian perspective in international context. *Journal of Rural Studies* 22, pp. 67-81.

DIAMANTINI C., “Un modello di aggregazione di indicatori per il território alpino”. In: *Alpi e sostenibilità: quali problemi nell'utilizzo di indicatori*, a cura di Eurac Research, Bolzano:EURAC, 2007. p. 82-93. . Atti do convegno: “Alpi e sostenibilità”, Bolzano, 16 novembre, 2006

DIAMANTINI C., “Città e territori lungo il corridoio do Brennero: uno sguardo sovraregionale nella prospettiva della cooperazione competitiva”. *Atlas: rivista quadrimestrale dell'Istituto nazionale di urbanistica, Alto Adige*, 2007, v. XVII, n. 32, p. 23-33.

DIAMANTINI C., “La piattaforma do Brennero”. In: *Reti e territori ao futuro. Materiali per una visione*. Dicoter (a cura di), Roma: Ministero delle Infrastrutture, 2007, p. 259-270.

DIAMANTINI C., GENELETTI D., SCOLOZZI R., *Il sistema informativo della sensibilità ambientale: i valori ecologici*. Trento: Dipartimento di Ingegneria Civile e Ambientale, 2007,

Progetto di riferimento: SISA: Sistema informativo della sensibilità ambientale, per Provincia Autonoma di Trento

DIAMANTINI C., Il corridoio do Brennero e i territori. Trento: Università di Trento. Dipartimento di ingegneria civile e ambientale, 2006, Progetto di riferimento: Itater. L'armatura infrastrutturale e insediativa do território italiano ao 2020. Principi, scenari, obiettivi, per Ministero delle Infrastrutture Dipartimento per la programmazione ed il coordinamento dello sviluppo do território - Società Italiana degli Urbanisti. Roma

DIAMANTINI C., "Planning to Integrate Urban and Ecological Processes: A Case Involving Fluvial Functionality". In: Biological Monitoring of Rivers. Applications and Perspectives. Ziglio G., Siligardi M., Flaim G. (a cura di), Hoboken, N.J. ; Chichester: Wiley, 2006, p. 419-433.

DIAMANTINI C., "Un percorso di sostenibilità ambientale disegnato alla scala regionale: il progetto per lo sviluppo sostenibile do Trentino". In: Temi e indicatori di sostenibilità ambientale in uma regione alpina. Diamantini C. (a cura di), Trento : Temi, 2005, p. 11-49.

DIAMANTINI C. (coord), Temi e indicatori di sostenibilità ambientale in uma regione alpina. Trento : Temi, 2005. p. 386. 88-89706-08-

DIAMANTINI C., Geneletti D., "Reviewing the Application of Sea to Sectoral Plans in Italy: The Case of the Mobility Plan of an Alpine Region". European environment, 2004, n. 14, p. 123-133.

DIAMANTINI C., "L'approccio interdisciplinare ao progetto ambientale: la riqualificazione dell'asta fluviale do Brenta". In: Território e progetto. Maciocco G., Pittaluga P. (a cura di), Milano: Franco Angeli, 2003, p. 270-287.

DIAMANTINI C., Geneletti D., "Implementing sustainability through strategic environmental assessment: indications from the experience of the Autonomous Province of Trento, Italy". In: Sustainable Planning and Development. Beriatos E., Brebbia C., Coccossis H., Kungolos A. (a cura di), Southampton, Mass.: Wit press, 2003, p. 203-211.

DIAMANTINI C., "Selezione di indicatori di sostenibilità per il território alpino: indicazioni dal Progetto per lo sviluppo sostenibile do Trentino". Atlas: rivista quadrimestrale dell'Istituto nazionale di urbanistica, Alto Adige, 2003, v. 25, p. 63-70.

DIAMANTINI C., Miorelli E., "Different Paths of Development (and Territorial Features) in a Mountain Region: The case of Trentino, Italy". Durban:International Geographical Union, 2003. p. 52-. Atti do convegno: "Geographical Renaissance at the Dawn of the Millenium", Durban, 4-7 August 2002

EC - European Commission-, Cork Declaration (1996) *The European Conference on Rural Development*. Cork, Ireland, 7-9 November 1996.

EC - European Commission-, Charter of Krakow (2000) General Direction X, RaphaO Programme. International Conference on Conservation "Krakow 2000".

EC - European Commission- (2001) *Biodiversity Action Plan for Agriculture*. COM (2001) 162 final. Volume III.

EC - European Commission- (2003) *Agriculture and the environment*. Directorate-General for Agriculture.

EC -European Commission- (2004a) *The Common Agricultural Policy Explained*. Directorate General for Agriculture.

EC -European Commission- (2004b) *Environment and forestry. Biodiversity Action Plan for Agriculture: Implementation report*. Directorate F. Horizontal aspects of rural development; SAPARD. F.1. Working document. Prepared in consultation with

EC -European Commission- (2005a) Council Regulation (EC) 1698, *On support for Rural Development by the EAFRD*, 20-IX 2005.

EC -European Commission- (2005b) *Agri-environment Measures: Overview on General Principles, Types of Measures, and Application*.

EC -European Commission- (2005c) *Soil Atlas of Europe*. European Soil Bureau Network. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

EC -European Commission- (2005d) *Trends of some agri-environmental indicators in the European Union*. Report EUR 21565.

ECCO Umberto in "La struttura assente (la comunicazione architettonica e la storia) Milano Ed Bomiani, 1968, pp 207-218

ECNC -European Centre for Nature Conservation, Council of Europe, UNEP (1995) *The Pan-European Biological and Landscape Diversity Strategy*, <http://www.strategyguide.org/fulltext.html> ;

EEA -European Environment Agency- (1995) *Europe's Environment: The Dobris Assessment*. State of Environment report No 1/1995. <http://reports.eea.europa.eu/> ;

EEA -European Environment Agency- (1998) *Europe's Environment: The Second Assessment*. State of Environment report No 1/1998. <http://reports.eea.europa.eu/> ;

EEA -European Environment Agency- (2003) *Europe's Environment: The Third Assessment*. State of Environment report No 1/2003. <http://reports.eea.europa.eu/> ;

EEA - European Environment Agency, UNEP Regional Office For Europe (2004). *High Nature Value Farmland: Characteristics, trends and policy challenges*. EEA report, nº 1, 2004. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

EEA -European Environment Agency- (2005) *Agriculture and Environment in EU-15 – the IRENA Indicator Report*. EEA Report 6/2005.

EEA -European Environment Agency- (2006a) *Progress towards halting the loss of biodiversity by 2010*. EEA Report No 5/2006. <http://reports.eea.europa.eu/> .

EEA -European Environment Agency- (2006b) *Integration of Environment into EU Agriculture Policy—the IRENA Indicator-based Assessment Report*. Report No 2/2006.

EKAMBI-SCHMIDT, Jézabelle . *La percepción del habitat*, Barcelona Ed Gustavo Gili 1974

European Landscape Convention (2000) *European Treaty Series* - No. 176.

EUROSTAT (1999) *Towards Environmental Pressure Indicators for the EU: Indicator Definition*. P. E. M. Lammers, A. J. Gilbert (Eds.), European Commission.

EUROSTAT (2004) *EU Member State Experiences with Sustainable Development Indicators*. European Commission, Theme 8, Environment and Energy. Working Paper. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

FAIRCLOUGH, G.; WIGLEY, A. (2005) *Historic Landscape Characterisation: an English Approach to Landscape Understanding and the Management of Change*. En M. Ruiz do Arbol, A. Orejas (eds.) *Landscapes as Cultural Heritage in the European Research*. Biblioteca de Ciencias, 22. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, pp. 87-106.

FROLOVA, Marina *La evolución reciente de as políticas de paisagem en España e o convenio europeo do paisagem* in *Rev. Proyección*, nº 6, Vol.1, ano 5 – 2009. ISSN: 1852-0006

FUENTE de Val de la, G.; ATAURI, J. A.; de LUCIO, J. V. (2006) *Relationship between landscape visual attributes and spatial pattern indices: A test study in Mediterranean-climate landscapes*. *Landscape and Urban Planning* 77, pp. 393-407.

FUENTES, M. (2004) *Farm management indicators related to the policy dimension in the European Union*. *OECD Expert*

*Meeting on Farm Management Indicators for Agriculture and the Environment*; 8-12 March, 2004; Palmerston North, New Zealand.

GLEBE, T. W. (2003) Multifunctionality: How green is the European ModO of Agriculture? *Discussion papers: Environmental Economics, Resource Economics and Agricultural Policy Research Group*. Alemanha: Technische Universität München.

GONZÁLEZ VÁZQUEZ, IE: "Os começos da politica de concentraçom parcelaria em Galiza. Vale de Barcala, década de 1950" Tesis de Licenciatura inédita da Faculdade de Xeografia e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, 1997

LE GOFF, Jacques. 1984,. *Memória-História*. In *Enciclopédia Einaudi*. V.1. Verbetes "História", "Memória", "Documento / Monumento". Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984

GRASHOF-BOKDAM, C. J.; van Langevelde, F. (2004) Green veining: landscape determinants of biodiversity in European agricultural landscapes. *Landscape Ecology* 20, pp. 417-439.

GUERREIRO, Maria Rosalia P. : O Território e a Edificação: O Papel do Suporte Físico Natural na Génese e Formação da Cidade Portuguesa- Dissertação de Mestrado. ISCTE Lisboa, 2002

GV- Generalitat Valenciana (2001) Orden de 29 de noviembre de 2001, da Conselleria de Medio Ambiente, por la que se establece um régimen de ayudas destinadas a la protecçom, conservaçom e mejora dos espaços forestais da Comunidad Valenciana. DOGV 4.146, de 12 de Diciembre de 2001.

GV- Generalitat Valenciana (2004a) Ley 4/2004 de 30 de junio, da Generalitat, de Ordenaçom do Território e Protecçom do Paisagem. DOGV 4788, de 2 de Julio de 2004.

GV- Generalitat Valenciana (2004b) Orden de 8 de enero de 2004, da Conselleria de Agricultura, Pesca e Alimentaçom, por la que se regulan as ayudas a la utilizaçom de métodos de producçom agraria compatibles con o medio ambiente, correspondientes ao Programa Nacional de Desarrollo Rural para as Medidas de Acompañamiento. DOGV 4.677, de 26 de Enero de 2004.

GV- Generalitat Valenciana (2005). *Informe do Sector Agrario Valenciano 2005*. Estadísticas Agrícolas. Conselleria de Agricultura, Pesca e Alimentaçom; <http://www.agricultura.gva.es/publicações/> ;

GV- Generalitat Valenciana (2006) Conselleria de Território e Vivienda. Decreto 120/2006, de 11 de agosto, do Consell, por o que se aprueba o Reglamento de Paisagem da Comunitat Valenciana. [2006/9858]. DOGV 5.325, de 16 de Agosto de 2006.

HARGROVE, W. W.; HOFFMAN, F. M.; EFROYMSON, R. A. (2004) *A practical map-analysis tool for detecting potential dispersal corridors in rev.. Landscape Ecology 20*, pp. 361-373.

HARRIS, M. 1964. *Le Nature of Cultural lings*. New York: Random House,

HENRIQUES, Claudia Helena Nunes 2003, "Turismo, Cidade e Cultura: Planeamento e Gestão Sustentável", Edições Sílabo, Lisboa, 2003

HERCE VALLEJO Manuel, ed ; MAGRINYÀ F. ; MIRÓ J. *Construcció de ciutat i xarxes d'infraestructures / 2a ed Barcelona : Edicions UPC, 2006*

HERSPERGER, A. M. (2006). Spatial adjacencies and interactions: Neighborhood mosaics for landscapeecological planning. *Landscape and Urban Planning 77*, pp. 227–239.

JACKSON, John Brinckerhoff. "The Necessity for Ruins and other topics", Amherst, University of Massachusetts Press, 1980

JANEIRO, Pedro António. A natureza da arquitectura: o sentido da paisagem in VEREDAS FAVIP - Revista Eletrônica de Ciências - v. 3, n. 1 - janeiro a junho de 2010, pag.95-103

JONGMAN, R. H. G. (2002) Homogenisation and fragmentation of the European landscape: ecological consequences and solutions. *Landscape and Urban Planning 58*, pp. 211-221.

KRISTENSEN, P. (2003) *EEA core set of indicators*, revised version April 2003. Technical report. EEA,Copenhagen.

LASANTA, T.; GONZÁLEZ-HIDALGO, J. C.; VICENTE-SERRANO, S. M.; SFERI, E. (2006) Using landscape ecologyto evaluate an alternative management scenario in abandoned Mediterranean mountain areas. *Landscape and Urban Planning 78*, pp. 101–114.

LOIS GONZÁLEZ, Rubén Camilo "Santiago de Compostela Routes", en *International Conference on Tourism, Religions and Dialogue of Cultures*. Pp. 123-129. World Tourism Organization- Organização Mundial do Turismo. Madrid

LOIS GONZÁLEZ, Rubén Camilo 2009 *Geografía, paisagem e identidade* (editor junto a C. Copeta).. Págs. 257. Ed. Biblioteca Nueva, Col. Manuais Universidad. Madrid.

LOIS GONZÁLEZ, Rubén Camilo "A parroquia e a xeografía de Galicia" (en colaboración con M<sup>a</sup>.P. de Torres), en Xunta de Galicia. Proxecto Parroquias de Galicia, *A parroquia en Galicia. Pasado, presente e futuro*. Pp. 21-57. Xunta de Galicia. Santiago de Compostela.

LOIS GONZÁLEZ, Rubén Camilo “DO bosco reale ao paesaggio imaginato. Differenze tra realtà territoriale e imaginario sociale nella Galicia contemporanea” (em colaboração com F. López Silvestre e M. Pazos), em Clara Copeta (Ed.), *Cartografie, immagini, metafore*. Pp. 115-131. Longo Editore Ravenna. Ravenna.

MACHADO, José Pedro: “Dicionário etimológico da Língua Portuguesa” Ed. Horizonte

MARINO, Sonia. Evoluzione do concetto do paesaggio nella cultura e sue influenze nella normativa e sulla definizione dei destretti rurale. In Actas de Flai CGIL

MARQUES, Teresa Maria Vieira de Sá, “*Dinâmicas territoriais:Portugal na transição do século(XX/XXI)*”tese de doutoramento apresentada Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. 2003

MARTINS João Paulo do Rosário, “Os espaços e as práticas.Arquitectura e Ciências sociais: habitus, estruturação e ritual”, tese de doutoramento FAUTL 2009

C. J. MATHIEU de Dombasle, *Calendrier du Bon Cultivateur Ou ManuO de l'Agriculteur Praticien*, Paris, Bouchard-Huzard, (8.me éd.), 1846,

MAZZOLENI, S.; di PASQUALE G.; MULLIGAN, M.; di MARTINO, P.; REGO, F. (Eds.), (2004) *Recent dynamics of the Mediterranean Vegetation and Landscape*. John Wiley & Sons.

NORBERG-SCHULZ, C., *Genius Loci: Paesaggio, Ambiente, Architettura*, Milano, Electa, 1979

OCDE- Organização para la Cooperação e o Desarrollo Económicos- (2001a) *Indicadores medioambientais para la agricultura. Métodos e resultados* – Vol. 3.

OCDE- Organização para la Cooperação e o Desarrollo Económicos- (2001b) *Agriculture and Biodiversity:Developing Indicators for Policy Analysis*. Proceedings from an OECD Expert Meeting, Zurich, Switzerland.

OCDE- Organização para la Cooperação e o Desarrollo Económicos- (2003a) *Agricultural Impacts on Soil Erosion and Soil Biodiversity: Developing Indicators for Policy Analysis*. Proceedings from an OECD Expert Meeting, Rome, Italy.

OCDE- Organização para la Cooperação e o Desarrollo Económicos- (2003b) *Agriculture and Land Conservation: Developing Indicators for Policy Analysis*. Proceedings from and OECD Expert Meeting,Kioto, Japan.

OCDE- Organização para la Cooperación e o Desarrollo Económicos- (2003c) *Agricultural Landscape Indicators*. Proceedings of the NIJOS/OECD Expert Meeting, Oslo, Norway.

OCDE- Organização para la Cooperación e o Desarrollo Económicos- (2004) *Management Indicators and the Environment*. Proceedings from an OECD Expert Meeting, Palmerston, New Zealand.

PANDAKOVIC Dardo e SASSO Angelo dal. "Saper vedere il paesaggio" Edizioni CittàStudi-Agostini. Novara, 2009,

PARLAMENTO EUROPEO (2002) Decisión nº 1600/2002/CE do Parlamento Europeo e do Consejo, de 22 de julio de 2002, por la que se establece o Sexto Programa de Acção Comunitario en Materia de Medio Ambiente.

PARLAMENTO EUROPEO (2003) Directiva 2003/30/CE do Parlamento Europeo e do Consejo, de 8 de mayo de 2003, relativa ao fomento do uso de biocarburantes u outros combustibles renovables No transporte. Diario Oficial da Unión Europea L 123/42 de 17.5.2003.

PARLAMENTO EUROPEO (2006) *Informe sobre la ejecución da Estrategia Forestal da UE*, Final A6-0015/2006, Comisión de Agricultura e Desarrollo Rural.

PATTER DG X- CE-1999-2001, FODESMA. Departament de Promoció i Ocupació. Consell de Mallorca. Palma,

PINTO-CORREIA, T.; GUSTAVSSON, R.; PIRNAT, J. (2006) Bridging the gap between centrally defined policies and local decisions – Towards more sensitive and creative rural landscape management. *Landscape Ecology* 21, pp. 333-346.

PIORR, H. P.; EIDEN, G.; EPPLER U.; SCHOLZEN, A. (2004) Indicators related to agricultural practices: intermediate results of Eurostat's PAIS project. *OECD Expert Meeting on Farm Management Indicators and the Environment*, 8-12 March 2004, Palmerston North, New Zealand.

PRADA LLORENTE, Esther Isabel. "O Paisagem como arquivo do Território" in Cuadernos de Investigación Urbanística número 40 Enero 2004. DUOT ETSAM Univ. Politécnica de Madrid

PREISS, E.; MARTÍN, J. L.; DEBUSSCHE, M. (1997) Rural depopulation and recent landscape changes in a Mediterranean region: Consequences to the breeding avifauna. *Landscape Ecology* 12, pp. 51-61.

PRIMDAHL, J.; PECO, B.; SCHRAMEK, J.; ANDERSEN, E.; OÑATE, J. J. (2003) Environmental effects of agri-environmental

schemes in Western Europe. *Journal of Environmental Management* 67: 129-138.

RAPOPORT Amos "House form and culture" 1969

Reglamento do Consejo (CEE) Núm. 2078/92, Diario Oficial L 215 de 30.7.1992.

Reglamento do Consejo (CEE) Núm. 2079/92, Diario Oficial L 215 de 30.7.1992.

Reglamento do Consejo (CEE) Núm. 2080/92, Diario Oficial L 215 de 30.7.1992.

RICCI, Mosè. *Natura della città e forma do piano*. Ed Meltemi, Roma 1991

RICCI, Mosè. *Figure della trasformazione*. Ed. Meltemi, Roma 1996

RICCI, Mosè: *100 occhi*. Col, Babele. Ed Meltemi, Roma 2001

RICCI, Mosè, PAVIA, Rosario(coord.) *Rischiopaesaggio*. Col, Babele. Ed Meltemi, Roma 2003

RICCI, Mosè. (coord.) *iSpace*. Col, Babele. Ed Meltemi, Roma 2009

ROBERTS, Brian K. "Landscape of Settlement" Ed Routledge, London. 1996

ROMERO, L. E.; RUIZ, P.; HERNÁNDEZ, L. (2004) Diagnósticos de calidad para la conservação de espaços agrícolas abancalados. Propuesta metodológica para la cuenca do Guinguada (Gran Canaria, Islas Canarias). *Geographicalia* 45, pp. 113-127.

ROOSE, E. (2002) Traditional strategies for soil and water conservation in Mediterranean areas. En Rubio J. L., *et al.* (eds.) *Man and soil at the third millennium*. Logroño: Geoforma Edições, pp. 109-129.

ROSSI, Aldo. "Arquitectura da cidade" Edições Cosmos, Lisboa 2001. É a versão portuguesa de "L'architettura della città" 1967 de Marsilio editori. Padova

ROUGERIE, G; BEROUTCHATCHVILI, N. *Geosystemes et paysages*. Colin Editores, 1991.

SAUER Carl O. "*La morfología do paisagem*" Univ de California Publications: Vol. 2, No. 2, pp. 19-53. October 12, 1925.

SERENI, Emilio, 1961, "Storia do Paesaggio agrario italiano", Bari, Ed. Laterza

SISK, T.; HADAD, N. M. (2002) Incorporating the effects of habitat edges into landscape models: Effective area models for cross-boundary management. En J. Liu & W. W. Taylor (eds.) *Integration landscape ecology into natural resource management*. United Kingdom: Cambridge University Press.

STRANG V., *The Meaning of Water*, 2004. Ed. Berg Oxford,

SWAFFIELD, S.; PRIMDAHL, J. (2006) Spatial concepts in landscape analysis and policy: some implications of globalisation. *Landscape Ecology* 21, pp. 315-331.

TAMM, Carlos. "Escola de Lisboa. Herança e devir pedagógico-didático", trabalho de investigação inédito 1993

THOMPSON, E.P. : "Costumbres en común", Ed Crítica, Barcelona, 1995

TILLEY , Ch. "La fenomenología do paisagem: Lugares rutas e monumentos (Explorações en Antropología)". Ed Berg. 1997

TKWB-Traditional Knowledge World Bank Diseñado por Ipogea [Centro Italiano de Investigación sobre los Conocimientos Tradicionales e Locais], <http://www.tkwb.org>.

TRUBEK Amy B. *The Taste of Place: A Cultural Journey Into Terroir* University of California Press London, 2008

TURRI Eugenio. "Antropologia do paesaggio." Editorial Marsilio, 2008

UNESCO World Heritage: <http://whc.unesco.org/>.

VILLA Díaz, A.; OJEDA Rivera, J., (2005), "Paisagens coloniais NoBajo Guadalquivir. Origen, evolução e carácter patrimonial", *PH Boletín do Instituto Andaluz do Patrimonio Histórico*, Ano XIII, 52, pp. 43-51

WALFORD, N. (2003) Productivism is allegedly dead, long live productivism. Evidence of continued productivist attitudes and decision-making in South-East England. *Journal of Rural Studies* 19, pp. 491- 502.

WASCHER, D. M. (ed.) (2000) *Agri-Environmental Indicators for Sustainable Agriculture in Europe*. Tilburg: European Centre for Nature Conservation.

WILSON, G. A. (2004) The Australian Landcare movement: towards 'post-productivist' rural governance? *Journal of Rural Studies* 20, pp. 461-484.

YATES, Amelia. *The Art of Memory*" (1966),

ZOIDO Naranjo, F. (coord.), VENEGAS Moreno, C. (coord.) "Paisagem e ordenação do território" 2002. Ed Junta de Andalucía, Consejería de Obras Públicas e Transportes.

